

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO
EDUCACIONAL EM GOIÁS
(1929-1937)**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Luara Faria dos Santos

Título do trabalho: A Educação Física no Contexto de Modernização Educacional em Goiás (1929-1937)

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Luana Faria dos Santos

Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

Welly Mesquita

Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 23 / 05 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

LUARA FARIA DOS SANTOS

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO
EDUCACIONAL EM GOIÁS
(1929-1937)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação à comissão examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão.

Orientador: Prof. Dr. Wolney Honório Filho

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais,
História da Educação,
Pesquisa (Auto) Biográfica

Catalão/2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Luara Faria dos

A Educação Física no contexto de modernização educacional em Goiás (1929-1937) [manuscrito] / Luara Faria dos Santos. - 2018. 120 f.

Orientador: Prof. Dr. Wolney Honório Filho.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Catalão, 2018.

Bibliografia.

Inclui fotografias, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Educação Física. 2. Modernização. 3. Modernização Educacional em Goiás. I. Honório Filho, Wolney, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO

UAEE – UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário, Bloco I, Sala 1A – Catalão (GO) CEP – 75.704 020 - Fone: (64) 3441-5366.
Ramal 204 – Coordenação. E-mail: ppgeduc.ufg@gmail.com
Ramal 206 – Secretaria. E-mail: secretariappgeduc@gmail.com

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE LUARA FARIA DOS SANTOS

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELA COORDENADORIA DO PPGEDUC
PARA JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DE
LUARA FARIA DOS SANTOS

Em 02/03/2018, às 14:00, no BLOCO H, SALA 04, da UFG/Regional Catalão, teve lugar a Sessão Pública de Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação da UFG/Regional Catalão, de Luara Faria dos Santos, intitulada: **"A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO EDUCACIONAL EM GOIÁS (1929-1937)"**. A Banca Examinadora foi composta, pelos seguintes professores: Wolney Honório Filho (PPGEDUC/UFG – Orientação e Presidente da Banca), Cleber Augusto Gonçalves Dias (UFMG – Membro Externo) e Rubia-mar Nunes Pinto (UFG – Membro Externo). Os examinadores, na ordem citada, arguíram sobre a dissertação apresentada, tendo a/o discente explicado e/ou rebatido as críticas formuladas pelos arguidores. Após a conclusão da defesa, foi suspensa a Sessão Pública e, em Sessão Secreta, os arguidores atribuíram seus conceitos. Reaberta a Sessão Pública, foi anunciado o resultado: **DEFESA APROVADA**, fazendo jus, portanto, ao título de Mestre em Educação, de acordo com o artigo 57 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação/Regional Catalão. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Comissão Examinadora. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG/Regional Catalão.

Wolney Honório Filho –

Cleber Augusto Gonçalves Dias –

Rubia-mar Nunes Pinto –

Secretário

Vinícius Reis Costa
Técnico Administrativo em Educação
Universidade Federal de Goiás
SIAPE 1740166 - Matr. 98464

Universidade Federal de Goiás
Regional Catalão
Programa de Pós-Graduação em Educação
2018
AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Goiás pela acolhida de sempre.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG/Regional Catalão.

Ao povo, trabalhadores do país, que, através da Capes, possibilitou-me condições objetivas para concluir a pesquisa.

Aos funcionários dos museus e arquivos de Goiás, que, a duras penas, tentam preservar a nossa memória.

Ao meu orientador, prof. Wolney, pelo acolhimento, orientação, escuta sensível e pela cumplicidade.

À professora Ana Maria, pelo conhecimento socializado, pelas fontes compartilhadas e pela qualificação da pesquisa.

Ao professor Cleber Dias, por dar a ver a história da educação física e do esporte em Goiás e por todas as contribuições para esta pesquisa.

À prof.^a Rúbia-Mar, pelo compromisso político com a educação física e pela pronta aceitação do convite para a composição da banca.

À minha mãe, pela colaboração na coleta de dados, incentivo, compreensão e amor.

À Ana Carla, pelo incentivo, companheirismo, indicações de estudo e leitura crítica e propositiva do texto.

À Varlene Bandeira, pelo incentivo, paciência e correção do texto.

À Lucy e ao Bene, pela lealdade e por tornarem os meus dias mais doces.

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre a educação física no contexto de modernização educacional em Goiás. Sendo assim, objetivou analisar a participação da educação física na modernização educacional em Goiás, no período de 1929-1937. E como objetivos específicos: levantar aspectos de modernização em Goiás; discutir os fundamentos da educação física no contexto de modernização educacional em Goiás; apresentar as narrativas sobre a educação física veiculadas em Goiás durante o período de 1929-1937. Trata-se, pois, de uma narrativa histórica subsidiada pelo *corpus* documental: jornal *Correio Oficial do Estado de Goyas*; revista *A Informação Goyana*; relatório do governador Pedro Ludovico Teixeira ao presidente da República Getúlio Vargas (1930-1933); legislações educacionais e decretos correlatos à educação física que vigoraram em Goiás no período referente ao recorte da pesquisa; documentos do *Fundo Lyceu de Goyas* no Museu das Bandeiras. As referências teóricas de apoio, no que concerne à modernização e à modernização educacional em Goiás, foram Bretas (1991), Silva (1975), Borges (1990), Chaul (2010), Nepomuceno (1994), Pinto (2009). Quanto à educação física, Dias (2013, 2014), Soares (2004, 1998), Paiva (2004), Parada (2006), Schneider e Ferreira Netto (2008), entre outros. Quanto aos resultados, destaca-se que, através de conteúdos distintos, ou seja, ginásticas, jogos populares, jogos desportivos e esporte, a educação física participou da modernização da educação e da cidade através de uma educação do corpo que, contraditoriamente, buscou o controle e a liberdade.

Palavras-chave: Educação Física; Modernização; Modernização Educacional em Goiás.

ABSTRACT

PHYSICAL EDUCATION IN THE CONTEXT OF EDUCATIONAL MODERNIZATION IN GOIÁS

(1929-1937)

ABSTRACT

The present research is about physical education in the context of educational modernization in Goiás. Its objective is to analyze the participation of physical education in the modernization of education in Goiás, from 1929-1937. And as specific objectives, to raise aspects of modernization in Goiás; to discuss the fundamentals of physical education in the context of educational modernization in Goiás; to present the narratives about physical education transmitted in Goiás during the period 1929-1937. It is a historical narrative subsidized by the documentary corpus: *Correio Oficial* newspaper of the State of Goyas; magazine *A informação Goyana*; report of the governor Pedro Ludovico Teixeira to the president of the republic Getúlio Vargas (1930-1933); educational laws and decrees related to physical education that were in force in *Goiás* in the period referring to the research cut; documents of the *Fundo Lyceu de Goyas* in the Museu das Bandeiras. The theoretical references of support, in what concerns the modernization and the educational modernization in Goiás, were Bretas (1991), Silva (1975), Borges (1990), Nepomuceno (1994), Pinto (2009), Chaul (2010). As for physical education were Dias (2013, 2014), Soares (2004, 1998), Paiva (2004), Parada (2006), Schneider e Ferreira Netto (2008), among others. Among the results, it is highlighted that, through distinct contents, that is, gymnastics, popular games, sports games and sports, physical education participated in the modernization of education and the city through an education of the body that contradictorily sought control and liberty.

Keywords: Physical Education. Modernization. Educational Modernization in Goiás.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Grupo das provas “Imprensa Goiana” e “Tiro de Guerra”, década de 1930, Goiânia (Autor desconhecido).....	20
Figura 2 – Palácio da Instrução em um dia de festa escolar. Cidade de Goiás – Goiás.....	38
Figura 3 – Quadro de Horário do Liceu.....	84
Figura 4 – Quadro de Horário da Escola Normal.....	91
Figura 5 – Chegada da competidora Odiles de Lima, década de 1930. (Autor desconhecido).....	108
Figura 6 – Chegada de corredor Laurindo dos Santos, década de 1930. (Autor desconhecido)	108
Figura 7 – “Escola Técnica de Goiânia”, década de 1930. (Autor desconhecido).....	108
Quadro 1 – Orientações de Ginástica para o Ensino Primário.....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: O CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO EM GOIÁS NO PERÍODO ENTRE 1929-1937	15
1.1. A MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO DE GOIÁS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	17
1.2. A ESTRADA DE FERRO	20
1.3. A PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO EM GOIÁS	25
1.4. A IMIGRAÇÃO PRODUTIVA COMO ESTRATÉGIA DE MODERNIZAÇÃO..	28
1.5. A MODERNIZAÇÃO EDUCACIONAL EM GOIÁS	32
1.6. OS ASPECTOS DE MODERNIZAÇÃO EDUCACIONAL NOS TEXTOS DO JORNAL CORREIO OFFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS	40
CAPÍTULO II: FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM GOIÁS.....	49
2.1. ASPECTOS DA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE GOIÁS.....	49
2.2. PRESCRIÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA CÍVICO-PEDAGÓGICA..	54
2.3. CONTRIBUIÇÕES MILITARES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	60
2.4. CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS DA FORÇA PÚBLICA DE GOIÁS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA.....	65
2.5. DIRETRIZES MÉDICAS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA E O ESPORTE.....	71
CAPÍTULO III: A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA E NA CIDADE: NOTAS SOBRE A SUA MANIFESTAÇÃO EM GOIÁS.....	75
3.1. EDUCAÇÃO FÍSICA COMO INSTRUMENTO REGULADOR DA SAÚDE	76
3.2. EDUCAÇÃO FÍSICA NO LICEU	80
3.3. EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA NORMAL.....	87
3.4. EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO PRIMÁRIO	94
3.5. AS REPRESENTAÇÕES DE UM NOVO CORPO NA MODERNIZAÇÃO DE GOIÁS.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	116
FONTES	120

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa¹ versa sobre a educação física no contexto de modernização educacional em Goiás, no período de 1929-1937. A justificativa para realizá-la baseou-se na escassez de estudos em história da educação goiana que observem o ensino da educação física, ginástica e aspectos inerentes à higiene e ao higienismo. Ainda que a história cultural tenha favorecido o interesse por novos objetos, em Goiás a historiografia da educação que considere a educação física ainda precisa ser narrada (VALDEZ; BARRA, 2012).

Já o recorte temporal justificou-se em virtude de que, em 1929, a educação física já havia adquirido estatuto de saber sistematizado junto ao currículo da educação primária, assim como do ensino normal e complementar de Goiás, mediante processo de formação do professorado para o exercício da educação física (DIAS, 2014). Como limite, o ano de 1937 foi eleito por encerrar um ciclo de modernização inicial de Goiás, que culminou na transferência da capital do estado para Goiânia, onde, conforme Pinto (2009), as práticas corporais, notadamente o esporte, assumiram de vez o duplo papel de demonstrar a modernidade da cidade e educar a população goianiense para novos parâmetros de pensamento de ação e pensamento.

Assim sendo, o problema de pesquisa que se coloca é como a educação física participou do processo de modernização educacional em Goiás?

Portanto, o objetivo da pesquisa foi analisar a participação da educação física na modernização educacional em Goiás, no período de 1929-1937. Para isso, estabeleceram-se como objetivos específicos: levantar aspectos de modernização em Goiás; discutir os fundamentos da educação física no contexto de modernização educacional em Goiás; apresentar as narrativas sobre a educação física veiculadas em Goiás durante o período de 1929-1937.

¹ O interesse pela temática surgiu da vivência como orientadora acadêmica em 2013, junto à disciplina História da Educação Física no curso de Educação Física, modalidade à distância, ofertada pela FEFD/UFG (Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás); e posteriormente fortalecido com a oportunidade e o desafio de ministrar a disciplina História da Educação Física no curso de Licenciatura em Educação Física da ESEFFEGO (Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás). Na ocasião, identificou-se a escassez de pesquisas que se dedicassem à reconstrução da história da educação física e do esporte em Goiás, especialmente estudos que permitissem conhecer sobre a origem e os interesses que articularam e ancoraram a educação física e o esporte no estado.

Para a narrativa histórica, elegeu-se como *corpus* documental: o jornal *Correio Oficial do Estado de Goyas*; a revista *A Informação Goyana*, que circulou entre 1917-1935 e que desde 2001 encontra-se digitalizada; o relatório do governador Pedro Ludovico Teixeira ao presidente da República Getúlio Vargas (1930-1933), arquivado no Museu Histórico do Estado de Goiás, *caixa Governador Pedro Ludovico*. Quanto às legislações educacionais e decretos correlatos à educação física, que vigoraram em Goiás no período referentes ao recorte desta pesquisa, foram utilizados: Lei n. 889/08/1929 e Decreto n. 10.540, de fevereiro de 1930; os documentos do *Fundo Lyceu de Goyas* no Museu das Bandeiras, localizado na Cidade de Goiás, com destaque para a caixa 22, livro intitulado: *Instrução Militar - exercícios dos alunos e Informações* – informações da diretoria.

Os documentos foram levantados a partir das pistas identificadas nos estudos de Dias (2014) e Pinto (2009) e eleitos conforme a sua potência em colaborar para a reconstrução da participação da educação física no contexto de modernização educacional em Goiás. Concebeu-se, pois, o documento como constructo de seu tempo, de condições (econômica, política, social e cultural) específicas e como representação de um tempo e de sujeitos que o vivenciaram. Também, conforme Moreno e Segantini (2008), considerou-se o documento como espaço de mediação da experiência e de intervenção de seus produtores, dos que atuaram sob seu domínio e daqueles postos à margem.

Assim, buscou-se, entre aquilo que foi dito, prescrito e feito, sanar as possíveis lacunas através da interlocução com as fontes secundárias: Bretas (1991), Silva (1975), Borges (1990), Chaul (2010), Nepomuceno (1994), Pinto (2009), a fim de balizar a narrativa histórica, especialmente no que concerne à modernização e à modernização educacional. Quanto à educação física, os estudos de Dias (2013, 2014) forneceram subsídios para a compreensão de como se deram a organização e a institucionalização de práticas corporais em Goiás; já a historiografia nacional, através de Soares (2004, 1998), Paiva (2004), Parada (2006), Schneider e Ferreira Netto (2008), entre outros, permitiram cotejar a relação entre os acontecimentos regional e nacional.

Nessa direção, a pesquisa subdividiu-se em três capítulos, sendo que o primeiro, de modo mais introdutório e contextual, apresentou aspectos da modernização em Goiás relativos ao período de 1929-1937, a partir das fontes primárias, *A Informação Goyana* e o

jornal *Correio Oficial de Goiás*. Destacaram-se como eixos narrativos: a mudança da capital, a estrada de ferro, a produção e a exportação, a imigração e a modernização educacional.

No segundo capítulo, analisaram-se os fundamentos da educação física veiculados em Goiás através do jornal *Correio Oficial*, entre os anos de 1930-1934. Para isso, foram eleitos dez artigos, os quais sete são de autores goianos ou que trabalharam em prol de Goiás; um artigo mistura transcrição e autoria; e somente dois artigos, que também tematizam o esporte, são totalmente transcritos de outro estado.

No terceiro capítulo, abordaram-se as manifestas sobre a educação física em Goiás durante o período de 1929-1937, através de um conjunto relativamente variado de fontes, tais como: regulamentos da educação e da saúde, relatórios de governo, livro de registros do Liceu e o jornal *Correio Oficial de Goiás*, por meio de dois eixos de apresentação e discussão. Um eixo narrou e discutiu a partir da dimensão prescritiva do documento e de acontecimentos concernentes à educação física no contexto de escolarização. E outro tratou das práticas culturais resultantes da inter-relação entre educação física, cidade e esporte.

CAPÍTULO I

O CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO EM GOIÁS NO PERÍODO ENTRE 1929-1937

Este capítulo apresenta aspectos de modernização em Goiás relativos ao período de 1929-1937, a partir de fontes primárias e secundárias. Nomeadamente, tomam-se como fontes primárias a revista *A Informação Goyana*, com destaque para os dados concernentes à estrada de ferro, à produção e à exportação, à imigração e à instrução; e o jornal *Correio Oficial do Estado de Goiás*, com algumas informações e discursos sobre a mudança da capital do estado e, especialmente, os textos que tematizam aspectos da modernização educacional.

A inserção neste movimento historiográfico foi orientada pelo caminho de intelectuais, tais como Silva (1975), Borges (1990), Chaul (2010), Nepomuceno (1994), Pinto (2009), Dias (2013). Seja de forma direta, ou mesmo indiretamente, esses autores percorrem os argumentos que circundam a implantação de projetos de modernização para tratarem as mudanças e os reposicionamentos sociais próprios da modernidade. De algum modo, este tema tem sido chave de leitura e de interpretações reveladoras do pensamento e da memória que se pretendeu construir sobre Goiás, bem como da compreensão de história, de ser humano e de sociedade que colaborou para a construção de modos de ser goiano.

Parte-se assim da concepção de que a produção histórica é uma narrativa que coloca a tarefa de elaborar as informações postos na intriga como vestígios, que permitem a reconstrução das realidades que o produziram, por meio do cruzamento das fontes acessíveis. Portanto, os eixos eleitos para a reflexão e reconstrução histórica são frutos da leitura do que seja a modernização nos anos 1920-1930, matizada pelas fontes e pelos intelectuais que dedicaram esforços para elucidar as particularidades dos arranjos que corporificaram a modernização goiana. Esta narrativa é, pois, uma representação da história de Goiás e pretende se situar no universo dos estudos da história da educação e da história da educação física (CHARTIER, 2002).

Em concordância com Carvalho (2012), compreende-se que a modernização, especialmente ao longo dos séculos XIX e XX, figurou ideias, práticas, representações de projetos de modernidades apropriados de maneira ideológica e aplicados no intuito de equiparar civilizações a nações que, em contextos históricos específicos, eram tomadas como modelares do que seja a modernidade do ponto de vista cultural, econômico, político e social.

Já a Modernidade é compreendida como período da história cujo marco é a Revolução Francesa. É interpretada como época das multidões, das cidades e da fábrica, como epicentro da atividade social, em que vigorariam as categorias do urbano e do desenvolvimento sob a égide da Revolução Industrial. Sem embargo, ao ser traduzida do francês, modernidade se transforma igualmente em projetos de modernização (CARVALHO, 2012).

Particularmente, na Modernidade, a noção de circulação se sobrepõe à de fixidez e a produção em massa redefine as relações econômicas e sociais. A mobilidade, seu princípio estruturante, rompe com as sociedades tradicionais e promove o intercâmbio entre territorialidades até então fechadas em si mesmas. Nesse sentido, a cidade, e o que se produz em nome dela, é uniforme apenas na aparência, visto que sob ela se esconde todo um mundo, realidade subterrânea ao cotidiano do homem ordinário, na qual somente um olhar perspicaz, e neste caso o de recorte regional, pode captar o que subjaz à sua manifestação epidérmica e à sua estrutura (ORTIZ, 2000).

Nessa assertiva, a despeito das tentativas históricas de fixação e hierarquização de culturas, povos ou regiões, depreende-se que os estudos historiográficos, que tematizam elementos de modernização, devem reconsiderar a dinamicidade e o modo como as práticas são apropriadas e significadas no cotidiano das populações, através do conjunto de instituições e suas respectivas regras, bem como dos costumes, dos comportamentos e dos *habitus* que constituem mecanismos reguladores das relações sociais. Assim sendo, reflète-se, a seguir, sobre alguns eixos que são reveladores do modo como a modernização se manifestou em Goiás.

1.1. A MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO DE GOIÁS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

As transformações rumo à modernidade em Goiás foram traduzidas e implantadas nas primeiras décadas do século XX, de modo a conciliar moderno-antigo, atraso-progresso, novo-velho, passado-futuro. Tanto na comunicação, economia e política, quanto na cultura e na educação escolarizada, esses pares se entrecruzaram, ora se avizinham, ora se repelindo. Os embates entre oligarquias rurais e progressistas, especialmente manifestos através do *movimento revolucionário* de 1930, afirma Chaul (2010), não produziram reposicionamentos sociais como em outras regiões do país onde as camadas médias foram capazes de vocalizar seus interesses. O que ocorreu foi que as camadas médias urbanas tiveram influência junto aos grupos que ascendiam ao poder em 1930, quase todos ligados aos interesses agrários.

Mesmo com os pés plantados no meio rural, e que a junção do fazendeiro e do profissional liberal na figura do Interventor do estado Dr. Pedro Ludovico Teixeira seja emblemática da representação e dos arranjos da Segunda República, os novos grupos no poder não eram iguais às oligarquias dominantes da Primeira República, pois tinham uma mentalidade urbana e suas propostas de modernização buscavam mais intensamente a aproximação da região ao projeto de nação. Trata-se, pois, de um conjunto de políticos afinado com o programa varguista e disposto a promover o desenvolvimento capitalista da região (CHAUL, 2010).

Da penetração da estrada de ferro às condições regionais e nacionais mais propícias, Goiás foi paulatinamente integrando-se à órbita do progresso e do mundo civilizado. Concorde-se com Silva (1975) quando afirma que as especificidades da modernização goiana, conseqüentemente, dizem respeito ao tempo de implantação e aos ajustes necessários para que os signos da modernidade, tais como: a cidade, a escola, as práticas de civilidade, a literatura, os esportes, a imprensa, entre outros, fizessem-se sentir no interior do Brasil, cujas distâncias entre o litoral estavam em demasia demarcadas.

Assim sendo, durante os anos 1920-1930, a efervescência modernizante tomava centralidade no pensamento e redefinia a forma e os comportamentos de importantes

cidades brasileiras. Em Goiás, o telégrafo, a estrada de ferro, o automóvel, o rádio, o avião, do mesmo modo o vicejo pela educação, a imprensa, os lazeres, os cuidados com o corpo, que incluíam o estabelecimento de uma cultura física por meio da educação física, dos jogos atléticos e dos esportes, matizavam, em algumas cidades (Ex: Cidade de Goiás, Catalão, Ipameri), a atmosfera majoritariamente rural e pouco a pouco introduziam novos gostos, sensibilidades, gestualidades e práticas culturais.

A mudança da capital do estado para Goiânia, na década de 1930, simbolizou “a viga mestra da administração interventorial” e nela se concentraram as expectativas de desenvolvimento e de superação da vida cotidiana da “antiquada Vila Boa” (CORREIO OFFICIAL, n. 2.945, 13/02/1935). Ademais, conforme Chaul (2010), serviu de estratégia política para descolar os Caiado do centro do poder e com eles toda e qualquer representação que se conectasse com a *Velha República*.

Nas palavras de Jeronymo Coimbra Bueno, engenheiro superintendente da obra de construção de Goiânia,

[...] A cidade será o orgulho de quantos a visitarem que dela levarão para seus lares uma ideia nova de conforto e higiene que em breve introduzirão em todos os recantos do Estado. [...] Já residem 600 pessoas, mais de cem crianças em idade escolar. Todos alojados nos 136 ranchos e casas provisórias já edificadas, em breve conta-se com a inauguração da escola num dos salões de uma das construções. Trabalham em todas as secções das obras 223 operários, na maioria de goianos, muitos sairão “especializados com as noções da moderna construção e que bem cedo farão sentir suas influencias em todos dos rincões do Estado. (CORREIO OFFICIAL, n. 2.943, 13/02/1935)

Representante direto da mudança da capital, Jeronymo Coimbra Bueno fora convidado a engrossar otimismo e sensibilizar os leitores do principal veículo de comunicação do governo estadual sobre a potência da nova capital, que, mesmo em construção, segundo expectativas do grupo mudancista, *já se observava um crescimento populacional jamais visto em Vila Boa*. A nova cidade narrada pelo engenheiro, por meio de elementos técnicos, parece edificar também os signos de uma nova mentalidade, grandiosa e monumental, que, sobre o alicerce da urbanidade e do progresso, num futuro próximo, garantiria maior mobilidade de pessoas, mercadorias, informações, gostos e práticas culturais; e ancoraria, nas instituições, a modernização do estado que se irradiaria

de Goiânia para o interior através das estradas, mas também pelo exemplo de boa administração, beleza, conforto e higiene.

A apropriação do discurso progressista para veicular a urgência de uma ligação mais intensa do estado com o desenvolvimento capitalista elegeu o saber médico como alegoria do progresso e da modernização. Ludovico, seu principal interlocutor, atribuiu à cidade de Goiás a imagem de doente em estado terminal e, em contraste, Goiânia seria a superação, passagem da necrópole para a metrópole (CHAUL, 2010). Quanto às adjetivações de Ludovico sobre Goiânia, Pinto (2009) destaca as ideias de movimento, ação, atividade e a metáfora da oxigenação, dos pulmões, que tendiam a confrontar com a geografia da Cidade de Goiás abraçada por serras, e cuja possibilidade de renovação e crescimento pareciam sufocadas.

A área destinada à capital era de, aproximadamente, 40.000 hectares reservados a uma população de “50 mil almas”. Até 1935, possuía 30 lotes para a instalação de pequenas indústrias pastoris e agrícolas, lotes estes que, em grande parte, foram doados por entusiastas e progressistas. Segundo Solon E. de Almeida, superintendente do Departamento de Venda de Lotes, “a avalanche de homens de comércio, da indústria e do operariado que recebemos diariamente, á procura de lotes de terra, de informações várias e de trabalho, é o índice seguro do grande interesse despertado lá fora pela obra em apreço” (CORREIO OFFICIAL, n. 2.945, 13/02/1935).

Nas palavras de Matma Nago², a indubitável mudança da capital representava “o arrojo, o movimento, cidade alucinante, imponente, filha altiva e arrogante de um século mágico, criação genial construída para a eternidade” (CORREIO OFFICIAL, n. 2.970, 21/03/1935). Estes argumentos, não sem tensões dos políticos da Cidade de Goiás, representam a construção de um novo horizonte para o estado, mais apto ao progresso e, por conseguinte mais sensível aos signos e as práticas que o circulam.

Em 1937, ano da consolidação da mudança, na nova capital, o desejo de se diferenciar da antiga Cidade de Goiás consubstanciava usos do corpo bastante dinâmicos. Como exemplo, a realização do campeonato estadual de ciclismo, por meio de articulações entre o poder público e o comércio, até então pouco usuais em Goiás pelo que revelam as

² Matma Nago trata-se do codinome de Maximiano da Matta Teixeira, desembargador da justiça estadual e articulista do Correio Oficial, com atuação nos temas direito e política (PINTO, 2009).

fontes, revelou: “uma animadíssima festa esportiva que mobilizou autoridades, instituições, comércio e populares a fim de imprimirem através dos corpos dos escolares e dos *sportman's* as os signos da saúde, disciplina, disposição e civilidade” (CORREIO OFFICIAL, n. 3.457, 09/06/1937). Uma fotografia do período evidencia o festejo.

Figura 1 - Grupo das provas “Imprensa Goiana” e “Tiro de Guerra”, década de 1930, Goiânia. Autor desconhecido



Fonte: Acervo MIS - GO. Goiânia – Goiás.

Se por um lado o dinamismo econômico, a amplitude da cidade e das relações comerciais e sociais, tal qual a ideia de mobilidade, ritmo e criação, simbolizavam a nova capital moderna e, por consequência, emanavam a ruptura com o passado antigo expresso pela Cidade de Goiás, por outro lado, de acordo com Pinto (2009), havia o desejo de buscar as tradições a fim de recuperá-las através do manancial cultural produzidos na Cidade de Goiás e em Pirenópolis. Viver a cidade de Goiânia, com suas próprias contradições, seria, pois, inventar a modernidade em outro espaço mais propício, assentado na moderna arquitetura *art déco* e na aposta de mover Goiás rumo ao progresso.

1.2. A ESTRADA DE FERRO

A estrada de ferro, marco do progresso e símbolo do triunfo do homem através da tecnologia, representa a segunda maior conquista material da Revolução Francesa, ficando atrás somente da máquina a vapor. No Brasil, significou a difusão de ideias, a circulação de

produtos e pessoas, elemento de assimilação e unidade social, linguística e cultural, ao mesmo tempo em que enfatizou as desigualdades regionais através da canalização dos recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de projetos ferroviários para as regiões de maior capacidade produtiva, integradas à produção agroexportadora (BORGES, 1990).

Em Goiás, a penetração dos trilhos da estrada de ferro, no início do século XX, trouxe a primeira via de transporte moderno do estado e, de acordo com Borges (1990), demarcou o início do processo de modernização regional. Entre 1909 e 1914 foram construídos 233 km de linha entre Araguari e a estação Roncador, que assim permaneceram até 1922 em decorrência, dentre outros fatores, das tensões políticas, das dificuldades de importações resultantes da Primeira Guerra e do pouco interesse, *a priori*, da União e da indústria capitalista em fomentar a comunicação e o desenvolvimento de Goiás (BORGES, 1990).

Os municípios onde os trilhos serviam mais diretamente apresentavam crescimento, desenvolvimento e produção de renda capaz de assegurar a ampliação do trecho de ferro. Além disso, conforme Borges (1990), em 1920, com somente cinco anos desde o início do tráfego, entre as doze vias férreas administradas pelo Governo Federal a estrada de ferro de Goiás ficou em terceiro lugar em saldo positivo. Em 1921, a estrada ocupou o sexto lugar em renda e foi a única ferrovia a alcançar saldo positivo. Também em 1922 o fato se repetiu e Goiás continuou como o único cuja estrada de ferro apresentou superávit.

Em 1928, a viação goiana e a cearense foram as únicas a gerarem lucros no Brasil. A arrecadação de impostos de exportação transitados pela estrada de ferro de Goiás também demonstrou alterações expressivas, contabilizou, no intervalo de oito anos de tráfego, em totais 236 km, um aumento de 919%, passando de 707:000\$000 a 7.787:479\$160. Contudo, o crédito aprovado pela câmara dos deputados em 1929, no valor de 2.000:000\$000, não se fazia suficiente sequer para custear os trilhos do prolongamento da linha até Anápolis (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1929).

Resultado do processo de modernização a nível nacional, a construção da estrada de ferro de Goiás se tornou um dos agentes modernizadores e integradores da economia do estado. Desse modo, a divisão regional do trabalho redefinia, segundo os interesses da expansão capitalista, as amarras que prendiam a economia agrária regional à situação de quase estagnação, que foi se modificando na medida em que avançavam os trilhos de ferro.

No sul do estado, avançou o processo de urbanização e algumas cidades se modernizaram e novos centros urbanos surgiram. O movimento migratório, iniciado no século anterior, se intensificou, havendo a valorização da terra ao passo que a estrada incrementava a produção de uma renda diferencial (BORGES, 1990).

Em 1920, por exemplo, com cerca de 35 mil habitantes, Catalão era a cidade com maior população do estado. O censo desse período registrou 511.919 habitantes no estado, isto é, um crescimento populacional de mais de 100% no decênio 1900-1920, cujo número era de aproximadamente 250.000 habitantes (PALACIN, 1994). Em, em 1934, o censo indicava uma população composta por 800.000 habitantes (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1934).

Paralelamente ao crescimento populacional, relações comerciais regionais e inter-regionais se ampliaram e, no sudeste do estado, expressivos centros comerciais foram tomando do Triângulo Mineiro o controle comercial da região. Novas ideias, valores e relações de produção começaram a coexistir com os preceitos assentados sobre a estrutura fundiária. Na região da estrada de ferro, a agricultura de subsistência foi praticamente eliminada e a agricultura se especializou conforme a necessidade do mercado consumidor do centro-sul do país (BORGES, 1990).

Os anos que se seguiram foram também de expectativas, reclames, alegria transmutada em tristeza e certa frustração. A esperança de um futuro lisonjeiro, que viria do sudeste, por vezes olhava para o sudoeste que, através do sistema rodoviário, buscava remover em parte o estorvo secular, mas que não substituía a demanda pela estrada de ferro que semeava núcleos coloniais, infiltrava novas energias, apresentava possibilidades amplas, descortinando imensos horizontes para o trabalho e para a inteligência humana (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1930).

Sobre o tempo de viagem de outrora e do período investigado, “pelos patriarcais meios de transportes, tropas e carros de bois, 240 léguas que separam Goyaz do Rio de Janeiro demandavam 3 a 4 meses de viagem. Hoje, graças às vias-férreas e rodoviárias, vai-se do Rio á Capital goyana em 4 dias apenas” (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1930, p. 72).

Na eminência do prolongamento da via férrea até Anápolis, as pitorescas vivendas campestres iam modernizando o panorama. Ao mesmo tempo, o governo do estado e outras autoridades políticas protestavam acerca dos valores abusivos cobrados pelo frete na

ferrovia goiana, visto que as tarifas eram espantosamente mais caras em Goiás, fator este que contribuiu para o alto valor arrecadado pelos cofres públicos (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1930).

A falta de manutenção das estradas e o abandono no decorrer do que seria o seu prolongamento eram queixas corriqueiras e, em algumas circunstâncias, soavam em tom denunciante. Como exemplo disso, na Segunda República, o Interventor Federal do Pará, em excursão pelo interior de Goiás, pôde identificar o deplorável abandono em que se encontrava grande quantidade de material da estrada de ferro de Tocantins, caixas de material que nunca foram abertas, vagões e carros já apodrecidos, outros escondidos pela mata densa e parte da estrada encontrava-se coberta de água. A notícia, enviada ao governo de Goiás através de telegrama, redundou em mera divisão de culpa do diretor da ferrovia, que, ao ser indagado, afirmou que a culpa também era dos fiscais federais. Por outro lado, também houve lamento sobre o desinteresse da União pela finalização da rede ferroviária em Goiás (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1932, p. 64).

Na medida em que a previsão de prosseguimento da via férrea se fazia sentir, pouco a pouco, a passos lentos em direção à capital, passando por Leopoldo de Bulhões e rumando a Anápolis, o otimismo florescia entre a elite goiana e se difundia pela imprensa, sensibilizando apoiadores em outros lugares. Igualmente, a sensação de abandono e engano vigorava quando o adiamento da continuidade da estrada retardava o caminhar dos trilhos, revelando, dentre outros percalços, a incompetência do Estado centralizador e o desinteresse imperialista por Goiás. Como exemplo, em maio de 1932 foi aberto o crédito de 2.000 contos de reis para a execução do trecho entre Leopoldo de Bulhões e Anápolis, no entanto o trabalho só foi iniciado em dezembro. Na ocasião, cerca de quinhentos trabalhadores foram contratados e dispensados sem qualquer recebimento, pois o crédito caducou e o Ministro da Fazenda não concordou com o seu revigoramento, conforme propôs a viação (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1933).

Em forte campanha na imprensa, parte da elite de Goiás mobilizou esforços para fazer chegar e prosseguir os trilhos de ferro, buscou também, resistir aos grupos mineiros que queriam para si o controle comercial da fronteira sul e se inseriu no circuito de expansão do capitalismo. Dentro da divisão regional do trabalho, a economia agrária ganhou maior relevância (BORGES, 1990). Diante da morosidade do prosseguimento da

estrada, o dualismo entre esperança e receio acompanhou o desenvolvimento goiano e deu a ver um tipo de modernização desigual entre as cidades do estado.

Eis porque a chegada próxima dos trilhos de aço em Anápolis desperta, em todos, esse misto de esperança e receio. Esperança de progresso, de ressurgimento econômico como maior facilidade e eficiência de transporte, esperança de melhoria geral dos preços pelo crescimento da procura. Esperança de todo esse complexo que a locomotiva, quotidianamente, traz no bojo. Mas, também, o receio de perder essa esperança. Receio de que o prosseguimento não continue. Receio de que, por muitos anos, outros municípios [...] fiquem a espera, enquanto a sua qualidade "atrativa" não adquire potencial. Receio de que o governo se esqueça que a finalidade da Via férrea é a penetração do hinterland. (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1933, p. 78)

A distribuição do dinheiro público, no que concerne à viação férrea, é um elucidativo de quão desprivilegiado Goiás esteve. No *ranking* dos valores investidos, sob a referência de réis por habitante, Goiás ocupou o último lugar, com 25\$000, em contraste, Mato Grosso ocupou o primeiro lugar com a cifra de 3:720\$000. Até aí a informação parece bastante compreensível, haja vista que a população produtiva de Goiás era pequena, considerando a sua vastidão territorial, mas quando observada a ordem de investimentos da União em estradas de ferro aplicados a cada estado, os primeiros lugares estão, respectivamente, ocupados por Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo e os últimos lugares pertencem a Goiás, Pará, Piauí e Amazonas. O valor aplicado em Minas Gerais foi de 480.750:041\$079, enquanto que em Goiás a cifra foi bem menor, 12.453:425\$298 (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1928).

Essa via de transporte moderno, tão aclamada, assim o foi pelas expressivas modificações trazidas com ela. E, apesar dos altos impostos sobre os produtos exportados, a economia do estado foi significativamente dinamizada. Pela estatística do Ministério da Agricultura, da produção agrícola ou colheita do país, por estados, em 1927-1928, coube a Goiás o 8º lugar em volume. Pelo recenseamento de 1919-1920, a produção média anual em sacas de café foi calculada, para Goiás, em 17.214 sacas. Assim, em 1929, o estado exportou, só para São Paulo, 22.490 sacas. A indústria pecuária e seus derivados ocuparam, como sempre, o primeiro plano no quadro das exportações. Em 1927, por exemplo, o panorama, segundo critério de valor das mercadorias exportadas para o Triângulo Mineiro, Rio de Janeiro e São Paulo, contemplou: gado, charque, couros salgados, peles cruas, solas,

peles curtidas, manteigas, queijos, entre outros derivados. Vem, em seguida, arroz e quirela, café, fumo, algodão, cristal de rocha, madeiras e porcos (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1929).

O valor das terras em Goiás, nas primeiras décadas do século, variava de acordo com as distâncias em que se situavam em relação à estrada de ferro. No traçado da linha, por exemplo, os preços da terra se elevaram em até 600%, como foi o caso de Ipameri, onde, em 1915, um alqueire era vendido a 50\$000 e cinco anos mais tarde, em 1920, a mesma porção poderia ser vendida por até 300\$000 (BORGES, 1990).

A conquista da estrada de ferro e seus resultados urbanizadores se fizeram sentir em Goiás na medida em que a ferrovia foi se expandindo em direção a Anápolis. Os rastros deixados eram de modernização, não apenas nos aspectos econômicos das cidades alcançadas pela estrada, mas também nas práticas culturais que alteravam os aspectos da vida social, política e cultural da região e imprimiam sentidos de urbanidade na população (BORGES, 1990).

Ao lado da criação da estrada de ferro são criadas as condições econômicas para a incorporação de Goiás a lógica de produção capitalista e, pouco a pouco, a geografia das cidades e vilarejos cortados pelos trilhos se modificam e cria-se, portanto, um terreno fértil para a circulação de mercadorias, pessoas, práticas e informações veiculadas à construção de corpo pautado pelos valores de urbanidade e mobilidade próprios da modernização. Associado a isto, a onda de imigração desejosa pelas oportunidades de progresso em áreas pioneiras contribuiu para a difusão de preceitos modernizadores e reordenou a fisionomia de algumas cidades.

1.3. A PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO EM GOIÁS

Quanto à extensão territorial, Goiás ocupava o 4º lugar, depois de Amazonas, Pará e Mato Grosso, e possuía cerca de 15.911.485 hectares florestados. Suas estradas de rodagem ocupavam, em 1926, o 5º lugar, cerca de 4.000 km de linha que aumentaram sem auxílio do governo federal. A sua população bovina era a 2ª maior do país, ficando atrás somente do Rio Grande do Sul. Essa posição era balizada, especialmente, pela relevância da produção no município de Catalão, cuja população bovina, em 1928, era de 100.000

cabeças, e a suína de 150.000. Não era, pois, a maior população bovina do estado, já que esta se encontrava ora no norte, ora no sudoeste, todavia era a beneficiária mais direta da comunicação via estrada de ferro (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1929).

A região norte do estado era constantemente citada na *Revista A Informação Goyana*, e sobre ela uma preocupação pairava, a sua distância ainda maior do litoral e com isso a dificuldade em escoar sua produção e de acessar os gêneros de utilidade e consumo. Além do mais, os altos preços praticados pelos comerciantes da Bahia, estado limítrofe, acabavam por dificultar o povoamento, permanência e civilização da região. Uma iniciativa para possibilitar a melhor comunicação da região com o litoral, e por conseguinte melhores condições produtivas da mesma, seria a contratação de interessados em promover a navegação pelos seus principais rios. Nessa direção, em 1929, o Decreto n. 4.944, de 12 de agosto de 1925, que autorizava a navegação dos rios Tocantins, Araguaia e das Mortes, foi revigorado, com a abertura de crédito anual a fim de garantir a subvenção por parte da União (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1929).

A abertura de charqueadas no decorrer do caminho por onde passava a estrada de ferro foi um aspecto que concorreu para o beneficiamento da carne goiana. Ainda que a produção bovina industrializada tenha ocupado espaço pequeno nas exportações, com as charqueadas foram criadas novas possibilidades de alterar o quadro tradicional de transporte de boiadas, que, em decorrência dos altos custos com o transporte e da perda de peso oriunda das distâncias percorridas, diminuía-se a competitividade do gado de Goiás nos mercados consumidores (BORGES, 1990).

A produção agrícola passou, com o advento da estrada de ferro, de uma atividade de subsistência, secundária, para, ao lado da pecuária, se organizar em bases capitalistas, especialmente a cultura do arroz, amplamente consumido entre a classe trabalhadora dos centros urbanos. Desse modo, este passou a ocupar o segundo lugar dos produtos exportados, logo depois do gado. Como nos municípios de Catalão, Ipameri e outros próximos ao Triângulo Mineiro concentrava-se a maior produção agrícola do estado, em 1920 a produção de arroz da região correspondia a 50% da produção do estado. Havia, na região, o financiamento dos agricultores pelos cerealistas regionais e assim, em contraposição, os agricultores deveriam lhes vender a produção. Nessa relação financeira entre produtor e cerealistas, quem levava a maior vantagem sobre o trabalho do produtor

eram os agentes financeiros ou os comerciantes que estocavam os produtos e os vendiam durante o período de alta dos preços (BORGES, 1990).

As relações de trabalho no campo não se modernizaram no mesmo ritmo que a produção agrícola, tampouco as técnicas de cultivo. Os regimes de trabalho tradicionais, como a camaradagem³, predominavam em todo o estado, mas, particularmente na zona da estrada de ferro, parte dos trabalhadores já era remunerada em dinheiro. Cerca de 60 a 70% da força de trabalho no campo, na região, era composta de peões que trabalhavam por temporada. Alguns instrumentos de trabalho considerados desenvolvidos para o período, tais como arado, grade e semeadeira, compunham a realidade produtiva dos municípios de Catalão e Ipameri, ainda que em pouca quantidade (BORGES, 1990).

Em virtude da via de comunicação estabelecida entre o sul de Goiás, Minas Gerais e São Paulo através do prolongamento da estrada de ferro, deu-se início ao processo de modernização da economia agrária do sudeste goiano e, igualmente, outros aspectos da vida social, política e cultural começaram a se transformar. As cidades atravessadas pelos trilhos foram adquirindo características modernas e passaram a usufruir das invenções do seu tempo.

A energia elétrica, o cinema, o telégrafo, o telefone, os automóveis, assim como novas ideias, novos comportamentos, relações de trabalho, cuidados de si e lazeres, começaram a coexistir e concorrer com os costumes fixados até então. Segundo Dias (2013), o dinamismo econômico e o crescimento demográfico nas décadas de 1920 e 1930, por exemplo, permitiram a intensificação e a disseminação do futebol em solo goiano. Catalão, nessa época, já possuía um terreno para a construção de uma praça de esportes. Sendo assim, cidades por todo o estado vivenciariam o crescimento de equipes de futebol: Bela Vista Futebol Clube, Atlético Belavistense, Bonfim Esporte Clube, Leopoldo de Bulhões Futebol Clube, Vianópolis Esporte Clube, Associação Atlético Rio Verde, Rio Bonito Futebol Clube, foram algumas equipes fundadas na ocasião.

³ De acordo com Borges (1990), a camaradagem foi uma forma de produção sustentada pelo que seria análogo ao trabalho escravo. Na relação de poder entre latifundiários e trabalhadores, o camarada, ao invés de receber o salário no fim do mês, mantinha-se em débito com o patrão, pois recebia o sustento da família através do armazém da fazenda a preço modificado conforme os interesses do fazendeiro. Os valores que deveriam ser recebidos tornavam-se somente a subsistência, ficando os trabalhadores e suas famílias à mercê das imposições e das provisões do patrão.

Foi se difundindo em Goiás, de maneira heterogênea, desigual e relativamente morosa, se comparado aos estados privilegiados política e economicamente, uma perspectiva regional modernizadora, cuja centralidade estaria na incorporação do estado à economia de mercado e na inserção da região no projeto político de nação.

1.4. A IMIGRAÇÃO PRODUTIVA COMO ESTRATÉGIA DE MODERNIZAÇÃO

A produção cafeeira⁴, que logo se desdobrou em indústria do café, comportou uma rede de ações ligadas à edificação do ideário de progresso urbanístico e de modernização dos costumes que agitava a cena dos grandes centros e reconfigurava a cidade e as relações sociais, o trabalho e os lazeres, os usos do corpo, a popularização da escola e a utilização do trabalho livre. Os meios de comunicação permitiram importantes reordenações culturais e sociais sintonizadas com uma atmosfera de transformação da vida cotidiana (NAGLE, 2001).

Em Goiás, o estímulo ao povoamento produtivo constituiu-se em uma das apostas para a dinamização econômica, que, sob a Lei n. 124, de 23 de julho de 1896, previa favores, tais como: o transporte do ponto final da estrada de ferro até o local de fixação dos imigrantes, hospedagens, concessão gratuita de lotes de terras de culturas ou de campos de criação e moradia. O auxílio médico e a alimentação seriam subsidiados pelo governo estadual sob a condição de empréstimo, que seria concedido para o primeiro ano de

⁴A economia cafeeira formada no segundo e terceiro quartéis do século XIX se fortaleceu com a instalação da República por intermédio da política de governadores, da qual os homens mais prestigiosos de cada localidade, em função do seu poder econômico, político e social, reafirmaram sua força e se mantiveram como chefes das oligarquias regionais e assim atuaram no âmbito dos governos estaduais e federal. Esta dinâmica, também conhecida como política de estados, teve como intuito fortalecer o vínculo e a harmonização entre União e unidades federativas, desdobrando-se em um conjunto de dispositivos legais que flexibilizaram a ação e o controle da federação e distribuiu as competências constitucionais entre a União e os estados. Sob o pretexto da autonomia, a Federação transferiu a responsabilidade da regulamentação das eleições municipais e estaduais para os respectivos interessados. Em que pese o fortalecimento dos estados centralistas, esta política nacional intensificou práticas de corrupção eleitorais já existentes e permitiu que os governadores dos estados de Minas Gerais e São Paulo se alternassem na Presidência em pleitos de cartas marcadas. O convênio de Taubaté, celebrado em 1906 entre Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, foi importante marco para a garantia dos interesses fundiários e para a formalização dos rumos da economia e, de algum modo, para a fixação do papel do Estado na política de valorização e defesa do café. A execução do convênio constituiu-se em instrumento de domínio de uma classe e de alguns estados sobre os demais. Esse dispositivo caracterizou a feição intervencionista do Estado brasileiro cujo liberalismo na esfera política se tornou economia de dois grandes estados e sustentáculo da concentração de renda. Dentre as consequências adjacentes ao projeto de República, vale destacar o aperfeiçoamento e ampliação do sistema coronelista e a subjugação das regiões ao apoio das oligarquias dominantes (NAGLE, 2001).

permanência no estado e devolvido aos cofres públicos a partir do terceiro ano (RELATÓRIO DE GOVERNO, 1933).

Até 1920, os três primeiros núcleos coloniais mais expressivos estabelecidos em território goiano foram: um, de italianos, em Inhumas; outro, também de italianos, no povoado de Nova Veneza, fundado pelos colonos; e o terceiro, de portugueses, na fazenda Capim Puba. A colônia de Nova Veneza prosperou e se transformou no maior centro produtor de café do Brasil Central, chegando a contribuir com cerca de 50% da produção geral do estado. O mesmo não ocorreu com a colônia portuguesa que se fragmentou rapidamente (RELATÓRIO DE GOVERNO, 1933).

Em 1924, ocorreu a instalação de um núcleo colonial às margens do rio Uvã, próximo à capital, atual Cidade de Goiás. A fixação de, aproximadamente, 103 famílias alemãs absorveu cerca de 10% da receita geral do estado. Contudo, conforme o Relatório do Governador Pedro Ludovico (1933), o desenvolvimento produtivo da região não correspondeu às expectativas momentâneas, haja vista que a falta de condições objetivas para a produção e escoamento cooperou para que os produtos da colônia se restringissem ao pequeno comércio da capital.

O incentivo à colonização em Goiás “não significou somente a aquisição de braços para o trabalho; o que é mais importante é a aprendizagem que fazem os nativos dos métodos novos e a emulação que lhes despertam na exploração de fontes de rendas até então desconhecidas” (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1930, p. 42).

No entanto, confere dizer que as condições objetivas previstas aos nativos comuns, desprovidos de posses, que por ventura desejassem desbravar o potencial econômico do estado, longe de configurar equivalência com os favores previstos aos imigrantes, reafirmavam uma perspectiva de modernização excludente e formatavam o que Borges (1990) chamou de relações pré-capitalistas.

Por outro lado, relações de trabalho capitalistas se davam na região sul do estado, onde se concentrava o maior número de imigrantes. Proporcionalmente, essas relações ocorriam em menor número, embora não se possa desconsiderá-las como potencializadoras de novos modos de ser e de significar as relações cotidianas. Isso porque, com base nos artigos sobre a imigração presentes na revista A Informação Goyana e no Relatório de Governo de Goiás, de 1933, é possível inferir que, no projeto de imigração para Goiás,

constavam, como expectativas, o fomento dos signos de civilidade; a aquisição de aptidões para o trabalho nos moldes capitalistas, tais como: emulação e disciplina; e a transposição do saber científico por meio de técnicas de culturas provenientes das nações desenvolvidas que seriam incorporadas pelos povos de Goiás, a fim de possibilitar o progresso do estado mediante a sua aptidão para o trabalho rural. O papel do imigrante seria, portanto, para além do fomento agrícola, de sensibilização do goiano para novos modos de viver, de se relacionar e de produzir o/no estado.

Nessa direção, a elite intelectual goiana através da AUG (Associação Universitária Goiana), sediada no Rio de Janeiro, mobilizava esforços no sentido de facilitar a via de acesso de imigrantes "à riquíssima e pujante terra de Anhanguera". Como exemplo, a Revista A informação Goyana (1932) noticiou que numa sessão de recepção, "revestida de brilhantismo", os membros da AUG se reuniram com o colonizador Dr. Jorseth Cirell Czerna com vistas a alocar em Goiás uma leva de imigrantes italianos. Contudo, não fica evidenciado nas publicações seguintes da Revista se o esforço dos associados resultou na potencialização da imigração na região (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1932).

Quanto às correntes migratórias para outras regiões de Goiás, além de trabalhadores interessados no potencial das terras de cultivo, levadas de pessoas do Norte, de Minas Gerais e de São Paulo emigraram em direção aos garimpos do Araguaia em busca de tesouros fabulosos e do enriquecimento repentino (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1929).

Sob outro marco regulatório, em 1933, o governo do estado, a fim de impulsionar iniciativas que se fizessem sentir para o cultivo de terras goianas por capitalistas sem onerar demasiadamente os cofres públicos, propiciaria a isenção do imposto de transmissão de propriedade e isenção, por cinco anos, do imposto territorial, extensivo aos imigrantes, quando adquirissem até 25 hectares para exploração agrícola (RELATÓRIO DE GOVERNO, 1933).

Com a inserção da região sul de Goiás na frente pioneira capitalista e com a diminuição progressiva de terras de cultivo no centro-sul do país, por consequência da alta concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e a reorientação que a lavoura cafeeira imprimiu à economia nacional, novas regiões de cultivo em Goiás tornaram-se um atrativo nas primeiras décadas do século XX. O baixo custo das glebas foi um convite aos que buscavam novas oportunidades (CHAUL, 2010).

Essa região foi a que mais recebeu imigrantes nacionais e estrangeiros, visto que muitos deles vieram por intermédio dos trabalhos prestados durante a penetração da ferrovia e em seguida se fixaram na região. As charqueadas, as fábricas de banha e as máquinas de beneficiamento de arroz foram instaladas majoritariamente por espanhóis e italianos. Os árabes, que em decorrência dos eflúvios da Primeira Guerra Mundial tiveram seu território controlado pela Turquia, chegaram a Catalão e região como vendedores ambulantes e, em seguida, dominaram o comércio varejista e atacadista (BORGES, 1990).

A tendência de modernização ocorria em vários níveis da sociedade regional como forma de ajustar as estruturas aos padrões da sociedade burguesa. O núcleo de oposição aos grupos familiarísticos (Bulhões, Xavier de Almeida e Caiado), que governaram o estado durante a Primeira República, tornava-se cada vez mais expressivo em Ipameri e Catalão ao longo da década de 1920. As ideias liberais ganhavam significados e as circularidades propiciadas pelos trilhos mobilizavam desde a arquitetura às novas práticas culturais. Pouco a pouco, a partir de 1917, a construção e exploração de rodovias ligadas a grupos privados sob o subsídio do governo do estado ligavam passageiros e mercadorias aos trilhos de ferro (BORGES, 1990).

Com o movimento revolucionário de 1930, as expectativas modernizantes se acirraram por todo o Brasil e com elas a mudança da capital do estado de Goiás tornou-se prioridade na pauta rumo ao progresso. Simbolizavam, duplamente, o desejo de renovação da política da Primeira República e uma nova fase do processo de expansão agrícola com vistas à integração do território brasileiro, *a posteriori* representada pela criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CHAUL, 2010).

Em suma, o processo de imigração, nas décadas de 1920 e 1930, representou um elemento basilar do processo de modernização de Goiás, uma vez que mobilizou recursos e incentivos estatais, além de movimentar a elite intelectual no sentido de incentivar via propaganda e de facilitar, através de intercâmbio político, a ocupação produtiva dos espaços potencialmente ricos e vazios do estado. Além disso, práticas culturais mais progressistas foram paulatinamente contribuindo para a circulação de valores de tipo urbano-industrial, considerando que estava em evidência junto ao processo de globalização a tensão entre as sociedades tradicionais e a construção da República. Esse projeto de imigração assumiu facetas distintas no decorrer da Segunda República, porque, ao invés do estímulo à vinda de

estrangeiros, a política varguista, de nacionalização do desenvolvimento, contribuiu para a chegada de migrantes brasileiros.

1.5. A MODERNIZAÇÃO EDUCACIONAL EM GOIÁS

Em Goiás, o revezamento da responsabilidade pela instrução primária marcou o descompasso entre estado-município na implantação da modernização educacional. Ao invés de avanços, o *jogo de empurra* estabelecido entre as esferas promoveu, no período de 1891-1917, a diminuição de escolas primárias e de crianças matriculadas. As tensões entre as oligarquias políticas correspondem, na historiografia da educação, à principal justificativa para o ocorrido. Em 1893, a esfera estadual mantinha 54 escolas primárias em todo o vasto território goiano, enquanto que, em 1917, havia somente 21 escolas. O número de crianças frequentes também havia despencado de 2.870, em 1901, para menos de 1000, em 1917 (PINTO, 2009).

A expectativa de uma reforma educacional em Goiás, através da modernização didática, metodológica e estrutural, pautada pela busca de padrões desenvolvidos em escolas dos estados de São Paulo e Minas Gerais, iniciou-se através da Lei n. 631 e do Decreto n. 5.930, de 24/10/1918. A reforma colocou a instrução primária sob a responsabilidade do estado, instaurou a forma graduada e propiciou que, a partir de 1919, fossem criados os primeiros grupos escolares. Muitos desses grupos conseguiram apoio dos municípios para sua construção e para a aquisição de equipamentos e material pedagógico (ALVES, 2007).

Contudo, as situações de improvisos, inadequações e precariedade marcaram o período e somente com o Decreto-Lei n. 8.538, de 12/02/1925, aplicou-se o primeiro regulamento para os grupos escolares, que significou a adesão do estado ao projeto de modernização educacional calcado no escolanovismo. O ideário pedagógico liberal foi firmado sob os pilares do ensino laico e gratuito e da inserção do método de ensino analítico (SILVA, 1975).

A implantação dos grupos escolares, no entanto, não significou o acesso de todas as regiões do estado a essa forma de educação escolarizada. As sub-regiões sul, sudeste e sudoeste, geograficamente situadas mais próximas às cidades progressistas do Triângulo

Mineiro, comportaram praticamente todos os grupos criados no período entre 1918-1925, que, por sua vez, constituíam-se em todo o Brasil como símbolo da modernidade e um espaço privilegiado de veiculação e produção de conhecimentos e comportamentos urbanos (PINTO, 2009).

Como as cidades do sul expressavam sua sintonia modernizadora, em Jataí, o principal edifício público era um grupo escolar, “dotado de todas as exigências preconizadas pela moderna pedagogia [...], o mobiliário, sóbrio e moderno, foi adquirido pela Intendência Municipal”. Rio Verde possuía um bom prédio para o grupo escolar e escolas rurais disseminadas pelo município. Em Caldas Novas, destacava-se, entre as ótimas construções, o "magnífico prédio para o grupo escolar". Pires do Rio, em 1922, contava com apenas duas casas modestas ao lado da estação e, passados sete anos, aglomeraram-se na cidade mais de 600 casas. Embora de proporções muito reduzidas, já se podia calcular aproximadamente cinco mil habitantes no município, 1 Ginásio, 2 escolas públicas de ambos os sexos e escolas particulares (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1929, p. 30).

Em contraste, o relatório de inspeção procedida no norte do estado, apresentado ao governo em 1933, informava a impressão difícil que os técnicos tiveram ao visitarem as escolas públicas.

Providas algumas, na sua maioria, por normalistas, o que demonstra a boa orientação do governo convém salientar, entretanto, a falta absoluta de material escolar. Em nenhuma delas existe um mapa, sequer um quadro negro ou mesmo livros de qualquer espécie e esta falta se estende ao mobiliário uma vez que em cada uma delas só há um ou dois bancos, de quatro pernas, obtidos às expensas do professor; bancos esses que mais parecem móveis de suplícios, dada a sua inadaptabilidade aos fins a que se destinam. (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1933, p. 74)

Segundo dados do Relatório do Governador Pedro Ludovico (1933), no triênio 1928-1930, os oito estados cujas despesas orçamentárias com o ensino público contaram com melhores dotações, com base nas suas despesas fixadas, foram Minas Gerais, 23,8%; Sergipe, 20%; São Paulo, 16,3%; Ceará, 15,4%; Rio de Janeiro, 15,4%; Goiás, 14,7%; Espírito Santo, 14,5%. Em 1932, o valor dispensado com a instrução pública de Goiás aumentou para 24,32%, correspondendo à cerca da quarta parte da sua receita orçamentária, o que elevou o estado ao 2º lugar entre as demais unidades do país.

Em 1930, estava em funcionamento 274 estabelecimentos escolares, sendo: 20 grupos escolares, 147 escolas mistas, 44 do sexo feminino, 56 do sexo masculino e 4 Escolas Normais; em 1931, o número de estabelecimentos de ensino em Goiás atingia o total de 212; em 1932, havia 306, sendo: 25 grupos escolares, 11 escolas complementares, 1 jardim de infância, 4 aulas avulsas, 54 escolas do sexo masculino, 51 do sexo feminino, 140 escolas mistas, 5 escolas noturnas, 1 faculdade de direito, 1 escola de aprendizes artífices, 11 escolas normais, 1 Liceu e 1 colégio Anchieta (RELATÓRIO DE GOVERNO, 1933).

O financiamento da educação entre 1932-1940 foi, aos poucos, sendo reduzido, pois em 1935 passou para 20,10% e em 1939 para 15%. Em contraste com a redução geral, as escolas públicas estaduais de Goiânia não sofreram redução orçamentária significativa. Além dessa distinção econômica, no Grupo Escolar Modelo, as professoras recebiam 400 mil réis por mês e nos demais grupos escolares espalhados pelo interior o valor pago era de 300 mil réis mensais. Os professores da capital tiveram aprovado, no orçamento de 1939, salários maiores que os professores do interior (PINTO, 2013).

Segundo Pinto (2009), o que se processou em Goiás foi um tipo de modernização excludente, característica da modernização brasileira, que afasta a grande maioria dos indivíduos e grupos de suas benesses. Além do mais, a despeito do aumento no número de estabelecimentos escolares após 1930, Nepomuceno (1994) pondera que o interventor do estado investiu mais na construção de escolas isoladas ou salas de aulas em reformas de escolas que propriamente em prédios específicos para os grupos escolares e escolas normais. O que de fato ocorreu, conforme as autoras supracitadas, foi o deslocamento da responsabilidade do estado para as municipalidades, especialmente a partir da mudança da capital. Então, através de acordos com os prefeitos, sem qualquer legislação específica, os municípios dinamizaram a expansão da rede de escolas no estado.

Nessa direção, as reformas na educação e as reordenações políticas, durante os anos 1920 e 1930, acabaram por movimentar as expectativas modernizadoras em Goiás, tornando algumas cidades cada vez mais dinâmicas e alinhadas com a busca pela civilidade. A modernização empreendida preservou os aspectos que se julgaram eficazes e necessários ao contexto e à conjuntura local e incorporou parâmetros e rotinas da escola e da cidade que significaram a civilidade pretendida (PINTO, 2009).

A reforma de 1925 vislumbrou uma série de reordenações nas práticas escolares e configurou os usos do corpo dos estudantes goianos, de modo a sintonizá-los com os signos do trabalho e da urbanidade. Reiterou-se, portanto, um calendário e o horário de início das aulas, já fixados na Lei 631 de 1918, além do recreio e do tempo de férias. As prescrições dos programas, que também orientariam a rotina nas escolas isoladas, contemplaram as dimensões de educação moral e cívica, intelectual e física que inseriam na escola goiana práticas, discursos e saberes até então estranhos ao seu universo. Os exercícios ginásticos, militares e de canto para os meninos; a ginástica orgânica e canto para as meninas; aulas de civilidade e urbanidade; a preocupação com a higiene, com a decência e os estímulos às brincadeiras infantis com finalidades pedagógicas refletiam a modernização desejada através da escola (PINTO, 2009).

Alguns aspectos que contrariam os princípios de modernização, que outrora permaneceram com a reforma de 1918, são significados pela historiografia da educação como a manutenção dos signos do atraso e da tradição coronelista. Só para exemplificar, seguia-se a contratação de professores quase sempre a partir da indicação de coronéis, pois a obrigatoriedade da escola, mesmo trazida a lume pela reforma, mantinha-se sob a responsabilidade dos pais, protetores e tutores; e os percalços da educação, por vezes, eram atribuídos à inobediência e à não idoneidade do professorado goiano (ALVES, 2007; PINTO, 2009).

No final da década de 1920, entre as tensões da oligarquia no poder (liderada por Brasil de Ramos Caiado) e os constitucionalistas, as preocupações com a educação pública foram evidenciadas com a reforma de 1929. Como parte da estratégia reformista, contou-se com o apoio da Missão Pedagógica Paulista, que buscou a modernização da educação popular no estado por meio da elaboração de decretos, programas de ensino, treinamentos de atualização pedagógica e inspeções com vistas à garantia da adequação da nova concepção educacional (SILVA, 1975).

Com duração de, aproximadamente, nove meses, a missão foi composta pelos professores Humberto de Souza Leal, José Cardoso e Cícero Bueno Brandão e representou o compromisso do Estado com a difusão dos fundamentos da educação moderna. Sendo assim, Humberto de Souza Leal chefiou a missão e exerceu, durante o período, atividades como a de diretor da Escola Normal. José Cardoso foi o responsável pelas aulas de

metodologia, música e pedagogia no curso de Aperfeiçoamento Pedagógico, assumindo também a direção da Secção Pedagógica anexa ao jornal Correio Oficial do Estado, encarregada de difundir os pressupostos da reforma, com orientações didáticas, plano de atividades, recomendações aos professores, entre outras medidas. Já Cícero Bueno Brandão, sargento da Polícia Militar de São Paulo, autoridade em ginástica sueca conduziu as aulas de ginástica no curso de Aperfeiçoamento Pedagógico e realizou trabalhos de inspeção escolar e acompanhamento das atividades dos professores nos grupos escolares (CORREIO OFFICIAL, 1930).

Particularmente, no tocante à educação física, a presença de Cícero Bueno Brandão na missão pedagógica revela o interesse do estado de Goiás em torno de uma sistemática pedagógica que colocasse o corpo como centro da atenção, cuidado e intervenção social. Por um lado, a função de Cícero na reforma da educação indica certo aparelhamento de Goiás às exigências de formação do novo homem e da nova mulher a nível nacional e internacional, concatenados com os requisitos psicofísicos e com as determinações do trabalho no modelo capitalista. Por outro lado, esta presença é estimuladora de uma percepção mais sensível e laicizada de ser humano, que leva em conta os interesses da criança e que reconsidera sua corporeidade como centro do processo formativo. Na medida em que isto ocorre, o jogo, o brinquedo e, particularmente, a educação física parecem assumir uma função potencializadora das descobertas individuais e de formação de uma cultura física em Goiás.

Com a reforma, buscou-se afinar o passo com uma educação mais ativa, com fim em si mesma, e construída a partir dos interesses da criança com vistas aos conhecimentos que tivessem relação com as experiências infantis. No que se refere aos professores, competir-lhes-iam a conciliação das exigências da instrução coletiva com os interesses individuais dos alunos (CORREIO OFFICIAL, 1930). Segundo Silva (1975), esta foi, indubitavelmente, a fase na qual um espírito novo favorecia outra orientação administrativa para os assuntos educacionais. Sob a influência dos movimentos de reconstrução educacional em alguns estados brasileiros, iniciativas surgiram em Goiás na tentativa de soerguimento do ensino.

No fluxo dessas iniciativas nas primeiras décadas do século XX, com base nos estudos de Saviani (2008), é possível inferir que a escola foi se tornando uma potente

instituição cuja finalidade seria atingir o cerne da rudez e da ignorância dos longínquos brasileiros e sanar os males que interferiam no progresso da nação. Inicialmente, ligado às iniciativas de reforma da educação em diferentes estados, o entusiasmo pela educação ficou conhecido como movimento escola nova/escolanovismo, que, em linhas gerais, advogou pelo conhecimento através da experiência em detrimento das práticas altamente livrescas. Compreendia-se assim que mais importante que aprender seria aprender a aprender, sendo que a escola, através da facilitação do professor como mediador da aprendizagem, configuraria como veículo de correção e harmonização social. Com isso, a dimensão estrutural e material deveria permitir condições para que o aluno construísse sua própria motivação.

A descentralização própria dessa etapa da vida republicana também permitiu releituras distintas, inspiradas nas reformas educacionais europeias e estadunidenses. Desse modo, múltiplos interesses e experiências concorreram para a formalização de um projeto de educação nacional nos anos 1920, com destaque para o núcleo católico *versus* liberais. A Associação Brasileira de Educação (ABE), que se originou em 1924 com vistas à articulação de uma política nacional de educação, foi o principal espaço de conciliação e disputa pelo projeto de educação brasileira. Com a Revolução de 1930, inicialmente sob um terreno mais propício para a renovação, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 refletiu na conciliação de posturas políticas liberais, registrando, por meio do princípio universalizante da educação, o direito de cada indivíduo a sua educação integral, laica, gratuita e obrigatória (SAVIANI, 2008).

Na disputa por uma educação integral, a educação física esteve de modo privilegiado entre os saberes eleitos para a tessitura das reformulações sociais. Ancorou discursos e práticas ligadas ao cotidiano das cidades e das escolas, vocalizando a tradição médica e militar através das dimensões: higiênica, eugênica e cultural. O seu valor pedagógico, conforme José Cardoso, estaria, pois, na transformação étnica via cultura do físico (CORREIO OFFICIAL, 1930).

Nas escolas públicas goianas, professores e alunos participaram intensamente na produção de uma cultura urbana, com destaque para as práticas festivas e lúdicas (PINTO, 2009). Os discursos nas festas buscavam sensibilizar a população sobre os benefícios da educação, assim como da modernização pedagógica apresentada pelas instituições

(ALVES, 2009). Através do Correio Oficial também é possível identificar a festa escolar como lugar de educação do corpo, tanto dos escolares quanto do povo em geral. Em algumas circunstâncias, as festas são relatadas com entusiasmo, evidenciando as autoridades presentes, os acontecimentos e a sensação do articulista ao vivenciá-la.

No livro *A Festa do Santo de Preto*, de Brandão (1989), verifica-se que o espaço da festa é sempre de formação cultural e, como tal, congrega ao mesmo tempo em que confronta significações sociais variadas de ordem individual e coletiva. A festa tende a separar o que deve ser lembrado do que deve ser esquecido. Isto é, a festa ressalta em cerimônia aquilo que merece ser resgatado e que deve unir uma coletividade, suprimindo coisas, acontecimentos e símbolos através do silêncio não festejado.

Apesar de o autor tratar de uma festa de motivação religiosa, as congadas de Catalão/GO e as suas formulações teóricas não se restringem aos rituais desse tipo. Quanto ao estudo aqui empreendido, pode-se induzir que as festas escolares, esportivas ou cívicas tendem a evidenciar signos ligados à educação do corpo de seus participantes diretos ou indiretos, através da vestimenta, dos comportamentos desejados, da pontualidade, da eficácia da palavra ou do gesto empreendido nos corpos que se apresentam como interlocutores da higiene, disciplina, autocontrole, robustez, cultura e do trabalho. E por tal motivo compreende-se que a presença da educação física nas comemorações públicas em Goiás dos anos 1920-1930 concorre para a sua participação ativa no processo de socialização de novos costumes, hábitos e valores em solo goiano.

Figura 2 - Palácio da Instrução em um dia de festa escolar. Cidade de Goiás – Goiás



Fonte: Bretas (1991, p. 611).

A educação física adentra a escola no Brasil como parte do processo socioeducativo que pretendeu transformar essa instituição em uma referência cultural moderna, ativa e eficiente. Como modelo de bons costumes, e com forte teor moralizante, a partir de 1920 e sob forma de ginástica e esporte, uma variedade de ações cívicas e comemorativas foi organizada pela ABE (Associação Brasileira de Educação) como estratégia de socialização que extrapolava os muros da escola e que permitia incorporar os valores, os códigos e o próprio desenvolvimento esportivo, que pressupõe, nas sociedades escolarizadas, uma série de condicionantes, regras, práticas e saberes tipicamente modernos (LINHALES, 2006).

Dentre os componentes curriculares advindos com a renovação educacional, merece destaque a psicologia, por consubstanciar as bases para uma educação ativa. Ao adentrar o programa do curso da Escola Normal, conforme noticiou a imprensa oficial do estado, a psicologia teve como propósito confrontar o “empirismo roceiro (que alimenta a rotina, inimigo da transformação), despertar e desenvolver em experiência os ditames superiores da ciência do espírito”. Considerada uma ciência necessária para uma educação eficiente, a psicologia contribuiria como meio para conhecer a alma infantil e, por conseguinte, permitiria proposições mais adequadas para o desenvolvimento natural da criança (SUPPLEMENTO DO CORREIO OFFICIAL, 05/05/1930).

José Cardoso, fundamentado nas ideias de Durkheim, no artigo denominado “A Psychologia na Escola Normal”, afirmou que a função do educar é desenvolver os estados físicos e mentais, sobretudo preparando o indivíduo para vida adulta. Para ele, “a escola é uma peça do organismo social a ela anexada intencionalmente para socializar a criança”. Dessa maneira, havia a necessidade de uma educação apoiada em dados psicológicos e científicos (SUPPLEMENTO DO CORREIO OFFICIAL, 05/05/1930).

A ênfase na psicologia e na própria sociologia como formas de compreender, explicar e agir segundo as demandas específicas da criança comunica uma escola forjada como uma pequena comunidade de necessidades específicas que aprende a vida adulta através da vivência dos interesses infantis. Além disso, José Cardoso mencionou os ensinamentos da biogenética e do desenvolvimento infantil, a fim de sensibilizar as professoras para que o interesse do educando fosse despertado por meio de jogos educativos e para que não se forçasse a criança a nada contrário ao seu desenvolvimento natural.

Para Manacorda (2010), o novo princípio educativo que vem surgindo penosamente nos séculos da Idade Moderna, entre muitas contradições, é de várias formas: o da moralidade do trabalho, da relação educação-trabalho, cultura-produção. O trabalho e a psicologia correspondem respectivamente ao desenvolvimento objetivo das capacidades produtivas sociais e a descoberta da criança solicita a necessidade de desenvolver a sua psique através de formas adequadas, com vistas à educação sensório-motora e intelectual por meio de jogo, da livre atividade, do desenvolvimento afetivo e da socialização.

Em suma, as reformas educacionais empreendidas pelo estado de Goiás, na Primeira República, buscaram introduzir parâmetros modernos de educação do corpo da criança e de reorientação da formação de professores, assim como a ampliação do acesso ao ensino escolarizado.

Nota-se, pois, uma modernização educacional que articula aspectos progressistas às práticas tradicionais, que concentra os melhoramentos nas principais cidades da sub-região sul e central do estado, onde se observava, respectivamente, maior desenvolvimento econômico e influência política. E, por fim, entre os conteúdos da reforma, destaca-se a educação física como conhecimento privilegiado para a formação integral e como mobilizadora de novos códigos, sentidos e comportamentos preconizados pela modernidade. A seguir, serão evidenciados alguns desses elementos.

1.6. OS ASPECTOS DE MODERNIZAÇÃO EDUCACIONAL NOS TEXTOS DO JORNAL CORREIO OFFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS

Os textos veiculados pelo jornal Correio Oficial são ilustrativos do que se desejou como formação do ser goiano, mas, também, evidenciam as orientações que deram corpo à Reforma de 1929 e as influências escolanovistas que foram compondo a cena educacional da região. Para abordá-los, toma-se de empréstimo a percepção de Nepomuceno (2002) de que o periódico é um instrumento político-educativo preocupado com a formação de uma consciência sobre a vida cotidiana e as práticas socioculturais. Particularmente, a autora refere-se à revista A Informação Goyana, porém, compreende que o Correio Oficial e, especialmente, o Suplemento Pedagógico, que vigorou anexo a ele, sejam correspondentes no ensejo de sensibilizar os leitores para novas práticas educacionais.

Através dos textos que tematizam a educação, selecionou-se um conjunto de quatorze textos publicados entre 1929-1936, que, a nosso ver, permite um panorama do imaginário e das preocupações que conduziram a modernização educacional em Goiás durante os anos 1920-1930, assim como os aspectos teórico-metodológicos prescritos como fundamentais para o desenvolvimento social e, por isso, político, econômico e cultural do povo goiano. Observa-se, inicialmente, que os textos que fazem menção ao novo/moderno modo de educar fazem, também, menção à maneira como a escola se encontrava.

Dentre as razões explicitadas para a renovação, destaca-se a correlação entre educação e desenvolvimento. A educação tradicional, de caráter elitista, desinteressante, passiva e centrada no professor, é percebida como impeditivo do progresso, enquanto os aspectos republicanos e renovadores são amarrados ao discurso moralista, muitas vezes ligados à religião. Consoante aos estudos de Heller (2008), compreende-se que a moral cumpre, nesse caso, pelo menos duas funções: uma é a inibição, o veto de práticas socioculturais indesejadas; e a outra é a de transformação, culturalização das aspirações do indivíduo e da coletividade.

Nessa direção, o Relatório do Governo Federal Provisório de Goiás (1933), publicado no Correio Oficial, apresenta as aptidões necessárias para a constituição do homem moderno, afinado com os mais recentes preceitos de civilidade, embora reconheça que a realidade regional se revela significativamente equidistante das experiências melhores sucedidas do país. Mais do que isso, afirma ainda que Goiás encontrava-se na retaguarda da renovação educacional.

Os países vanguardeiros da civilização moderna [...] estão empenhados na educação integral do homem de amanhã, esmerando-se, á porfia, em dotá-lo de conhecimentos intelectuais e robustez física e mental em grau que o tornem apto a exercer uma ação humana e útil no seio da sociedade a que pertença. [...] O professorado primário de Goiaz, com poucas exceções, ainda desconhece os métodos e os recursos da verdadeira Escola Nova, também chamada Escola Progressista [...] o Estado de Goiaz está, infelizmente, fadado a coxear na retaguarda, enquanto os seus co-irmãos marcham longe, alguns a passos acelerados, outros com mais ou menos lentidão, mas quase todos na sua frente. (RELATÓRIO DE GOVERNO, 1933, p. 9-13)

É consenso na historiografia que o estabelecimento de uma rede de escolas primárias, assim como a produção e circulação de um conjunto de referências basilares para a escola, foi se constituindo lentamente em Goiás (SILVA, 1975; NEPOMUCENO, 1994; ALVES, 2007; PINTO, 2009). No que diz respeito à formação integral, o relatório evidencia que se trata de uma tendência mundial associada às civilizações modernas e dirigida à formação de um porvir. No entanto, fazia-se necessário que uma perspectiva de educação ampla, multifacetada, em que os conhecimentos intelectuais, físicos e mentais, proporcionalmente fracionados, alcançassem de maneira eficaz o professorado a fim de permitir, através da educação, condições para o exercício da verdadeira humanidade, que seria, por natureza, produtiva socialmente.

Uma estratégia discursiva que vigorou na Primeira República e que se estendeu por boa parte do século XX em Goiás foi a de responsabilização/culpabilização dos professores pelo que seria o ocaso da educação, isto é, pela ineficiência da escola e pelo limite de abrangência das reformas (ALVES, 2007; PINTO, 2009). A autoridade do professor era considerada um dos temas mais importantes da educação, não sendo possível, pois, conceber a educação sem ela. O professor dotado de autoridade pautar-se-ia, sobretudo, na competência e no comprometimento com a sua missão. Para isso, deveria se atentar para os quesitos, força de vontade, formação cultural, sentimento da própria autoridade, dever do exemplo e amor às crianças (SUPPLEMENTO DO CORREIO OFFICIAL, 1930).

A cultura seria a condição para que se pudesse argumentar diariamente. Por consequência, todo professor deveria ter uma biblioteca em casa e exercer o estudo continuado. O próprio saber seria condição de respeito e clareza nas explicações. Além da cultura científica, o professor deveria também saber guiar a classe, mantendo sempre a ordem e a disciplina, que seria a base de todo o ensino. Conhecer os princípios didáticos orientadores da marcha da escola e os fundamentos psicopedagógicos da “elevada tarefa” era considerado complemento que, aliados à cultura geral, tornaria o educador a verdadeira extensão da palavra (SUPPLEMENTO DO CORREIO OFFICIAL, 21/06/1930).

O sentimento da própria autoridade estaria na competência do professor de se colocar para o aluno como intérprete da sociedade, de modo a lhe transmitir as ideias morais de seu tempo, com vistas à formação de homens honrados, que procederiam bem em todas as circunstâncias. Sob o dever do exemplo, o professor teria de cumprir o que

pregava, já que “os exemplos educam mais que as palavras” e ficam gravados na mente. E, por último, os bons professores seriam aqueles capazes de amar as crianças e, para esse fim, ao entrar na classe o professor deveria fazer-se sempre satisfeito, deixando fora as contrariedades e estimulando as menores conquistas (SUPPLEMENTO DO CORREIO OFFICIAL, 21/06/1930).

“Uma aula bem dada”, a saber, deveria provocar atividades que originariam o crescimento físico e mental do educando.

A forma socrática de ensinar, a tão conhecida forma de conduzir os discentes ao conhecimento da verdade por perguntas frequentes que os convidem a colaborar com o mestre, está a merecer, é fora de dúvida, cabal e pronta defesa para que caiam por terra de vez as exposições fatigantes, produtoras de bocejo e do sono [...] (SUPPLEMENTO DO CORREIO OFFICIAL, 06/1930).

Logo, o estudo atraente, feito com "mais gosto" pelo professor, encorajaria a criança, tendendo levá-la para o exemplo dos caracteres fortes e nobres, sendo lei universal a condição do homem que conquista o pão pelo próprio esforço.

O estudo, sendo levado para o lado agradável, toma o colorido próprio daquele que torna lindos os dias da criança. Ela se afeiçoa a este exercício de inteligência, as horas passam depressa, ela aprende tudo com facilidade, guarda bem o que aprendeu e toma amor aos livros. As classes onde os alunos são como folhas secas, destituídos da chama viva do entusiasmo, e sem o estímulo tão necessário para serem levados aquelas horas, essas classes constituiriam verdadeiras prisões, e horas de sacrifício às crianças, ávidas de movimento e de alegria (CORREIO OFFICIAL, n. 3.322, 12/11/1936).

A escola atraente e ativa seria lócus de “cultivo de corações, inspiradora de doçura e afeto mútuo”, mas, para isso, o professor deveria se esforçar via planejamento para captar a confiança e a atenção do aluno e para manter com ele uma boa relação por meio de proposições significativas e capazes de entusiasamá-los. Com isso, coloca-se em questão o que os estudos modernos chamam de atividade principal da criança aquilo que a permite compreender o mundo e as relações socialmente construídas de maneira prazerosa e, por isso, bem sucedida. O movimento, a alegria, o jogo, a brincadeira e a educação física tornariam o exercício para a inteligência (CORREIO OFFICIAL, 1931).

Em 1931, antes mesmo do estabelecimento da obrigatoriedade do ensino religioso pelo chefe do governo provisório via Decreto n. 19.940, de 30 de abril de 1931, sob o título

“Escola Ativa”, José A. Curado defendeu, em um artigo publicado no Correio Oficial, a instrução e o trabalho à luz da religião para a elevação do país “à senda do desenvolvimento”. Segundo o autor,

A *instrução* é o farol poderosíssimo para esclarecer a sociedade obscurecida pela ignorância; o *trabalho* é o antídoto efficacíssimo para salvar o povo da contaminação dos vícios. A escola era o campo escolar por Anchieta para fazer guerra à ignorância, aos vícios e aos maus costumes, os maiores inimigos das nações. A escola era o campo escolhido por Anchieta para semear a palavra divina, cimentando na educação religiosa o civismo da brasilidade nascente (CORREIO OFFICIAL, 05/01/1931).

Entusiasta do pensamento de José de Anchieta, José Curado tomou a escola como principal artífice do progresso e construtora da nação, visto que pela escola dar-se-iam a religião e o trabalho e, por conseguinte, o civismo e a nação. Assim, na escola encontrar-se-ia "o caminho aberto às gerações brasileiras para a conquista da grandeza nacional". A escola ativa reorientaria a escola da vida para a inteligência, para a vida da produção e através do ensino religioso o povo seria capaz de elevar o seu conceito sobre o mundo (CORREIO OFFICIAL, 05/01/1931).

Isto posto, “o predomínio do elemento europeu, as riquezas do país, o labor dos colonos, o ardor belicoso dos índios, o partidarismo e o regionalismo”, todas essas questões relevantes para a época, reunidas, não seriam o caminho, a rota do progresso e da glória para a nação. A escola seria, pois, “o campo vasto, plano e saudável para iniciar a formação da nacionalidade, iluminando as asperezas raciais dos três povos, para irmaná-los nos mesmos ideais de paz, de trabalho, de justiça e de amor, para formar com eles uma nação forte, poderosa, nobre e digna do Brasil” (CORREIO OFFICIAL, 05/01/1931).

Também partidária da formação de uma raça forte, a Diretoria Geral do Interior, em artigo denominado “Higiene Escolar”, afirma que

Acima da instrução literária está a rigidez do corpo. Nada há de mais belo do ponto de vista étnico-racial, do que um indivíduo eugenicamente perfeito, senhor de saúde maciça, com ótimos dentes, todos os órgãos normais e harmônicos, fortes músculos, apetite normal, sono regular, etc. [...] Cumpre-nos lançar os alicerces de uma raça forte, que percorra todas as escalas do desenvolvimento físico em demanda da perfeição eugênica (CORREIO OFFICIAL, 22/04/1932).

Para os pedagogos escolanovistas, a escola deveria ser um local para a formação de hábitos saudáveis e de cuidados com o corpo. Desse modo, médicos higienistas, educadores e intelectuais entusiasmaram-se com a capacidade civilizadora da prática escolar. Assim, diferentes atores sociais frente a uma população escolar heterogênea, que demandava autoridades para fortalecer e veicular discursos e ações de progresso, encontraram, na educação física, um ponto de convergência para o projeto de regeneração da raça (PARADA, 2005).

No processo de modernização caberia, pois, à educação física a tarefa de desenvolver a dimensão corpórea. A ambição de disciplinar o corpo não teria como domínio a contenção da vontade. Ao contrário, despertar o desejo para a atividade estimulada e controlada pelo interesse comum de constituição da nação tornar-se-ia função da escola. Conforme os pressupostos de modernização em voga, o homem deveria superar os estigmas das moléstias infectocontagiosas que assolavam a cidade e o campo, a apatia causada pela má nutrição e pobreza que, por vezes, justificava-se pela não disposição dos mestiços brasileiros para o trabalho (SOARES, 2004; SCHNEIDER; FERREIRA NETTO, 2008).

A disciplina deveria ser uma “virtude” a ser exercida nas escolas pela obediência e pela conformação às ordens expressas nos regulamentos e emanadas dos mestres. Quando a ação ocorresse fora dessas ordens, romper-se-ia com o conjunto harmônico de um sistema de importância superior na organização de todas as sociedades. Ao exercê-la, “não praticamos, apenas, um ato de repercussão momentâneo ou local, mas preparamos o espírito para as finalidades mais altas da nossa vida, educando-nos, em primeiro lugar, para dirigir e, depois, para as práticas sublimes da resignação e da renúncia” (CORREIO OFFICIAL, n. 2.977, 29/03/1935).

Tal qual a disciplina, a iniciativa e a vontade constituíam-se qualidades essenciais para a vitória nas lutas da vida. Mas, para que o aluno desenvolvesse sua iniciativa, ele teria que senti-la no educador, sendo o educador, ele próprio, o espelho para a futura felicidade dos espíritos moços. Entre as causas que poderiam abafar a iniciativa e corromper a vontade estavam os pais que externavam em demasia a sua afeição e que exageravam resolvendo e pensando pelos filhos; o medo do esforço, a moleza, que era vista como a

inércia de espírito; a falta de segurança de si mesmo e a falta de confiança vinda do pensamento de receio (CORREIO OFFICIAL, 1936).

A vontade defeituosa deveria ser melhorada e a vontade, propriamente dita, desenvolvida e cultivada, porque com perseverança tudo se alcançaria; e a firmeza era vista como primeiro passo para a perfeita aquisição das grandes vontades. Assim sendo, firmeza e perseverança multiplicariam os esforços e assegurariam o sucesso final. Ao professor, caberia, portanto, lapidar o coração da criança, corrigindo a vontade, evitando os defeitos, que seriam expulsos, se a mesma educação tivesse bases firmes (CORREIO OFFICIAL, 1936).

Em síntese, o que parece em curso nas prescrições educacionais do Correio Oficial é a intenção de desenvolver as personalidades para que as crianças se transformassem, futuramente, em homens e mulheres capazes de auxiliar no desenvolvimento do meio em que vivem, de modo a incorporar-se à cadeia de bons sentimentos e de aptidões que pudessem cooperar para a construção social afinada com os pré-requisitos da vida moderna. O domínio dos próprios impulsos e das tendências mais acentuadas para o mal representariam o caminho mais seguro para o engrandecimento da humanidade, que veria o valor da disciplina à luz dos modernos ideais educativos. O conceito moderno de educação, logo, consiste na transformação da conduta do indivíduo por meio da experiência resultante da ação e reação entre indivíduo e meio ambiente (CORREIO OFFICIAL, 1935).

Há, com isso, um apelo para a dimensão religiosa, tanto na formação do aluno quanto na função e no compromisso do professor. Além disso, nota-se uma tomada de medidas cujo fito parece ser a reorientação da realidade da educação regional através das prescrições oficiais moralizantes, sendo o corpo do professor o primeiro alvo. Em outras palavras, como um espelho, o corpo-professor deveria instigar, refletir e fazer vigorar a força de vontade, o interesse pela cultura, a higiene, a ordem, a disciplina, a persistência, a atividade, o vigor e a satisfação, sendo ele mesmo o melhor exemplo a ser seguido. Como fim, a educação buscou a harmonização entre as dimensões, intelectual e física, elegendo, para isso, o corpo como lugar preciso para a inscrição das aptidões requeridas para a vida moderna. Contudo, nessa relação, a educação física sempre esteve subordinada ao desenvolvimento do intelecto, isto é, desenvolvia-se o corpo para melhorar a inteligência e

a moral. Assim, a educação física esteve como conteúdo de produção, correção e conformação da saúde, da raça, da inteligência e do caráter.

A ponte que liga a estrada de ferro à modernização educacional, neste capítulo, é o caminho para se reconstruir alguns acontecimentos históricos permitidos com as reordenações econômicas e as transformações culturais que se processaram do ponto de vista mais amplo e que colocaram em evidência as relações sociais até então inexistentes. Objetivamente, buscou-se apresentar os aspectos de modernização em Goiás no período de 1929-1937.

Dentre as modificações observadas, a busca pela incorporação da região à fronteira capitalista consubstanciou injunções políticas que, com a Revolução de 1930, trariam a alteração do domínio político da região e o afinamento com os pressupostos de modernização. As condições de pouco desenvolvimento e menor influência política na esfera federal, reservadas às regiões mais afastadas do litoral, colaboraram para que Goiás buscasse estratégias de fomento e divulgação do estado, a fim de atrair a atenção de investidores e imigrantes europeus para o cultivo da terra na Primeira República, mas também para o fomento de preceitos e valores considerados civilizados e técnicas agrícolas mais desenvolvidas. A partir da inserção da estrada de ferro em Goiás, foi possível a dinamização econômica em algumas cidades e novas pessoas, práticas culturais, informações e mercadorias puderam circular no estado. Concomitantemente, cresciam o interesse e as ações pela difusão da escola pública popular como condição para o progresso e civilidade.

Nesse contexto em que a escola se tornava símbolo e protagonista das transformações que se desejavam para a sociedade, em Goiás, estratégias discursivas e práticas foram empreendidas desde a reforma educacional de 1918, sintonizando Goiás aos princípios republicanos e progressistas vocalizados pelo movimento escola nova. Sob o princípio de formação integral, a educação do corpo, particularmente através da educação física, apresentou-se tanto como uma tendência nacional de conformação do corpo produtivo, bem como uma manifestação cultural inovadora, valorizando o físico e propulsando os signos de urbanidade. A seguir, serão tratados alguns fundamentos pedagógicos da educação física em Goiás veiculados durante os anos 1930, no intuito de

demonstrar a influência de pedagogos, militares e médicos como principais interlocutores da área.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM GOIÁS

Nas quatro primeiras décadas do século XX, o debate sobre o melhor método ocupou boa parte dos textos que abordaram a educação física. Partidários da ginástica sueca, alemã, francesa e dos jogos e esportes anglo-americanos porfiaram sobre o caráter educativo de suas proposições, principalmente através de artigos publicados em jornais. Entre as preocupações expressas pela nascente educação física, destacaram os limites, os cuidados higiênicos, o equilíbrio e moderação dos exercícios pelo controle atento dos métodos científicos. Em linhas gerais, a educação física deveria controlar os dispêndios excessivos de energia para corpos ainda não robustos, objetivo esse que poderia ser alcançado através da ginástica científica (GÓIS JUNIOR, 2015).

Nesse sentido, pretende-se trazer a lume os fundamentos da educação física veiculados em Goiás através do jornal Correio Oficial, entre os anos de 1930-1934. Para isso, foram eleitos dez artigos que tiveram a educação física como centralidade. Dos dez textos, sete são de autores goianos ou de pessoas que trabalharam em Goiás, um texto mistura transcrição e autoria e somente dois artigos tematizam o esporte, mas que foram totalmente transcritos de outro estado. A imprensa oficial do estado, através de interlocutores ligados à educação, à força pública e aos médicos, veiculou textos cujo caráter pretendeu subsidiar a educação da elite para o trato com a educação física, assim como tensionar para novas compreensões e debates acerca desse conteúdo.

2.1. ASPECTOS DA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE GOIÁS

É sabido que em Goiás as preocupações com a educação, que também diriam respeito à educação física, funcionaram como um dos principais elementos a favorecer o entusiasmo e a mobilização diante delas. Foi então através de ações no âmbito das escolas que a prática de diferentes tipos de exercícios físicos tornou-se, pouco a pouco, presente na região. Inicialmente, isso se deu por intermédio de atividades difusas, pouco sistematizadas, na maioria dos casos precárias, mas já apreendidas como importantes, e por vezes

imprescindíveis, num tempo relativamente curto. Contudo, tais práticas ganhariam relevância e estatuto de um saber especializado no programa curricular nas escolas de Goiás (DIAS, 2014).

A primeira iniciativa em prol da educação física indicada pelas fontes reserva-se aos militares. Na Companhia de Aprendizes Militares, conhecida popularmente como Quartel de Menores, ao lado das primeiras letras e da música eram ministradas ginástica, natação e instrução militar. Essa instituição, que vigorou em Goiás por 14 anos, entre 1877 e 1892, era subordinada ao Ministério da Guerra e possuía como objetivo abrigar desvalidos e, quando maiores, aproveitá-los no serviço militar (BRETAS, 1991).

Com o anúncio da extinção da Companhia, o jornal *O Publicador Goyano* (*apud* BRETAS, 1991, p. 396-397) comunicou com pesar os ônus trazidos pelo fechamento do quartel de menores e evidenciou a função da ginástica desenvolvida ali.

Compungiu-nos o coração a triste notícia da extinção da Companhia de Aprendizes Militares, que há tantos anos foi criada nesta Capital, e que tão benéficos resultados tem apresentado. Ninguém ignora a utilidade de tal instituição: ali encontra o órfão, esse coitadinho desprotegido da fortuna, o conforto para os seus sofrimentos, recebendo bom alimento, bom vestuário, o cultivo intelectual necessário, aprende a música, a gymnastica de desenvolver o seu physico, tornando-o forte de fraco que era.

Em 1892, no Instituto Episcopal nota-se mobilização por parte de Dom Eduardo quanto à inclusão de uma cadeira de ginástica escolar que deveria ficar sob a responsabilidade do francês Remigio Bardy, ex-oficial do exército francês, engenheiro geógrafo. O que não se evidencia nas fontes é se, de fato, as aulas e a cadeira de ginástica chegaram a vigorar, haja vista que, por desacordos e fortes tensões políticas, o Instituto foi transferido em 1896 para Uberaba (BRETAS, 1991).

De acordo com Dias (2014), como requisito para a equiparação do Liceu de Goiás com o Ginásio Dom Pedro II, o Decreto n. 4.089, de 23 de fevereiro de 1916, fixou mudanças no regulamento do Liceu de modo que uma delas previu a inclusão de aulas de ginástica para todos os quatro anos daquele estabelecimento de ensino, bem como designou um professor para ministrá-las. Desta feita, o Ofício n. 4.092, de 26 de fevereiro de 1916, nomeou Francisco Mondino como professor de ginástica do estabelecimento e essa foi a

primeira vez que um professor fora contratado especialmente para ministrar aulas de educação física numa escola goiana.

Nessa ocasião, além do Liceu, Francisco Mondino também ministrou aulas na Escola Normal, ao mesmo tempo em que se manteve vinculado à Escola de Aprendizes Artífices de Goiás. Tanto o Liceu quanto a Escola Normal dispunham de uma cadeira de ginástica. Como o Liceu já contaria com alguns materiais de ginástica, considerando que, em julho de 1916, Vicente Podotella recebera 300\$000 por materiais fornecidos para tais aulas (DIAS, 2014).

No que se refere aos exercícios físicos no ensino primário, a partir de 1915 havia esforços para a inclusão de jogos e brincadeiras durante o intervalo da aula, com a primazia de formação do caráter das crianças e como meio de correção dos defeitos adquiridos na educação doméstica. Mas, somente a partir da Lei n. 527, de 7 de julho de 1916, que, entre outras providências, buscava-se criar um grupo escolar na capital, a fim de reorganizar a instrução primária do estado. Assim, a ginástica passava a compor, ao lado da música, canto, trabalhos manuais, entre outros, a proposta curricular do ensino primário de Goiás que somente vigoraria a partir de 1918 (DIAS, 2014).

Segundo Pinto (2012), em 1918, a Lei n. 631 e o Decreto n. 5.930, de 24 de outubro desse ano, sinalizaram o marco inicial de um período de reformas educacionais que perdurou até o final da Primeira República. Além de transferir definitivamente a responsabilidade pela instrução pública para a esfera estadual e criar o primeiro grupo escolar em terras goianas, a reforma conhecida como João Alves de Castro e Americano do Brasil deflagrou novos parâmetros para a organização escolar, ampliou o número de escolas e estimulou a adoção de novos métodos de ensino, representando, assim, a gênese da implementação e difusão do escolanovismo em Goiás.

Na reforma, o ensino primário deveria obedecer ao método intuitivo e se constituir de educação moral e cívica, educação intelectual e educação física. A parte física, isto é, a educação física, deveria ser desenvolvida de maneira essencialmente prática com vistas ao crescimento orgânico da criança. Para o sexo masculino, caberiam exercícios gerais de ginástica e militares e de canto; para o sexo feminino, aplicar-se-ia a ginástica orgânica e o canto (GOIÁS, 1918).

Além disso, a ginástica deveria compor parte dos programas das festas em comemoração à bandeira, ao aniversário da fundação do grupo escolar, ao aniversário da cidade onde funcionava o grupo, ao início e encerramento dos trabalhos letivos, assim como a distribuição dos certificados, ao lado de atividades de poesia, cantos e hinos escolares (GOIÁS, 1918).

A educação física, os exames, os cantos, os recreios, as aulas de civilidade e urbanidade, o estímulo às brincadeiras infantis com finalidades pedagógicas, bem como a nova maneira de definir os tempos escolares, os novos saberes e a ordenação de um novo método de ensino, entre outras novidades, compuseram, nesse contexto, um conjunto de dispositivos conformador do discurso educacional, que pretendia, igualmente, regular as práticas pedagógicas, tanto nos grupos escolares quanto nas escolas isoladas e reunidas (PINTO, 2012).

Sob o veio modernizador, passo a passo, as práticas corporais foram se desenvolvendo nas primeiras décadas do século XX em Goiás. Em suma, a aula de ginástica e a instrução militar por vezes se justapuseram. Militares e civis compartilharam métodos, espaços e materiais de ensino, além de convicções a respeito do valor, da função e da relevância do ensino da educação física na escola (DIAS, 2014).

As iniciativas de políticos locais e da elite intelectual comprometidos com ideais modernizadores e preocupados em fazer de Goiás uma região reconhecida em âmbito nacional, certamente, contribuíram para o empenho na disseminação da escola primária, bem como da educação física. A incorporação de práticas tidas como modernas à época e que estavam sendo desenvolvidas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul consubstanciou os estímulos para a ampliação dos saberes escolares com vistas à redefinição dos fins e dos meios educacionais (DIAS, 2014).

Dentre as reformas que se seguiram, o Decreto n. 9.951 A, de 17 de setembro de 1928, criou o jardim de infância de Goiás. Em seus artigos 9º e 10º, respectivamente, reiterados no regulamento de 1930, constam exercícios físicos com os dedos, mãos, braços, pernas e cabeça, além de marcha, saltos, rondas, corridas e jogos imitativos do cultivador e do operário, acompanhados sempre de cantos (GOIÁS, 1928).

Imitar o trabalhador agrícola e o operário seria uma forma sensível e prática de apresentar o caminho do trabalho às crianças, assim como socializá-las para as

gestualidades e comportamentos típicos desses ambientes. Os cantos, tão necessários para renovar o patriotismo em voga durante a Primeira Guerra e nos anos que se seguiram, também funcionavam como ginástica respiratória. Entretanto, deve-se considerar que a presença da educação física e de outras práticas corporais no projeto político e pedagógico de Goiás é contígua à adesão de uma escola mais ativa e de lugar mais relevante para o corpo. Sendo assim, a afinidade da educação física com a atividade/movimento tende a intercambiar outras práticas culturais ligadas ao lazer e sociabilidades mais cidadinas, para além da escola. Como, por exemplo, as intencionalidades presentes no jogo de futebol e de basquetebol; a constituição da associação atlética a fim de reunir sob um mesmo estatuto, os clubes de futebol do estado; os campeonatos e as festas esportivas, que extrapolavam quaisquer expectativas de educação escolarizada.

O regulamento dos grupos escolares de 1925 evidenciou as afinidades entre as mudanças na educação primária em Goiás e a prática de exercícios físicos. Com isso, especialmente as turmas do terceiro e do quarto ano, mas com indicativo de que o programa se estendesse para as turmas do primeiro e do segundo ano, contavam com ginástica respiratória, marchas, evoluções, danças cadenciais, movimentos metódicos e ordenações em forma, além de corridas com arcos, de velocidade e resistência, havendo também jogos ao ar livre, voleibol e basquetebol (DIAS, 2014).

Sobre a percepção de educação e infância em curso, a intervenção na atividade infantil deveria ocorrer, somente, para discipliná-la, corrigi-la e orientá-la para o sentido da formação dos primeiros hábitos morais, higiênicos e sociais. Dos objetivos previstos no Regulamento da Instrução Primária de Goiás, em seu artigo 59, o ensino primário “tem por fim não somente a instrução, mas antes e, sobretudo, a educação, que compreende toda a obra destinada a auxiliar o desenvolvimento físico, mental e moral das crianças (GOIÁS, 1930).

Na relação terminológica entre educação e instrução, enfatiza-se a educação como forma mais completa de conceber e lidar com o sujeito. Além da compreensão de educação integral, tem-se a ideia de que o desenvolvimento infantil é natural e que para o professor cumprir-se-ia o papel de mediar a aprendizagem, de modo a conduzir a criança aos valores, costumes e hábitos socialmente desejados. O que parece em evidência, sob forma de lei, são as primeiras manifestações de um sentido, concomitantemente, higiênico e eugênico

aplicado à escola em Goiás, isto é, uma legislação que busca intervir e corrigir os corpos. Por um lado, o higienismo que se expressa no bojo dos cuidados de si; por outro, ao ser transportado para o âmbito coletivo, materializam-se em práticas com vistas à regulação das ações sociais para a correção dos costumes e, logo, para melhorar a raça.

Sob o rigor de fontes documentais variadas, Dias (2014) demonstra que o período entre 1917-1929 representa os momentos iniciais da organização institucional da educação física em escolas de Goiás e pondera que isso não significa que a educação física tenha sido efetivada e prontamente incorporada ao cotidiano das escolas primárias nesse período. Nessa direção, parece que a criação dos grupos escolares em 1918 e especialmente a Missão Pedagógica Paulista, ocorrida entre 1929 e 1930, traduzem movimentações mais significativas no sentido de cimentar a prática de exercícios físicos no ensino primário goiano. Além disso, a popularização crescente do esporte no Brasil concorreu para esta consolidação institucional e, ao mesmo tempo, para difusão da educação física nas escolas goianas, favorecendo o seu reconhecimento público mais geral.

Dos cuidados à saúde referentes à higiene escolar, no Regulamento da Instrução Primária do Estado de Goiás (1930), a ginástica era indicada como meio para a correção dos defeitos ortopédicos individuais, sendo, pois, prescrita pelo médico e supervisionada pelo professor de educação física. Ademais, somente a chancela do médico escolar permitiria a dispensa do aluno de uma lição de ginástica, fosse ela corretiva ou não.

Chaul (2010) assevera que a problemática da higiene pública tornou-se instrumento estratégico para dar à medicina estatuto político próprio, poder de examinar e tomar medidas de organização, controle e regulação da vida social em Goiás. Especialmente, o governo de Pedro Ludovico Teixeira veiculou preocupações sanitárias e educacionais como premissas para a modernização do estado.

Assim, a utilização do discurso médico, tão em voga nas práticas políticas nacionais nos anos de 1930, amalgamava Goiás à convicção de se integrar ao projeto de nação, tal qual situava a educação física como prática social indispensável para a formação moderna. Vale destacar que a inserção da educação física no projeto político-pedagógico de Goiás ocorreu nas primeiras décadas do século XX, entre 1917-1929, no fluxo das iniciativas nacionais para a formatação da função social da escola. Todavia, não é possível identificar qual foi o tempo necessário para que esta prática alcançasse as escolas dos

rincões de Goiás. Mas, a julgar pela volubilidade dos investimentos na educação estadual, as variadas formas escolares que coexistiram e a modernização desigual e excludente do estado induzem que a educação física foi compondo lentamente a cena das cidades e, para tal, diferentes atores sociais foram mobilizados.

Nessa direção, serão destacados, nos próximos subitens, as instituições, os atores e os discursos que conduziram as formulações sobre a educação física em Goiás nos anos posteriores a sua inserção curricular.

2.2. PRESCRIÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA CÍVICO-PEDAGÓGICA

Dentre os artigos eleitos para a narrativa, o primeiro denomina-se “Educação Physica”, de autoria do professor José Cardoso, membro da Missão Pedagógica Paulista e redator chefe da Seção Pedagógica, suplemento do Correio Oficial que possuía como finalidade “suscitar debates em torno de assuntos educacionais que pudessem conduzir a novas normas e conduta, esclarecendo dúvidas e despertando o gosto pela pesquisa” (SILVA, 1975, p. 254).

Na introdução do texto, José Cardoso reservou alguns parágrafos para informar a dispensabilidade de se delongar sobre “o já sabido e amplamente vulgarizado valor pedagógico da disciplina educação física”. Para ele, a preocupação com o treino físico estava em relevo nos projetos de reforma do ensino de todo o país por ser capaz de intervir no problema “magno da nacionalidade”. Sendo assim, José Cardoso informou que o treino físico existia nas escolas de Goiás, em lugar de destaque, “menina dos olhos” de José Gumercindo Marques Otero, Secretário do Interior, que, “como médico ilustrado, mais que ninguém” pôde ter a plena certeza de que

[...] Só pela gymnastica, hoje considerada ciência biológica exata, poderá o Brasil, formando no seu povo o sexto sentido de Fernando de Azevedo, o *sentido da saúde*, deixando de ser o “vasto hospital” que parece ser, para se transformar com *os torneios athéticos, os jogos desportivos, e os exercícios regulares de cultura física*, larga aplicação seja dada ao sistema educativo do eminente pedagogo sueco [...] *país de raça forte* que saiba e possa enfrentar [...] os revezes inevitáveis da vida e alcançar assim a glória legítima reservada tão somente aos *povos dinâmicos*. [...] Não se concebe mais nação de anêmicos e apáticos, incapazes, por deficiência orgânica de esforços que a elevem espiritualmente no conceito dos

países civilizados. (SUPPLEMENTO DO CORREIO OFFICIAL, 06/03/1930, p. 6; Grifos meus)

Diante do diagnóstico de adoecimento da população brasileira, especialmente pela incapacidade de superar a letargia, o autor apresenta o potencial salvacionista da cultura física. Como visto, o sistema educativo sueco não se restringia à dimensão física, por meio dele, poder-se-ia modificar a ideia de saúde, desassociando-a do estado de adoecimento. Isto, por sua vez, interferiria na conquista de novos hábitos ligados à saúde da sociedade como um todo e, por consequência, transformaria o moribundo em glorioso.

A ênfase sobre a nova produção cultural, com vistas à adesão de outros padrões de vida, cuidado e circulação na cidade, elegeu a civilidade e a saúde como precípuas do desenvolvimento e progresso. E, em Goiás, para cumprir tal desiderato, o método ginástico sueco foi indicado para a educação física escolar, cujo fim previam a educação física e moral, além de preconizar o patriotismo e o nacionalismo como constituintes da educação.

Em suma, os exercícios físicos, a vida ativa, a prática de jogos esportivos sem excessos apresentavam-se como um novo cenário para a população, ávida de intervenções sociais e culturais. Através do cuidado de si e da construção de hábitos eugênicos, os conteúdos da educação física seriam significados como parte integrante da escola pública, a serviço do desenvolvimento harmônico entre a dimensão corporal, intelectual e moral.

Dessa feita, para reafirmar o compromisso com a formação de certo “*typo eugenico*” em Goiás, José Cardoso reclamou as bases científicas da ginástica, sua origem culta e a associou a uma “campanha eminentemente nacional digna dos maiores aplausos, que se estriba nos sábios ensinamentos da *psychologia* e da *biologia*”. De acordo com os pressupostos defendidos,

A transformação étnica [...] far-se-á também inevitavelmente com a cultura do físico, porque as modificações anatômicas do homem, assimiladas, como está comprovado, pelo exercício *gymnastico* em gerações seguidas, tornam-se transmissíveis hereditariamente e concorrem, assim, para melhoramento da espécie. A *gymnastica* dar-nos-á deste modo o ser humano forte, sadio de espírito e inteligente, como o deseja a eugenia. (SUPPLEMENTO DO CORREIO OFFICIAL, 06/03/1930, p. 6)

A educação do corpo pela intervenção da ginástica vislumbrava, portanto, a melhoria racial pautada em ideais de branqueamento étnico, distinção e elevação da pátria para a construção de um tipo de brasileiro apto e desejoso pela civilidade.

Góis Junior e Lovisolo (2003), ao investigarem a educação física e as concepções higienistas sobre raça nos periódicos especializados da área, *Revista Educação Physica* (1932-1945) e a *Revista Educação Física do Exército* (1932-2000), perceberam que, no período de 1930, houve a reprodução das correntes *lamarkista* e *galtoniana* no campo da educação física brasileira. A corrente *lamarkista* tinha Fernando de Azevedo como principal representante e postulava a herança dos caracteres adquiridos, enquanto que a teoria *galtoniana*, liderada pelo professor de higiene da Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil, Waldemar Arenó, tinha como referência a teoria *darwiniana* no que concerne à não transmissão de caracteres adquiridos.

Esses autores afirmam que a teoria *lamarkista* teve maior influência nos escritos da educação física e se materializou com viés intervencionista no campo da saúde. A suposta inferioridade física era justificada pelas condições e adversidades social e econômica, de saúde pública e de educação. A educação física contribuiria para o aprimoramento físico e moral que seria transmitido às gerações posteriores. Todavia, a teoria *galtoniana* alertava para a não consistência científica da transmissão genética de robustez e de valores e, por isso, proclamava a eugenia ativa através da regulamentação do casamento e da esterilização de doentes. Nessa perspectiva, a educação física representaria o bem viver da antiguidade clássica, o corpo e o espírito teriam os mesmos cuidados e a conservação da saúde seria, verdadeiramente, um dever.

Contudo, os apontamentos do estudo comparativo de Góis Junior (2017), denominado *Georges Demeny e Fernando de Azevedo: uma ginástica científica e sem excessos (Brasil, França, 1900-1930)*, evidenciam interlocutores que colaboraram para o nascedouro da educação física no Brasil e que a mentalidade de sustentação da ginástica científica (moderada e sem excessos) produziu uma cultura de ginástica eclética, tanto no Brasil quanto na França.

Com isso, é possível intuir que as concepções higienistas difundidas por meio da educação física foram resultantes dessa cultura híbrida, não podendo, por conseguinte, ser tomadas como genuínas. Ao contrário disso, por vezes, as percepções higiênicas e eugênicas se confundiram quanto ao modo pelo qual o mecanismo de purificação racial funcionaria, se seria pela influência cultural ou pela transmissão genética de caracteres.

Concomitantemente, mediante as preocupações com a constituição do povo goiano, e que também diriam respeito à forja de um corpo social renovado, discursos e ações foram conduzidos ao longo dos anos 1920-1930, a fim de sintonizar Goiás às indicações proferidas pelos estados mais progressistas. De forma particular, a partir do Governo Pedro Ludovico, as perspectivas higienistas se acentuaram, destacando-se, por exemplo, a criação da Diretoria de Higiene e a produção do Regulamento da Saúde Pública no Estado, e ainda a mudança da capital como principal bandeira do governo. Em que pese a materialização das prescrições propaladas pelo Regulamento, o que se pode notar é que houve forte intencionalidade de controlar os meandros da vida cotidiana dos goianos.

Chaul (2010) demonstra que nesse período os discursos de saneamento em Goiás se afixaram como alegoria do progresso e da modernização, atribuindo-se à Cidade de Goiás a imagem de doente em estado terminal e Goiânia sendo o resultado do saber médico que possibilitaria a “passagem da necrópole para a metrópole”.

Outro artigo, denominado “Educação Física”, foi publicado em 1931 na Coluna da Escola Normal do Correio Oficial de Goiás, sob autoria de Izabel Gomes de Mendonça, aluna da Escola Normal. Na ocasião, o Suplemento Pedagógico já havia sido extinto e a Coluna da Escola Normal vigorava como espaço privilegiado para a difusão de preceitos educacionais.

O texto aborda procedimentos metodológicos para o trato com a educação física. E, para tanto, menciona a sua divisão em positiva e negativa, sendo que a educação física negativa implicava em conhecimentos higiênicos e hábitos saudáveis e a educação física positiva tratava dos exercícios físicos propriamente ditos. Aplicada ao conjunto da vida fisiológica, a educação física vinha a ser o desenvolvimento apurado do organismo no sentido de bem dotá-lo das condições normais da vida que lhe era dada.

A educação física positiva trataria especialmente dos exercícios ginásticos que reforçam e apuram o organismo e se completa pelos esportes e jogos físicos. Da adolescência até a mocidade foram indicados não só para o desenvolvimento muscular, mas também pelo seu caráter de educação moral na cultura da vontade, formação do caráter e do espírito de disciplina, desenvolvimento da atenção, capacidade de esforços.

O training bem conduzido e bem entendido é um modelo de disciplina voluntária e de ordem na ação [...] A ginástica

equilibradôra, tem os seus melhores exercícios na ginástica sueca [...] dirige-se especialmente ao desenvolvimento do sistema muscular, corrigindo todos os defeitos do andar, de atitude, do porte, da gesticulação em geral. (CORREIO OFFICIAL, 30/09/1931)

Com uma ação ampla, tanto na profilaxia quanto no tratamento, a ginástica sueca, ou ginástica “equilibradora”, como adjetivada pela normalista, foi eleita como método da educação física em função das vantagens de intervir no corpo da criança e produzir nela homens robustos e de espírito desenvolvido, alegres, aptos para vencer os espinhos da vida. Os esportes e os jogos físicos foram recomendados no ensino, nos momentos de convivência infantil, isto é, nos recreios, e para o desenvolvimento harmônico dos sentidos, da atenção, do raciocínio, do organismo em geral e da solidariedade entre as classes e os alunos. Especificamente para as crianças menores, caberiam os jogos físicos e para os adolescentes, a ginástica.

No Congresso Nacional de Educação de 1934, realizado em Fortaleza (CE), a educação física ganha em autonomia administrativa e fica a cargo de uma superintendência ligada aos departamentos de educação de cada estado, mas com autonomia técnica integral. Nas fontes investigadas, não foi possível identificar se e como esta autonomia ocorreu em Goiás (CORREIO OFFICIAL, 1934).

De acordo com as fontes, em 1934, a educação física escolar em Goiás já se situava sob patamares mais sólidos, observando-se uma maior movimentação na cidade no que tange aos eventos esportivos, cívicos e festas escolares em que as apresentações de caráter gímnico e esportivo constituíam-se em espaço privilegiado de educação do corpo. Paralelamente aos acontecimentos internos a Goiás, têm-se o Congresso Nacional de Educação e a Constituição Federal, que, respectivamente, oficializam mudanças em curso no âmbito da educação e da educação física. Na educação, os dissensos sobre a formação do povo brasileiro são amainados pelos ideais de melhoramento racial que tomam espaço e se definem como objetivo da educação na Constituição, o que por si só permite maior visibilidade à educação física.

2.3. CONTRIBUIÇÕES MILITARES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Getulino Artiaga, representante das forças policiais da Cidade de Goiás, publicou quatro textos sobre os conhecimentos teórico-metodológicos da educação física em diferentes fases da vida e do processo de escolarização, todos eles ao longo de 1934. No texto intitulado “Educação Física Elementos Fisiológicos”, o autor define a educação física como um conjunto de ciências harmonizadas para dar desenvolvimento às possibilidades físicas do homem ou da mulher (CORREIO OFFICIAL, 11/02/1934).

Conforme Artiaga, embora a história da educação física seja vista ainda de modo superficial, é sabido que, desde tempos remotos, o seu progresso acompanha a marcha evolutiva dos tempos e dos acontecimentos. E, por isso, torna-se premente envidar esforços para desvencilhá-la como forma de penetrar na origem de certos fenômenos fisiológicos. Além disso, também são necessários conhecimentos adquiridos na vida prática, tal qual um estudo considerável de psicologia e de pedagogia, cujas regras constituem um fator relevante para a aplicação consciente dos métodos de educação física (CORREIO OFFICIAL, 1934).

O autor elenca algumas bases para a educação física e aponta para o estudo da sua história como meio de reconhecer outras. O conhecimento sobre os elementos fisiológicos, seria irrefutavelmente o caminho para pôr à mostra a educação física. A psicologia e a pedagogia, além do empréstimo de seus conhecimentos já acumulados à educação física, também ofereceriam o caminho de suas experiências como campos de saber calcados nos estudos experimentais.

O indivíduo, seja qual fosse o seu sexo, ao receber os efeitos benéficos da educação física metódica e cientificamente ministrada, sente aumentar suas forças vitais e se torna preparado para resistir às afanosas lutas morais e aos embates da vida material. Dessa feita, a educação física tem ação poderosíssima na tonificação moral e materialmente. E, “todo método bem aplicado surte efeitos producentes, e contraproducentes são os resultados de toda prática mal conduzida” (CORREIO OFFICIAL, 08/02/1934, p. 3).

O autor, *a priori*, não se posiciona explicitamente em favor de um método de educação física quando discorre sobre seus efeitos, talvez por compreender que mais importante que defender um método seria tratar de modo geral a educação física. Assim, a robustez física e moral, tal como nos artigos de Cardoso e Mendonça, são consideradas

orientadoras de todo e qualquer procedimento relativo à educação física. Contudo, vale considerar que, nesse contexto, conforme Parada (2006), vigorou no plano nacional forte concorrência quanto ao melhor método de educação física para os brasileiros. Em 1932, sob crescente influência militar nas instâncias decisórias do país e, particularmente, pela despona do Exército como núcleo de formação dos primeiros especialistas em educação física, o Decreto n. 21.324 legalizou a utilização do método francês na educação escolar.

Os artigos “Educação Física Elementar”, “Educação Física Secundária” e “Educação Física Superior”, de Getulino Artiaga, mais do que uma sequência sobre os procedimentos metodológicos para cada fase da vida escolar, buscam uma relação entre o desenvolvimento humano, os cuidados com o corpo, os conteúdos e os procedimentos da educação física. Com efeito, o termo educação física é utilizado tanto para designar a educação do corpo quanto para a disciplina escolar. Nesse sentido, Paiva (2004) evidencia que os usos do termo educação física representaram sentidos variados nas teses médicas desde o período oitocentista, perpassando o sentido genérico de educação como parte do projeto de formação integral, os cuidados com a higiene pessoal, os cuidados com a higiene institucional dirigida à melhoria da educação, os cuidados com o nascimento e as pregnancies morais relativas ao temperamento, casamento, sexo e masturbação.

Assim, para abordar a educação física escolarizada, Artiaga a divide em cinco períodos distintos: para o período infantil, que compreende a primeira infância até os seis anos, caber-se-ia a educação física sensorial; no período “pré-pubertário”, dos seis aos treze anos, educação física elementar; no período “pubertário e pós-pubertário”, dos treze aos dezoito anos, a educação física secundária; e no período juvenil, dos dezoito aos trinta e cinco anos, educação física superior, esportiva e atlética, curso de aplicação; e no período da idade madura, dos trinta e cinco anos em diante, conselhos e práticas higiênicas da velhice (CORREIO OFFICIAL, 11/02/1934).

Essa sistematização se assemelha ao que fora indicado por Platão para o plano educacional da Grécia Antiga, conforme Marinho (2005), de que, em resumo, a ginástica e a música estabeleceriam a harmonia do corpo saudável e da perfeição da alma entre os alunos de 7 a 17 anos. Os jovens, de 17 a 20 anos, seriam submetidos aos exercícios militares, concomitantemente à leitura, escrita, aritmética e geometria. Entre os 20 e 30 anos, os alunos que apresentassem capacidade intelectual considerada superior seriam

dirigidos ao estudo sistemático das ciências; os outros poderiam continuar o exercício na vida militar. Entre os 30-35 anos, os homens dedicar-se-iam aos processos de investigação e, após esse período, os que demonstrassem capacidade intelectual superior seriam considerados filósofos e exercitariam sua capacidade intelectual e científica em outros patamares. Aos filósofos que chegassem aos 50 anos de idade, caberiam retirar-se da vida privada e dedicar-se à reflexão sobre as coisas justas e belas.

A afinidade da proposta de Artiaga com as influências do Iluminismo francês fundamentou-se na formação antiga clássica para eleger parâmetros culturais a fim de combater o obscurecimento da Idade Média por meio da educação física. Conforme Soares (1998), admiradores da cultura grega, os homens de ciência que na França dedicaram-se ao estudo da ginástica, declaravam-se legítimos continuadores da produção grega clássica. A ginástica foi tomada, portanto, como importante instrumento de recuperação daqueles modos de ser e de se organizar socialmente.

Nas primeiras sistematizações na sociedade ocidental sobre o conteúdo ginástica, reuniu-se sob essa denominação um conjunto de práticas corporais, tais como: exercícios militares de preparação para guerra, jogos populares e da nobreza, acrobacias, saltos, corridas, equitação, esgrima, danças e canto, que ao serem recuperados traduziam o tipo ideal de corpo médio a ser perseguido (SOARES, 1998).

Artiaga, para melhor orientação na aplicação da educação física elementar sugeria a subdivisão: 1ª fase, dos 6 aos 9 anos; 2ª fase, dos 9 aos 11 anos; 3ª fase, dos 11 aos 13 anos, desenvolvida pelo médico francês Boigey, que, em síntese, preconiza a proteção nos exercícios para o perfeito desenvolvimento físico do educando, suas orientações consistiam na “apreciação do valor físico” que só seria possível por meio de mensurações biométricas acompanhada do exame médico completo (GOMES *et al.*, 2013).

Contudo, Parada (2005) alude que essas modificações nos rumos da educação física não evidenciam somente a adesão a um novo método, mas sinalizam para uma nova concepção doutrinária cada vez mais afeita às intervenções no corpo social com vistas a regenerá-lo.

Particularmente, sobre a educação física em Goiás nota-se em curso uma orientação teórico-metodológica até então subsidiada, a julgar pelos escritos oficiais, pelo método ginástico sueco difundido ao longo da reforma educacional de 1929. Assim, para a

educação infantil, até completar seis anos na escola maternal, caberia a educação sensorial, isto é, a educação dos sentidos, sem maiores estímulos. Para isso, contar-se-ia com a mãe para corrigir os defeitos respiratórios ou deficiências motrizes, de modo a preparar o organismo ainda frágil para receber a educação física elementar. No segundo período, “pré-pubertário”, considerando o desenvolvimento ósseo em curso, caberiam cuidados especiais e exercícios que tivessem perfeita equivalência com o desenvolvimento fisiológico da criança. Seria indispensável, nesse período e no ensino secundário, contar com a colaboração de um médico educador, já que, consciente das questões patológicas, poderia evitar iminentes danos físicos (CORREIO OFFICIAL, 1934).

Nessa fase, a educação física deveria estimular e dirigir a criança, não se permitindo submetê-la a exercícios atléticos ou que exigissem dispêndio de força e nem exercícios corretos, precisos, ao passo que eram aconselhados exercícios de mímica, jogos de imitação, pequenos jogos coletivos, jogos respiratórios e atitudes educativas em marchas cantadas. No segundo período, o organismo, já melhor desenvolvido e resistente, comportaria um pouco mais de esforço, exercícios mais demorados, educativos simples, exercícios de flexibilidade, pequenos jogos de imitação, educação respiratória, podendo iniciar os exercícios de natação, observadas, todavia, as regras de sequência progressiva (CORREIO OFFICIAL, 1934).

No terceiro período, seriam permitidos exercícios mais intensos, ainda que fosse necessário o máximo de cuidado em sua aplicação para evitar transtornos patológicos decorrentes da aproximação do período “pubertário”. Aplicar-se-iam, então, os mesmos exercícios do período anterior, aumentando a execução do que era elementar, como exemplo, correr, saltar, trepar, carregar, entre outros. As lições não deveriam ser muito prolongadas, em torno de 20 e 30 minutos, os pequenos jogos, interessantes e divertidos seriam relevantes para que as lições não fossem fastidiosas (CORREIO OFFICIAL, 1934).

Na educação secundária, os órgãos respiratórios, com reflexo no coração e no sistema nervoso, já comportariam exercícios mais enérgicos. Contudo, a experiência e os conhecimentos científicos do médico deveriam assegurar para que não ocorresse qualquer excesso que redundasse em abalos das funções orgânicas e deformações para o físico da criança. Apesar das intensas mudanças do período “pré-pubertário e pós-pubertário”, conforme Boigey (*apud* ARTIAGA, 08/02/1934, p. 3), “do ponto de vista fisiológico, quer

seja a dimensão física ou moral, o educador tem, diante de si, verdadeiras crianças, pois externa uma resistência aparente que somente o médico é capaz de aquilatar”.

A educação física no ensino superior corresponderia ao penúltimo da sistematização e pressupunha um preparo físico prévio, adquirido com a aplicação dos exercícios físicos nos períodos anteriores. As qualidades físicas regularmente desenvolvidas até aqui seriam conservadas e consolidadas *a posteriori*, a fim de aproveitar o valor físico adquirido. Nessa fase, seria possível ainda corrigir algumas deformações e defeitos físicos “já que o esqueleto não terminara a sua ossificação, que só se encerra aos vinte e um anos”. Feito isto, era possível desenvolver mais o organismo, harmonizando-lhe rigorosamente a forma e procurando um tipo de atleta perfeito. Os exercícios recomendados eram educativos e de aplicação, os grandes jogos esportivos, “como o futebol (o mais usual); o rugby, o volley, o cage-bool, e os esportes atléticos, como o boxe, a natação, a luta e as corridas” (CORREIO OFFICIAL, 01/04/1934, p. 2-3).

Não obstante, sobre a indicação dos jogos esportivos, o autor encerra o texto com a seguinte ressalva: “convém notar que o esporte tal como é praticado em nossos tempos, jamais alcançará um resultado satisfatório. Quem quiser praticar a boa educação física tem que ‘começar pelo princípio’, o que quase sempre não acontece” (CORREIO OFFICIAL, 01/04/1934, p. 3).

Nota-se que, ao mesmo tempo em que o autor apresenta os jogos esportivos como parte da educação dessa fase, ele também demarca uma restrição quanto ao modo que o esporte vinha sendo concebido dentro e fora de Goiás, evidenciando que, antes do esporte, deveria, necessariamente, ocorrer a preparação do organismo por meio da ginástica. Desse modo, fica exposta uma relação de interdependência entre a ginástica e o esporte, dois fenômenos inicialmente distintos que se entrecruzam como conteúdos da educação física, mas que carregam, respectivamente, as marcas de suas ressignificações modernas. A ginástica, mais atrelada aos pressupostos de cientificização e ao saber médico, e o esporte reservam suas afinidades com o divertimento e a comercialização que, desde os seus primórdios na Inglaterra, impulsionaram severas críticas por contrastar com a elevação do caráter e com as noções da civilização antiga clássica com a qual a sua forma moderna teve inspiração.

Destarte, os artigos de Getulino Artiaga expressam aspectos teórico-metodológicos para a educação física escolar afinados com as sistematizações francesas em curso desde 1921 no Exército brasileiro e formalizadas como alternativa para a educação física cívica em 1932, pelo Decreto n. 21.324. Atribuem-se, como conhecimentos basilares da educação física, a fisiologia, a psicologia, a pedagogia, entre outros, que somente com o aprofundamento nos estudos da história da educação física poderiam ser desvencilhados. Como intencionalidade pedagógica, prevalece a busca da robustez física e moral e, entre os procedimentos, destacam-se os cuidados com o corpo conforme o seu desenvolvimento biológico; o saber médico como regulador da aplicação dos exercícios; e a reserva do esporte à vida adulta, desde que o adulto tivesse adquirido progressivamente, através da ginástica científica, a capacidade física para exercê-lo.

2.4. CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS DA FORÇA PÚBLICA DE GOIÁS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA

Conforme Lunckes (2012), a partir de 1930, a reorganização da força policial de Goiás foi vista como primordial para a materialização do desejo de transformação dos sertões. Por meio do Decreto-lei n. 395, de dezembro de 1930, Pedro Ludovico Teixeira criou a Força Pública Militar de Goiás e a polícia tornou-se força auxiliar do Exército de 1ª linha, com um contingente de 33 oficiais e 471 praças distribuídos em três companhias de infantaria, um pelotão extranumerário e um esquadrão de cavalaria. Com a lei, o governo estadual se responsabilizaria pelo controle, formação e instrução militar do policial com base nas orientações do Exército nacional. Sendo assim, respectivamente, o Decreto estadual n. 750, de fevereiro de 1931, apresenta as diretrizes sobre a instrução da força pública militarizada e o Decreto federal de n. 23.126, de agosto de 1933, exige uma formação que fosse “contínua, gradual e objetiva” e o mais completa possível.

O capitão da Força Pública de Goiás, Lindolpho Emiliano dos Passos, em nota ao leitor do Correio Oficial (1932), apresenta breve relato sobre a fase inicial da reorganização da Força Pública em 1930. Menciona que, apesar do seu empenho para intensificar a instrução militar aos milicianos de Goiás, conforme as bases de militarização, não colheu resultado satisfatório, pois contou, primeiramente, com dificuldades relativas à

realidade orçamentária no estado de Goiás; em segundo lugar, com o afastamento quase total de seus elementos para diferentes pontos do interior do estado. Além dessas circunstâncias, outra, senão a mais importante, veio de encontro com a falta completa de material e, sobretudo, da ausência de um regulamento do exército que normatize a educação física.

Nesse contexto de embaraços, com o intuito de resolver as falhas existentes no preparo profissional da tropa, em 1932 o capitão da Força Pública de Goiás selecionou e transcreveu pontos dos regulamentos da instrução física adotados no Exército nacional, ademais sistematizando exemplos de lições com o objetivo de criar núcleos de exercícios fáceis e adaptáveis ao contexto goiano; e de possibilitar exemplos de lições para as diferentes categorias de soldados, através de um método racional e prático para sanar as dificuldades encontradas pelos encarregados de administrar a instrução física (CORREIO OFFICIAL, 1932).

O fim da instrução física militar constituía-se em adaptar o soldado à sua função de combatente e tinha por base ensiná-lo a marchar, arremessar, trepar, saltar, suspender e carregar pesos, correr, atacar e defender-se. Quando bem aplicados, os exercícios corrigiriam certos defeitos físicos e contribuiriam para o desenvolvimento da saúde, aumentando a resistência para os esforços contínuos, destreza e desenvolvimento muscular, tão necessários na guerra (CORREIO OFFICIAL, 1932).

Dessa forma, a instrução física deveria basear-se em quatro princípios. O primeiro, a determinação do valor físico, obtidos por exames médico e físico, cujos resultados deveriam constar em folhas individuais para classificação das turmas em normais e poupáveis. Das provas indicadas: corrida de 100 m, corrida de 1000 m, salto em altura, salto em extensão, lançamento de pesos, levantamento de alteres e natação (CORREIO OFFICIAL, 1932).

O segundo referia-se à adaptação do exercício ao valor físico, sendo um dos principais fatores do desenvolvimento fisiológico. Por isso, era indispensável a separação dos homens em grupos (fracos, médios e fortes) para não só auxiliar no desenvolvimento das funções de cada tipologia, mas também para guiar o instrutor na divisão racional dos trabalhos. Dos exercícios para cada grupo: fracos, flexionamentos, exercícios educativos, aplicações simples, pequenos jogos coletivos, grande jogos coletivos; médios,

flexionamentos, aplicações, pequenos e grandes jogos coletivos e jogos desportivos; fortes, aplicações, grandes jogos desportivos.

O terceiro princípio preocupava-se com a atração despertada pelo exercício, sendo o interesse e o prazer considerados vantajosos e estratégicos para todos os exercícios que deveriam ser tão variados quanto possíveis. Por meio da introdução de pequenos jogos, o instrutor despertaria nos homens o gosto pela introdução. Além disso, quando eles fossem denunciados pelo desânimo, os jogos colaborariam para a vontade de conseguir melhores resultados nos próximos exames.

Quanto ao quarto princípio, este consistia na verificação periódica dos efeitos produzidos pelos exercícios físicos e, para isso, de três em três meses de efetiva instrução se fazia o exame físico igual ao inicial, que seria sempre seguido de inspeção de saúde que permitia ao médico dar a orientação sobre o estado geral dos soldados e possibilitaria que todos os soldados que tivessem atingido os índices limites passassem para o grupo superior. Para os que já pertencessem ao grupo dos fortes, estes seriam submetidos a competições esportivas em vez do exame físico.

Observa-se que os princípios da instrução física policial e militar, tal qual se apresentam, são, em síntese, os princípios da educação física escolar, reservando, além do mais, um lugar muito específico para os jogos esportivos, preocupação esta também expressa no âmbito escolar. Salvaguardando as particularidades de cada instituição, ou seja, a função social da escola e da polícia, pode-se inferir que a educação física, no Exército ou na escola, partilhou de objetivos e procedimentos comuns para forjar o corpo forte, hábil, flexível, apto para a incorporação dos valores e dos desígnios modernos, e resistente às doenças e contaminações infectocontagiosas.

Os limites materiais quanto à melhoria mais urgente das expectativas de vida no sertão parecem conceder à educação física algum espaço privilegiado no projeto de modernização do estado, especialmente a ginástica como conteúdo primeiro para dar condições aos corpos ainda inaptos para impulsionarem o desejo e aderirem às ações rumo ao desenvolvimento, quer orgânico, ou econômico.

A instrução física militar era ministrada por sessão que poderia compreender: sessão de estudo, lições completas ou sessões de grandes jogos e de desportos individuais ou coletivos. Uma sessão de estudos comportaria o ensino dos elementos e a retificação dos

exercícios mal executados; as lições completas corresponderiam aos exercícios classificados por ordem de dificuldade, do simples para o complexo; e a sessão de grandes jogos e de desportos individuais e coletivos, que substituiria uma ou duas vezes por semana as outras, por ser o meio de recompensar, desenvolver a iniciativa e os estímulos, além do que, quando ministrada em grupos de jogadores, despertaria a solidariedade e a disciplina (CORREIO OFFICIAL, 1932).

Uma lição física militar completa teria de ser contínua, alternada, gradual, atraente e disciplinada. Isto é, contínua, quando a sequência dos exercícios fosse interrompida para a passagem de um a outro pela introdução de exercícios respiratórios; alternada, quando os exercícios alternassem parte superior e inferior do corpo, de modo a obedecer a ordem de sucessão das categorias de exercícios da lição propriamente dita; gradual, quando a intensidade do esforço exigido pelos exercícios fosse crescendo até o meio da lição e decrescendo até o fim e quando a dificuldade dos elementos de cada lição fosse aumentando; atraente, quando os exercícios de cada categoria fossem variados e que os jogos fossem introduzidos em momento oportuno pelo instrutor; disciplinada, quando o instrutor tivesse sempre sua escola na mão (CORREIO OFFICIAL, 1932).

As lições eram compostas de três partes: sessão preparatória, lição propriamente dita e voltar à calma. Na parte preparatória, o instrutor deveria assegurar a direção de sua escola, aquecer as articulações dos músculos e do tronco, educar o sistema nervoso, procurando a coordenação de todos os movimentos e permitindo elasticidade à caixa torácica e preparar a respiração para os esforços mais ou menos intensos que lhe fossem exigidos ao longo da lição. Essa parte compreenderia sempre formações de reunião, evoluções, marchas, flexionamentos dos braços, das pernas, do tronco, flexionamentos combinados de exercícios assimétricos e respiratórios (corretivos da caixa torácica) (CORREIO OFFICIAL, 1932).

A lição propriamente dita era a parte mais útil e eficiente da lição, pois exigia do organismo a maior soma de energias e maior atividade das suas grandes funções. As lições comuns, sessões de estudo, lições completas, deveriam ser ministradas quatro vezes por semana, com a duração de 45 a 60 minutos e compreenderiam sempre um ou mais exercícios de cada uma das sete categorias seguintes: marchar, trepar, saltar, suspender e

carregar pesos, correr, arremessar, lutar, e mais dois pequenos jogos escolhidos em cada série (CORREIO OFFICIAL, 1932).

Seguem abaixo alguns exemplos de exercícios para cada categoria:

1ª Categoria (marchar)

1 - Marcha alongada rápida; marcha com o tronco flexionado; marcha de quatro pés; marcha por lances; marcha rastejante; marcha em terreno variado; marcha dos atletas.

2ª Categoria (trepar, escalar, equilibrar)

1 - Cavalgar a trave, progressão para trás, para frente; equilibrar sobre a trave; transpor a trave com e sem impulso; transpor em escadas oblíquas, verticais, com auxílio das mãos e dos pés; trepar em cordas ou hastes verticais com auxílio das mãos e dos pés; trepar em uma corda ou hastes verticais, com auxílio das mãos e dos pés; trepar num mastro vertical; trepar numa tábua inclinada; trepar numa corda inclinada (passagem do cabo aéreo); [...] galgar a barra com auxílio de perna e dos braços; galgar a barra executando uma oitava; galgar a barra (muro) com auxílio dos antebraços; [...] escalada de um muro; descer de um muro; escalada de um muro com o auxílio de um companheiro; escalada de um muro com o auxílio de dois companheiros; escalada de uma barreira [...]; deslocar-se pendurado no muro.

3ª Categoria (saltar)

Salto em altura com impulso; salto em altura com impulso e com reversão; [...] salto com largura; salto em profundidade; [...] salto com apoio das mãos; salto de barreira; salto tríplex; salto de vara;

4ª Categoria (suspender e carregar pesos)

Suspender pedras, alteres, pesos e etc.; carregar um saco no ombro ou nas costas; transportar um camarada montado nas costas; transportar um camarada na nuca.

5ª Categoria (correr)

Corrida de velocidade (executar corrida de 50, 100 e 200 metros, sendo que as duas últimas só deverão ser exigidas aos fortes); corrida por lance, deitando-se no fim de cada uma; corrida em zig zag.

6ª Categoria (arremessar)

Arremessar pedras, granadas, com o braço flexionado; arremessar pedras, granadas com o braço distensionado; [...] arremessar bola com o punho, com as mãos, com o pé ou com a cabeça; [...] lançamento de peso; lançamento de disco; lançamento de dardo; lançamento de granada (nas diferentes posições: de pé, de joelhos e deitado).

7ª Categoria (lutar e defender-se)

Soco de combate (ângulo francês); luta, jiu-jítsu; luta à corda (tração) sentados, dois a dois; [...] luta à corda (tração por turmas - o cabo de guerra) (CORREIO OFFICIAL, 30/04/1932).

Dos pequenos jogos coletivos, dos grandes jogos e dos jogos desportivos indicados:

Pequenos jogos: a roda de chicote; o gato e o rato; o caçador e o corredor; a pescaria; a bruxa; verso e reverso; corrida de estafetas; o vai e vem; a carniça; o quebra canela; olha a bola; foge da bola; o canguru; o cavalinho de bola; a bola caçadora; o tripé; o poste humano; os prisioneiros; o manêta é senhor em sua casa; o curso.
Grandes jogos: as barras; barra bandeira; a bola no campo; a bola militar (com as mãos e com os pés); a pelota; a grande *téque*;
Jogos desportivos: a peteca; o golfe; ténis; hóquei; *walwt-polo*; voleibol; basquetebol; futebol (com três variações); *push boll*; *polol*. (CORREIO OFFICIAL, 30/04/1932)

“Volta à calma” tratava-se do momento de restauração do organismo que evita a passagem brusca da atividade ao repouso e compreenderia: marcha lenta, com exercícios respiratórios (flexionamentos dos braços ou dos ombros, exercícios corretivos da caixa torácica); e marcha com canto ou com assobio são recursos para o instrutor se certificar se os homens restabeleceram a calma. Sempre que possível, a volta à calma deveria ser seguida de um banho de imersão.

No intuito de sanar o conjunto de embaraços, especialmente decorrentes da falta de recursos materiais em Goiás, o capitão da Força Policial, Lindolpho Emiliano dos Passos, sistematizou, com base nas orientações do Exército, um plano de ensino, eminentemente prático, a fim de subsidiar a aplicação da educação física na formação do soldado.

Nas lições, diferentes objetivos eram reservados à ginástica e ao esporte, sendo que a ginástica possui lugar privilegiado na instrução física do soldado, visto que, em todos os escritos oficiais levantados, esta se ligou à preparação física como base para qualquer outra prática corporal. Já o esporte ligou-se aos fatores motivacionais e de recompensa dos esforços empreendidos para o melhoramento físico. Quanto aos jogos esportivos, estes ocuparam posição intermediária e foram usados para despertar o espírito de equipe (exemplo: solidariedade, cooperação) tão necessários na vida e na guerra.

Talvez o esporte tenha sido compreendido como uma prática social ainda complexa para a realidade goiana, uma vez que foi amplamente criticado ao ser tematizado em alguns escritos sobre educação física. Especialmente o futebol, esporte que mais aparece nos jornais de Goiás nas primeiras décadas do século XX, por vezes foi desaconselhado e visto como uma prática imoral, vulgar e sem qualquer valor científico, portanto imprópria para

os fins de preparo do corpo. Na Força Policial, o esporte só seria permitido na educação dos fortes, daqueles que, em função dos ótimos resultados físicos, ficariam dispensados dos frequentes testes físicos e poderiam se dedicar ao esporte (CORREIO OFFICIAL, 1932).

Considerando as especificidades da educação física nas instituições policial, militar e escolar, o que se observou foi à preocupação com a constituição de um corpo nacional que fizesse jus ao fortalecimento e desenvolvimento das competências de produção e defesa das transformações necessárias para a modernização do país. E para isso, nesse contexto, o saber científico indicou a ginástica como conteúdo central para preparar o corpo social ainda inapto para as transformações pretendidas.

Contudo, os valores do esporte, dada a sua consonância com os interesses tipicamente modernos, tais como solidariedade e cooperação, foram enunciados em colaboração com a ordem e o progresso institucional e proferidos como valioso meio para revigorar o compromisso do soldado com a instrução física e para estimulá-lo para outras jornadas de ginástica, encorajando-o, por conseguinte, para melhores resultados no exame médico.

2.5 DIRETRIZES MÉDICAS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA E O ESPORTE

O texto intitulado *Mens sana in corpore sano*, de Leite de Castro, transcrito do Diário de São Paulo para o Correio Oficial, sob a máxima do poeta greco-romano Juvenal, faz considerações sobre os cuidados que precedem a realização de exercícios físicos. Segundo o autor, no Brasil, com rara exceção, não havia uma orientação precisa no que diz respeito às necessidades individuais para determinado exercício, ocorrendo, portanto, em larga escala, a falta de orientação higiênica e salutar para a educação física. Como isso, nas palavras do autor: “faz esporte quem quer e nunca quem pode. Inicia-se por onde se deve acabar e, ao contrário do que muita gente supõe, os exercícios físicos exigem de todos nós o máximo cuidado no tocante à sua verdadeira interpretação” (SUPPLEMENTO DO CORREIO OFFICIAL, 10/06/1930).

Como Leite de Castro foi chefe do laboratório da Beneficência Portuguesa no Rio de Janeiro, médico da polícia especial e chefe do departamento médico da Liga Carioca de Futebol, conhecia de perto a realidade do futebol. Além do mais, na condição de médico,

possuía interesses diretos na regulamentação da educação física e do esporte. De modo geral, duas teses foram defendidas no artigo, sendo elas: a ginástica como conteúdo precípua da educação física, responsável pela preparação física; a obrigatoriedade do exame médico para o esporte, com o fim de atestar a preparação física e adequar o treino ao princípio da individualidade (SUPPLEMENTO DO CORREIO OFFICIAL, 1930).

A defesa da ginástica, porém, não ocorre de forma explícita no texto. Ao invés de mencionar denominadamente a ginástica, o autor enfatiza o aprimoramento físico levado a cabo somente por exercícios físicos específicos.

[...] Esporte é um *complemento* do exercício physico; só o praticam os que têm uma *educação preparada* e tiveram, previamente, *os melhores proveitos físicos adquiridos*. Só depois de *aprimorada educação physica é que se deve fazer esporte*. Não se melhora uma raça e não se formam homens fortes com o esporte, pois não é crível conceber que se faça erguer uma casa sem alicerces. (SUPPLEMENTO DO CORREIO OFFICIAL, 10/06/1930; Grifos meus)

Como finalidade, a educação física deveria propiciar o aprimoramento racial e, para isso, era preciso

[...] haver regime, ordem e disciplina para obtenção de qualquer aproveitamento orgânico. Exame médico previamente estabelecido e compulsoriamente; exames clínicos durante a estação esportiva; regulamentação higienica para cada esporte; indicação individual para cada exercício, horas de exercício; repouso e observação severa quanto à prática de esporte em época de verão. (SUPPLEMENTO DO CORREIO OFFICIAL, 10/06/1930)

O autor ressalta a função social da educação física e critica mais diretamente os clubes esportivos por não disporem, em sua maioria, de supervisão médica e, ao invés de cuidarem do aspecto meramente esportivo, voltarem suas vistas para assuntos de caráter financeiro, em abandono e prejuízo de uma ideia considerada admirável (SUPPLEMENTO DO CORREIO OFFICIAL, 1930).

Essa ideia evidencia alguns aspectos que podem ser observados na relação entre o nascimento do esporte na Inglaterra como expressão moderna, que, expropriado dos jogos e divertimentos populares, fora ressignificado, fundamentalmente, como divertimento para as classes dominantes (aristocracia e burguesia) no seu tempo “livre”, num contexto de

industrialização crescente. Desse modo, os referidos jogos não foram mais percebidos compatíveis com as novas condições de vida e os novos costumes causados pelos processos de industrialização e urbanização, esvaziando, devido a isso, as suas funções, seus significados iniciais ligados às festas das colheitas e às festas religiosas (BRACHT, 1999). Com isso, sob viés moral, no início do século XX, crescia entre militares, médicos higienistas e pedagogos, a condenação da prática desportiva como lazer inócuo para as massas ou como fonte de ganhos materiais, sendo socializadas razões ditas mais elevadas para a sua prática (PARADA, 2006).

Os critérios de cientificização do treinamento e a racionalização tornavam-se condição para o aproveitamento orgânico e a duração de cada exercício seria o aspecto orientador do treinamento corporal. Nessa direção, Leite de Castro mencionou o Exército e a Marinha, nos quais um grupo de patriotas trabalhava pela cultura física do povo, como únicos que até então havia levado a educação física a rigor. Além disso, reiterou o pressuposto da reforma social em curso e afirmou que, para uma pátria grande e “uma terra ubérrima”, eram necessários homens fortes e sadios e, para isso, teria de se cuidar da educação física desde a adolescência, sendo este, em essência, o problema máximo da nação (SUPPLEMENTO DO CORREIO OFFICIAL, 1930).

Em 1934, na condição de médico da Liga Carioca de Futebol, no texto “O exame médico no esporte”, Leite de Castro evidenciou uma série de impedimentos para se jogar futebol que só era detectável com o exame médico, que, por sua vez, era inadiável. Um menino de menos de 15 anos, por exemplo, só deveria jogar futebol se tivesse um desenvolvimento ósseo apreciável, observando determinadas regras, tais como: tempo de jogo diminuído prolongado aos “*half-times*”. Para um adulto, era indispensável ver o estado de seu coração, a pressão arterial, a capacidade pulmonar e o estado de seus pulmões, as vias aéreas superiores (nariz e laringe), o estado de conservação dos dentes, as amígdalas, verificação da existência de hérnia, deformação óssea, infecção venérea. Qualquer desses detalhes, conforme o médico, poderia impugnar a prática de um esporte violento, devendo primeiro o candidato submeter-se a um tratamento médico (CORREIO OFFICIAL, 19/01/1934, p. 8).

Resumidamente, o que parece em curso é a autoridade médica traduzida pelo saber científico e, por isso, orientadora dos modos de vida dos brasileiros, a fim de que

progredissem por meio da saúde e da educação no sentido do engrandecimento nacional. A tentativa de regulação dos quesitos biológicos para a prática de esporte demonstra a busca pela incorporação dos princípios de racionalização da energia dispensada e, do mesmo modo, a produção de uma moral social capaz de veicular valores mais producentes (exemplo: regramento e cooperação).

Mas também a autoridade médica é reveladora de que o esporte, como bem cultural, nunca esteve a serviço de todos que o desejassem, pois, para dele usufruir, precedia um rigoroso protocolo de boa saúde, ainda que esta fosse a exceção da condição geral. E, por fim, a intencionalidade das transcrições dos artigos de Leite de Castro para o Correio Oficial, além de uma regularidade com o que se pretendia no contexto nacional, possivelmente representa a tentativa de despertar novas percepções e comportamentos ao lado do fomento ao debate sobre a educação física e o esporte.

Buscou-se, neste capítulo, trazer à tona os fundamentos da educação física que subsidiaram as percepções e as produções acerca de uma educação afinada com o potencial de modificação da vida cotidiana, que deixasse para trás o ideário de apatia e indolência presente na cena e na subjetividade goiana. Intervir nos corpos da cidade, especialmente no âmbito das instituições escolar e militar, comportaria um objetivo comum, isto é, o robustecimento físico e mental. A partir de prescrições ligadas à saúde e à educação, foram mobilizados saberes relativos à biologia, fisiologia, psicologia e pedagogia como bases para a educação física, campo de saber que se consolidava tanto pelas bases científicas quanto por sua transversalidade e capacidade de mobilizar instituições distintas para o mesmo fim.

Quanto aos pressupostos metodológicos, o método sueco foi defendido pelos pedagogos como mais adequado e pelos militares prevaleceu o método francês. A elite letrada de Goiás produziu e fez circular um conjunto de conhecimentos em forma de orientações político-pedagógicas concatenado com o ideal de formação integral em voga.

Sob a égide dessa formação, tem-se a ressignificação da centralidade do corpo no processo de formação humana reivindicada sob os patamares mais progressistas de ciência, cultura e sociedade, como a finalidade de intervir na constituição da robustez física e moral e, por conseguinte, colaborar para o engrandecimento da nação. Assim sendo, o próximo capítulo privilegiará as pistas, os vestígios e os interlocutores que dão a ver o lugar da educação física na cena modernizadora de Goiás.

CAPÍTULO III

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA E NA CIDADE: NOTAS SOBRE A SUA MANIFESTAÇÃO EM GOIÁS

Para abordar as manifestações sobre a educação física em Goiás durante o período de 1929-1937, levantou-se um conjunto relativamente variado de fontes, tais como regulamentos da educação e da saúde, relatórios de governo, livro de registros do Liceu e o jornal Correio Oficial do Estado de Goiás. Após a leitura e catalogação, identificaram-se dois eixos de apresentação e discussão das fontes. Um eixo que narra e discute a partir da dimensão prescritiva do documento e de acontecimentos concernentes à educação física no contexto de escolarização; e outro que diz respeito às práticas culturais resultantes da inter-relação entre educação física, cidade e esporte.

De modo geral, os documentos que compõem o primeiro eixo abordam orientações e normativas quanto à educação física e à formação de professores, seu valor pedagógico, condições de aplicabilidade conforme os fins científicos e os resultados da sua manifestação junto às instituições médica, militar, através da Força Policial e Militar e da escola. Para o segundo eixo, tem-se o jornal como principal fonte por veicular o cotidiano das cidades por intermédio da sua agenda cultural, esportiva, cívica, escolar, assim como os principais acontecimentos políticos e econômicos.

Os documentos eleitos permitem inferir a presença da educação física no Liceu, na Escola Normal, na Instrução Primária, tal qual na Força Pública, nos eventos cívicos e jogos estudantis. A educação física foi percebida como meio comum para a preparação do corpo do estudante e do soldado, enquanto o esporte ligou-se ao interesse de elevação da cultura, tornando-se cada vez mais comum na cidade, no decorrer da década de 1930. Percebe-se que a relação entre educação física, esporte, instituição escolar e militar entrecruzou o ambiente cultural goiano através de um conjunto de práticas que colaborou para o tensionamento de novos signos, sentidos, valores, hábitos e práticas, que, uma vez socializados, ganharam dimensões significativas no cotidiano e nos modos de conceber a relação do corpo com a produção da cidade.

Parte-se, portanto, da ideia de que os corpos são educados por toda a realidade que os cercam, por todas as coisas com as quais convivem e pelas relações que se estabelecem em espaços quistos e delimitados por atos de conhecimento. Uma educação que se mostra polissêmica, e que se traduz de um modo singular, não ocorre com palavras, mas por olhares, gestos, coisas e pelo lugar onde os corpos vivem. Nessa direção, é que se pretende discutir a manifestação da educação física em Goiás como chave de leitura e interlocução para desvencilhar a dinâmica de elaboração e materialização de códigos relativos à modernização educacional em Goiás.

3.1. EDUCAÇÃO FÍSICA COMO INSTRUMENTO REGULADOR DA SAÚDE

Em 1931, ocorreu a instalação da Diretoria de Higiene cujos serviços já haviam sido criados pelo Decreto n. 741, de 19 de fevereiro de 1931. Com a previsão de verba de 200 contos, insuficiente para a execução dos serviços sem o auxílio dos municípios, o estado tratou de informar os municípios sobre as finalidades da diretoria, que, em suma, deveria propiciar o ensino da saúde, a prevenção de doença, tratar os doentes pobres atacados de endemias rurais e fazer os registros e estatísticas necessárias (CORREIO OFFICIAL, 1931).

A inauguração do serviço sanitário criado pelo Decreto n. 1.180, de 13 de junho de 1931, constituía uma das “grandes necessidades, não só para a saúde em geral do povo goiano como também pela relevância de seu papel como parte integrante das administrações modernas e organizadas”. Em consonância com o Decreto n. 741, o Correio Oficial passaria a divulgar preceitos de higiene duas vezes por semana. Sendo assim, a primeira veiculação aconteceu em dezembro do mesmo ano, com a ressalva de que as pessoas mais cultas e medianamente civilizadas não estranhassem tal iniciativa e que, ao invés disso, tais mandamentos fossem recortados e colocados em quadros nos quartos das crianças e adolescentes. São eles:

- I Respirar ar puro sempre renovado, viver o mais possível ao ar livre, dormir de janelas abertas.
- II *Trabalhar metodicamente, praticar exercícios físicos, dormir 8 horas por noite.*

III Fazer todo o necessário para evitar as doenças infecciosas, lavar cuidadosamente as mãos antes de tomar qualquer alimento.

IV Cuidar dos dentes e comer devagar, sempre com a preocupação inteligente de preferir alimentos sãos.

V *Estar, andar e sentar-se com o corpo direito.*

VI Evitar o álcool, este grande inimigo do gênero humano, o fumo e o hábito de drogas.

VII *Observar o maior asseio no corpo e nas roupas.*

VIII Conservar a casa limpa, com ordem e arejada.

IX *Evitar a ociosidade, os convívios dos ociosos e o esfalfamento.*

X *Manter o espírito ativo, alegre, sereno e puro.*

(Do Serviço de Educação e Propaganda da Saúde Pública). (CORREIO OFFICIAL, 12/12/1931; Grifos meus)

A maioria dos preceitos diz respeito aos cuidados com o corpo, mas, especificamente, destaca-se a prática de exercícios físicos como parte do segundo mandamento, ao lado do trabalho metódico e das oito horas de sono por noite. A condição para a vida saudável seria, assim, expressa na seguinte rotina: trabalho, exercício físico e descanso (sono). Além disso, o movimento/a atividade aparece como estímulo para o cuidado de si e em contraste com a ociosidade. Esses imperativos de dimensão global, certamente, também consubstanciaram o interesse pelos exercícios físicos no *interland* do Brasil.

Nesse contexto, em proporções variadas, as endemias e epidemias tropicais assolavam o país, além do que as críticas ao atraso, à fome, e as práticas violentas dos oligárquicos da Primeira República consubstanciavam o debate e iniciativas governamentais pelo que seria a superação dos males atávicos que atravancavam o progresso do país. Com isso, a educação e a educação física foram designadas como colaboradoras para manter e prevenir a saúde do corpo social. A função higienizadora e, por conseguinte, eugenizadora da educação física fora amplamente propalada por todos os recôncavos do país que desejassem superar os estigmas e adoecimentos, fome e indolência que caricaturavam o gigante e desigual Brasil através da figura do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato (SCHNEIDER; FERREIRA NETO, 2008).

Desse modo, um conjunto de dispositivos moralizantes fora produzido a fim de balizar a ordenação da racionalidade social. O pensamento higienista do período considerava que parte significativa dos problemas da nação residia na ausência de hábitos, costumes e valores higiênicos. Por outro lado, a eugenia, considerada uma ciência,

concorria para explicar as desigualdades, tomando-as como naturais, ao mesmo tempo em que propunha ações para inscrever, nos corpos considerados inferiores, caracteres consagrados como mais elevados para, então, melhorar a raça. Esses discursos, ao serem transportados para a educação física, por vezes se entrecruzaram e, no âmbito da coletividade, traduziram um interesse difuso, ora de higiene, ora de eugenia. Com efeito, através da educação física se pretendeu modificar os hábitos, os comportamentos e os valores da população, que, ao superar a sua condição, logo colaboraria para o desenvolvimento e o progresso do país (SOARES, 2004).

A inspeção médico-escolar, subordinada à Diretoria, visou contribuir para a melhoria das condições físicas, morais e intelectuais dos alunos, por meio da vigilância e do acompanhamento da saúde, dos hábitos, das condições do prédio escolar, particularmente, dos meios de impedir a difusão das doenças infectocontagiosas. Além da profilaxia das doenças transmissíveis, a fiscalização do exercício da medicina, a polícia sanitária e a fiscalização de farmácia compunham o rol de responsabilidades da Diretoria de Higiene. Para tanto, destacam-se a educação e a propaganda sanitária, que, em seu Art. 37, previam:

a) aquisição de folhetos, cartazes, circulares, ilustrações, impressos, etc., sobre noções de hygiene e meios de combater e evitar as doenças; b) inserção, na imprensa do Estado, de artigos, notícias, comunicações que esclareçam determinadas questões de hygiene e saúde publica; c) aquisição de filmes sobre educação sanitária [...] i) a realização de palestras, conferências sobre educação sanitária nas escolas, quartéis, asilos, fábricas, etc. (REG. SAÚDE PÚBLICA, 1932, p. 31)

As atividades relativas à higiene escolar compreenderiam, ainda, aspectos ligados ao diagnóstico e terapia, se fossem o caso. Para doenças congênitas, citamos o item b, da *Secção Oitava – Da Hygiene Escolar*:

Verificar nos escolares os defeitos physicos remediáveis, indicando os meios para sua correção como sejam: a escolha de lentes para corrigir os vícios de retração, a remoção de amígdalas infectadas e adenóides, limpeza, profilaxia dos dentes, correção das anomalias dentarias, assim como medidas especiais para corrigir os desvios de nutrição e gymnasticas individuais para correção dos defeitos ortopédicos [...]. (REG. SAÚDE PÚBLICA, 1932, p. 145)

A respeito da ginástica, o Art. 645 infere:

A gymnastica, constituindo uma disciplina obrigatória, será feita, contudo, com o método que mais vantagens oferecer, a juízo da autoridade sanitária. São proibidos os exercícios de gymnasticas após as refeições. (REG. SAÚDE PÚBLICA, 1932, p. 160)

Era, particularmente, responsabilidade das autoridades sanitárias, neste caso representado pelo médico escolar, o cultivo e a fiscalização de hábitos cotidianos de higiene. Sobre os exercícios físicos e as ginásticas, competia ao médico

Sugerir exercícios corretivos destinados a promover melhor desenvolvimento das crianças; conceder dispensa de lições, exercícios de gymnastica, excursões, assim como assinar os atestados que permitam a volta da criança a escola, nos casos de doenças contagiosas. (REG. SAÚDE PÚBLICA, 1932, p.146-147)

A década de 1930 significou um momento marcante de reformas sociais cujo objetivo era colaborar para o engrandecimento da nação. No âmbito das ações de saúde, o tímido projeto de higienização social, vislumbrado desde o Império, ganhou força e, paulatinamente, a educação física se tornava artefato civilizacional e de consolidação de um ideal de saúde, civismo e patriotismo necessário para o fortalecimento da representação de ordem e progresso social. A tendência intervencionista do Governo Vargas colaborou para que um conjunto de medidas fosse difundido visando moralizar o corpo social e adaptá-lo às prescrições médicas. E só para ilustrar, a criação das diretorias de higiene estaduais, através do saber médico, almejou prevenir, tratar e fazer os registros e estatísticas necessárias (SOARES, 2004).

O saber científico materializado nas reformas tomaria, portanto, cada indivíduo como parte de um corpo social, e como tal deveria se responsabilizar pela manutenção da sua saúde sob pena de inviabilizar o desenvolvimento mais amplo do organismo social. Com isso, pela capacidade de endireitar corpos, torná-los belos, fortes, robustos e resistentes, a educação física fora reconhecida como prática necessária e amplamente aconselhada à melhoria da saúde, dos hábitos e dos costumes (SOARES, 2004).

Apesar da crítica que incide no modo como o desenvolvimento científico foi colocado, historicamente, à disposição da elite dominante para o controle da vida dos demais, faz-se necessário destacar também que os conhecimentos produzidos nesse contexto foram relevantes para a libertação do ser humano do fatalismo religioso, bem

como para o descobrimento de medidas para o tratamento de doenças endêmicas. Assim, novos usos do corpo foram então proferidos pela biologia que se desenvolveu como explicação para formas mais eficazes e comprometidas com a secularização e a produção da vida (SOARES, 2004).

Em Goiás, a instalação da Diretoria de Higiene, em 1931, e a produção do regulamento de saúde acirraram uma perspectiva governamental de valorização da autoridade médica já em curso no governo Ludovico, cuja função residia no cultivo e fiscalização dos hábitos cotidianos da população em geral. Tratava-se, pois, de uma tentativa de controle da vida e da produção de uma nova educação estética comprometida com o limpo, por meio de propagandas difundidas não só pelo jornal, mas também por cartazes e ilustrativos.

Na escola, o médico deveria estar atento à saúde e higiene de professores, funcionários e estudantes. A educação física dos alunos previamente saudáveis deveria ser supervisionada pelo médico e para os defeitos físicos remediáveis caberia à ginástica terapêutica, cujo diagnóstico específico e dosagem do esforço permitiriam manobras passivas e exercícios de reeducação. Como estes eram de domínio exclusivo da cinesioterapia, somente o médico teria competência e autorização para exercê-los (AZEVEDO, 1960).

A obrigatoriedade da ginástica como disciplina escolar fora reiterada com o regulamento da saúde, que, sob o juízo da autoridade sanitária, elegeria o melhor método. Assim, os exercícios físicos, ao lado do trabalho e do sono, foram propalados como condição para a vida saudável e a sua utilidade social colaboraria para unir, sob o interesse comum, civis e militares.

3.2. EDUCAÇÃO FÍSICA NO LICEU

Sobre a presença da educação física no Liceu, parte do arquivo da instituição, localizado no Museu das Bandeiras, apresenta relatórios acerca das instruções militares que compuseram o cotidiano dos estudantes. No documento, estão registradas instruções que ocorreram entre 1918-1920, no qual estão descritos a duração de cada instrução, o número de alunos participantes e os exercícios realizados.

Durante o ano de 1918, a julgar pelo documento, a instrução militar ocorrera duas vezes por semana, com duração de 1 hora e com média de 35 alunos participantes. No registro de 1919, não constam mais que duas instruções, mas é possível verificar o aumento na duração da sessão de 1 para 1 hora e ½. Em 1920, o 1º Sargento Edgard Freitas conduziu as instruções que, a essa altura, foram realizadas diariamente durante 1 hora e ½.

As instruções físicas ocorriam em horários variados, às vezes pela manhã, às vezes pela tarde (das 7 às 10, das 16 às 17, das 16 e ½ às 18, das 16 às 18). Observa-se que as sessões de ginástica ofereciam exercícios diversificados (marchas, saltos, posições, cantos, manejo de armas e instrução teórica), com caráter disciplinar visando forjar o corpo, tanto na dimensão física quanto moral. As instruções do *Lyceu de Goyaz* (1918-1920) compreenderam:

Exercício de infantaria [...] Instrução sem arma, saltar a pé firme, posições, marchar, gymnastica. Instrução sem arma, saltos, pé firme, posições, marchas, gymnastica. [...] Saltar, marchar gymnastica. [...] Instruções sem arma, saltar, marchar, canções militares (p. 1).

[...] Evoluções, saltos, exercícios sem arma, voz de comando, voltas a pé firme e em marcha, alinhamento, evolução. [...] Instrução teórica sobre a organização do exército e divisão militar do Brasil. [...] Instrução com arma, manejo d'arma (p. 2).

[...] Continência e sinais de respeito. [...] Noções sobre combate de infantaria ate a campanha, rudimentos do serviço em campanha, nomenclatura e emprego do equipamento (p. 5). [...] Gymnastica com arma (p. 6).

[...] Formaram três esquadras e receberam instruções de esquadras a direita e a esquerda, voltar á pé firme, posição de sentido e descansar (p. 4). [...] Marcha para o assalto, assalto, fogo em ordem unida e posição do atirador. [...] Continência, digo tiro ao alvo, noções de higiene e primeiros socorros (p. 8).

Das 89 instruções militares registradas no livro de exercícios do Liceu, além dos exercícios supracitados também foram identificados: ginástica sem arma, ginástica aplicada, esgrima, esgrima preparatória, noções de combate, manejo de armas, “inclusive com falsos cartuchos” e posição de atirador, que também evidenciam a importância do domínio dos equipamentos militares e dos códigos de guerra.

Conforme o livro de memórias de Passos (1987), os exercícios eram ministrados de acordo com a disponibilidade de horários de aulas dos estabelecimentos. Além das obrigações burocráticas, o instrutor deveria cumprir integralmente todas as dimensões da

instrução militar constantes nas diretrizes organizadas pela Inspetoria de Tiro de Guerra, quais sejam: educação moral e instrução geral; instrução física; instrução técnica e instrução tática.

A instrução física da Escola de Instrução Militar e do Liceu de Goiás, em 1928, geralmente ocorria no campo de instrução da Linha de Tiro do 6º Batalhão de Caçadores a dois quilômetros do centro da cidade; a educação moral e a instrução geral eram realizadas em salas de aula e pátio interno dos estabelecimentos; as instruções técnicas e táticas que envolviam exercícios mais complexos eram desenvolvidas em terrenos ou campos adaptáveis. Nas quintas-feiras, eram realizadas seções de tiro ao alvo e este exercício exigia, particularmente, a subdivisão de pequenos grupos de quinze atiradores (PASSOS, 1987).

A primeira tentativa de oferecer exercícios físicos regulares em escolas goianas deve-se aos militares, através da portaria de 23/06/1912. Com base no artigo 237 do regulamento então vigente no Lyceu de Goyaz, o diretor foi designado para providenciar instrução militar aos meninos matriculados entre a 3ª e a 6ª série. Os alunos deveriam comparecer à escola, às segundas e quintas-feiras, para receberem instrução militar. A medida articulava-se aos apontamentos nacionais, que, desde o século XIX, vinham apreendendo a escola como espaço estratégico para a reforma social, regeneração da nação e promoção do progresso (DIAS, 2014).

A obrigatoriedade do serviço militar e a difusão de Sociedades de Tiro por todo o país, durante as primeiras décadas do século XX, concomitantemente aos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, entre outros indicativos sociais, acirraram os ânimos em prol do civismo e patriotismo dos brasileiros. Consequentemente, isso ampliou o interesse civil e militar pela difusão da instrução militar, compondo o panorama e as ações de reformas sociais e militares que incorporaram à rotina do Liceu exercícios físicos regulares (DIAS, 2014).

Por conseguinte, o Decreto n. 4.470, de 20 de agosto de 1917, introduziu o serviço militar (Tiro de Guerra) para os estudantes do Liceu, a exemplo do que ocorria nos colégios de maior prestígio em outros estados. A instrução militar era representada pelo Tiro de Guerra n. 323, sendo objetivo dessa instituição preparar reservistas de 2ª categoria enquanto faziam seu curso secundário, sem interromper os estudos, fato comum quando serviam ao

Exército. Cada Tiro de Guerra havia um instrutor designado, cujo serviço de instrução militar deveria ser fiscalizado pelo diretor do estabelecimento (BRETAS, 1991).

Aliás, a missão do instrutor era considerada por Passos (1987) como sacrifício e de muitas responsabilidades, pois enquanto no Exército Nacional, para instruir um pelotão de recrutas eram necessários vários instrutores, muitos dos quais com cursos especializados, nos Tiros de Guerra ou Escolas de Instrução Militar somente um instrutor se responsabilizava por essa tarefa. No fim de cada período de instrução, as cadernetas dos reservistas, depois de escrituradas, eram levadas à Inspetoria de Tiro de Guerra da Segunda Região Militar da capital paulista para serem autenticadas pelo capitão inspetor.

A Escola de Educação Physica da Força Pública, criada pelo governo de São Paulo em 1906, por proposta do coronel Paul Balagny, chefe da Missão Francesa designada para organizar a força pública desse estado, vislumbrou educar fisicamente o soldado paulista. No entanto, sua ação se estendeu a outros governos e à República na campanha empreendida no sentido de difundir a cultura física, tanto quanto possível, no país. Com dois cursos, um de ginástica e outro de esgrima, a escola constituiu-se em núcleo de formação de monitores e propagandistas do revigoramento da raça por meio de exercícios (ANDRADE, 1931).

No Relatório da Força Policial do Estado de Goiás, expedido pelo Coronel Langleberto Pinheiro Soares ao Governador Pedro Ludovico Teixeira, alusivo ao período entre 1939-1940, consta o envio de dois aspirantes e três coronéis para a Força Policial Paulista com o propósito de receberem formação especializada na Escola de Educação Física. Assim, nas palavras do Coronel:

Não tendo nesta Força, nenhum Oficial ou Sargento atualmente, com o Curso de Instrutor ou Monitor de Educação Física, respectivamente, do Exército, e sendo de importância a orientação e difusão deste ramo da instrução militar na Corporação, foram mandados para a Força Policial Paulista, com a aprovação de V. Excia., dois Aspirantes e três Sargentos, para receberem instrução especializada na Escola de Educação Física daquela Corporação. Em futuro próximo e com a colaboração destes elementos que dentro de pouco deverão regressar, a Educação Física na Força Policial deste Estado, poderá ser intensificada com êxito. (RELATÓRIO DA FORÇA POLICIAL, 1940, p. 14)

No Liceu, em decorrência do Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, também denominado Reforma Francisco Campos, os programas de educação física passaram a

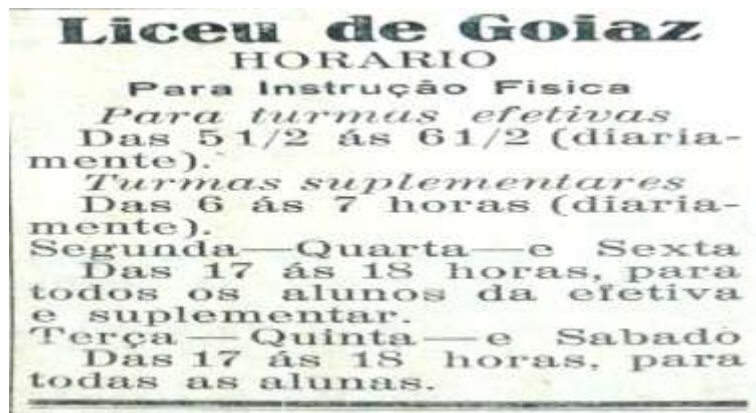
exigir exercícios cotidianos, determinaram o conteúdo a lecionar e estabeleceram diferenças na duração das aulas conforme orientações do método moderno, sendo 30 minutos no máximo para a primeira série e 45 minutos para as demais séries. O objetivo da educação física, nos estabelecimentos de ensino secundário, observaria a importância higiênica e econômica através da ginástica, dança, jogos e atletismo (CORREIO OFFICIAL, 1932).

Todavia, considerada a recente criação desta cadeira no Liceu de Goiás, o diretor Agnello A. Fleury Curado informou ao Diretor Geral do Interior que, durante o ano de 1932, “[...] a educação física foi ministrada, obrigatoriamente, aos alunos da 1º e 2º series, e facultativamente aos das demais [...]”. Como justificativa, argumentou sobre o excesso de aulas que submeteria o professor, contrariando o regulamento caso as aulas fossem ofertadas obrigatoriamente a todos os estudantes, e alertou ainda sobre os custos gerados para a contratação de mais um professor. Além disso, essa Diretoria não criou turmas suplementares, como era comum em aulas teóricas, já que a natureza da educação física permitiria a sua realização “no pátio, ao ar livre, podendo um professor ministrar a instrução conjuntamente a centenas de moços” (FUNDO LICEY DE GOYAZ, 1932, p.17).

Com obrigatoriedade ainda recente, a educação física conquistaria seu espaço no Liceu paulatinamente, ao passo que a educação física na Força Pública se reestruturava. Mediante uma série de embates e movimentos armados acirrando as reformas e a implantação do capitalismo no Brasil, o compromisso do estado de Goiás com a educação física configurava-se sob o argumento do compromisso com a nação. Parece que formar fisicamente a juventude estudantil e o soldado, no decorrer dos anos 1930-1940, compreenderia um investimento que não mais poderia ser adiado.

Nessa direção, em 1934, as aulas de educação física do Liceu se davam por meio da instrução física, com alunos e alunas fazendo aulas em horários diferentes. Além disso, para os alunos das turmas efetivas e suplementares, as aulas eram diárias, contrastando com as aulas para as alunas que ocorriam três vezes por semana, às terças, quintas e sábados. Como se pode observar no quadro abaixo, as segundas, quartas e sextas à tarde eram reservadas para a instrução física de todos os alunos, tanto da turma efetiva quanto complementar. O que não fica claro é se as alunas também compunham o todo.

Figura 3 - Quadro de Horário do Liceu



Fonte: Correio Oficial (1934).

Em 1934, tem-se um aumento significativo não apenas do incentivo por parte da imprensa estatal aos exercícios físicos, como também da prática e da organização de diferentes iniciativas em prol da difusão da educação física e do esporte, interligando a escola, a instituição militar, através de seus representantes, e a sociedade civil organizada. Um exemplo disso são os textos publicados no Correio Oficial de Goiás, ao longo desse ano, tematizando a educação física no âmbito escolar e na Força Pública (CORREIO OFFICIAL, 1934).

Simultaneamente, sargento Ferraz, popular figura do atletismo goiano, comunicou o reinício dos treinos de bola ao cesto do Brasil Central, “simpática agremiação esportiva da capital”, e solicitou o comparecimento dos “cracks” de basquete daquela entidade. Em seguida, no pátio do Palácio de Instrução ocorrera um encontro de “basket-ball” entre os times Commercial e União para definir a escalação dos quadros que deveriam ir para Araguari (MG). Como desfecho, “a valorosa esquadra de cestobol do Comercial Sport Club vai a Araguay disputar uma pugna oficial”. Essa disputa interestadual não resultou na vitória do Comercial Sport Club, mas a participação de Goiás no evento movimentou a cidade e foi ovacionada pela imprensa estatal, haja vista que estar em contato com uma equipe mineira por certo significava a possibilidade de aprender com o estado vizinho que já possuía equipes de destaque no basquete poderia contribuir para o desenvolvimento do esporte do estado (CORREIO OFFICIAL, 29/09/1934, p. 7).

Nesse mesmo contexto, foi criada uma associação esportiva de jovens do Liceu com a finalidade de cultivo intelectual e físico. A iniciativa do estudante da terceira série José da Veiga Jardim Neto e de outros estudantes da mesma terceira série buscou o desenvolvimento dos esportes em geral, desde pingue-pongue até o futebol (CORREIO OFFICIAL, 1934). O interesse no cultivo intelectual e físico expresso pelos estudantes era um assunto evidenciado com certa frequência pelos jornais. Os informes esportivos, por vezes, ressaltavam os comportamentos dos juízos e jogadores durante as partidas e os relacionavam com uma postura elevada, de admirável educação. Por outro lado, pode-se notar uma visão dicotômica entre corpo e mente e, particularmente, uma hierarquização da relevância do que primeiro se deveria privilegiar.

Essa percepção dualista entre corpo e mente fundamenta o renascimento da educação física moderna de modo a propalar uma compreensão de educação por meio do físico. Ainda que houvesse, nesse processo, o reconhecimento do corpo em sua manifestação laicizada, em essência, o compromisso moderno consubstanciado por um novo modelo econômico, político e cultural coloca o corpo a serviço do trabalho e reafirma, portanto, sob patamares científicos, a hierarquia da mente para controlá-lo, dirigi-lo, a fim de lhe imprimir as competências necessárias à nova ordem (SOARES, 2004).

Isto posto, sob o viés cientificista, busca-se também desenvolvê-lo, potencializá-lo e protegê-lo de qualquer excesso ou desvio que possa minimizar a sua potência ante as demandas da nova sociedade e na luta pela superação das condições de vida que a precedia. Assim, cabe que cada indivíduo seja educado corporalmente para utilizar ponderada e eficazmente das benesses de seu tempo, sem, contudo, ousar qualquer excesso que possa comprometer o desenvolvimento e o funcionamento do corpo.

Assim, a educação física se fez presente no cotidiano do Liceu, ao longo das primeiras décadas do século XX, através da instrução militar, da ginástica e do esporte. Além da sua finalidade higiênica e econômica, vale destacar a importância da educação física na formação geral dos estudantes do Liceu, em virtude da sua função potencializadora de novas práticas culturais na cidade. Aliás, a fundação de uma associação pelos estudantes do Liceu e a tomada do espaço público, do pátio da Instrução Pública como palco de exercitação desinteressada, enquanto colocam o ser humano à disposição de si mesmo propiciam a organização e a veiculação de interesses até então inexistentes.

3.3. EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA NORMAL

A Escola Normal, originalmente Curso Normal anexo ao Liceu de Goyas, foi fundada em 1882, por Cornélio de Magalhães, e instalada por Camilo de Brito em 1884, para ser fechada dois anos depois, ocasião em que se registrara desdém e atos anticavalheirescos por parte dos rapazes do Liceu aos normalistas, de maioria mulheres. Na sua fase republicana, o regime de coeducação já não apresentava maiores inconvenientes, visto que, com raras exceções, o clima entre liceanos e normalistas era de urbanidade e a coeducação vista com bons olhos pelos líderes do governo e considerada prática admissível e moderna, já que muitos a experimentaram em colégios e academias dos centros urbanos do país (BRETAS, 1991).

O número de estudantes que frequentava o curso Normal entre 1903 e 1929 era diminuto, variando de zero a cinco o número de diplomados por ano. Com a equiparação de três colégios mantidos pelas Irmãs Dominicanas à Escola Normal, ou seja, Colégio Santana, da capital, Santa Catarina, de Bela Vista, e Sagrado Coração de Jesus, de Porto Nacional, através da Lei n. 301, de 18 de julho de 1907, as famílias da capital que podiam custear a educação de suas filhas ganharam incentivo extra para vinculá-los ao Colégio Santana, que se tornara grande concorrente da Escola Normal (BRETAS, 1991).

Com o advento da implantação dos grupos escolares, em 1921, e da exigência, por força da lei, que fossem nomeados para atuar nos grupos escolares somente professores portadores de diploma normalista, passou a vigorar um exame de diplomação que, mesmo sem ter frequentado qualquer escola Normal, o candidato poderia pleiteá-lo junto à congregação do curso Normal (BRETAS, 1991).

No entanto, a partir de 1925, tanto em função da implantação de grupos escolares e de certa valorização do professor primário, através do aumento na remuneração, quanto em conformidade com os ventos de modernização e das reformas no ensino primário em desenvolvimento em alguns estados da Federação, a Escola Normal contou com um pequeno aumento de diplomados, passando de cinco para seis por ano. Nesse ínterim, surgiu a demanda de uma reforma mais profunda na instrução primária que levasse em

conta a formação de professores e que colocasse em outro patamar a Escola Normal (BRETAS, 1991).

Em 1929, os governos de Alfredo Lopes de Moraes e de José Gumercindo Marques Otero, encarregados pela instrução, colocaram em prática o plano de reforma de César Bastos, seu antecessor, e consoante aos princípios de uma educação prática, Goiás recebeu auxílio de São Paulo, cuja incumbência seria colaborar para a implantação da reforma (SILVA, 1975).

Na circunstância, contou-se com três professores que juntos constituíram a Missão Pedagógica Paulista, que significou os esforços do estado de Goiás para a materialização dos objetivos de “orientar a implantação da reforma; promover um curso de aperfeiçoamento de acordo com a metodologia moderna e fornecer um de seus elementos para dirigir a Escola Normal do Estado” (SILVA, 1975, p. 246).

Segundo Silva (1975), a Missão Pedagógica Paulista trouxe, como consequência imediata, a reforma do ensino primário e normal. Os novos programas elaborados foram definidos como instrumento de coordenação e indicativos de direções precisas a serem tomadas no trato diário com a criança. Em suma, o ensino deveria ser tanto quanto possível intuitivo e desenvolvido conforme as orientações do programa de ensino.

Segundo Brzezinski (2008), o Decreto n. 10.445, de 22 de agosto de 1929, foi, indubitavelmente, o mais relevante dispositivo legal para a história do ensino normal oficial, visto que ele concedeu a independência à Escola Normal, que se desvinculou do Liceu. Além disso, criou as cadeiras de Ginástica e Música e o desdobramento da cadeira Pedagogia e Metodologia. As mudanças substanciais, todavia, foram instituídas pela Lei n. 908, de 30 de julho de 1930.

Com a colaboração da missão, Otero organizou o regulamento do ensino normal e complementar, aprovado pela Lei n. 908, de 29 de julho de 1930, tal como organizou um novo regulamento do ensino primário, aprovado pelo Decreto n. 10.640, de fevereiro de 1930. A Escola Complementar criada pelo decreto destinava-se a ampliar os conhecimentos ministrados nas escolas oficiais de três anos de curso primário e a preparar candidatos às escolas normais do estado (BRETAS, 1991).

Em entrevista concedida a Silva (1975, p. 250) sobre o ensino da Ginástica nas escolas de Goiás, Cícero Bueno Brandão afirmou que

A exemplo de São Paulo, o Estado de Goiás programava *introduzir em suas escolas a ginástica sueca a fim de modernizar o ensino neste setor*, que até então se mostrava, pode-se dizer, *totalmente inexistente*. Limitava a *exercícios físicos que infelizmente não correspondiam as suas finalidades específicas*. Os alunos, e mesmo os professores, desenvolviam uma marcha descompassada e, cumpre dizer, mal lembrando que “aquilo” era um exercício no qual se deveria observar controle coordenado de movimentos e postura correta do corpo. (Grifos meus)

O depoimento de Cícero Brandão indica a inexistência de uma sistemática de exercícios físicos com finalidades específicas, isto é, aquelas consideradas úteis para conformar não apenas o corpo, como também a moral. Além disso, apresenta a ginástica sueca como componente curricular sintonizado com os desígnios modernos e apropriada para alavancar a educação física em Goiás.

Sobre as ações da reforma veiculadas no Correio Oficial, tem-se a associação da cultura física aos povos cultos. Especialmente, no discurso de inauguração do Curso de Aperfeiçoamento Pedagógico, Otero, o secretário do Interior e Justiça, evidenciou o fito modernizador e o caráter civilizatório da inserção de exercícios físicos no ensino primário.

Como a assistência das mais elevadas autoridades estaduais, federais e municipais, de professores dos nossos institutos de ensino superior, secundário e primário e representantes de outras classes sociais, foi inaugurada a 31 de Outubro pretérito o curso pedagógico de aperfeiçoamento, professado pelo ilustrado diretor da missão de ensino [...] não pode passar sem referência a instituição dos processos de cultura physica nas nossas escolas primarias, assunto de incontestável magnitude e que merece aos governos de todos os povos cultos os mais desvelados cuidados. (CORREIO OFFICIAL, 31/05/1930, p.13)

Para enfatizar seus argumentos sobre a inserção da educação física no programa de ensino primário de Goiás, bem como para reafirmar o afinamento com as reformas feitas nos principais centros urbanos do país, Otero citou a mensagem do eleito Presidente da República, Júlio Prestes, ao Congresso Nacional. Na mensagem, chama atenção para a obrigatoriedade dos exercícios físicos desde a escola primária cuja sistemática tem como finalidade contribuir para o futuro da nação.

É necessária a obrigatoriedade dos exercícios físicos methodicos, desde a escola primária. Para tanto, é preciso inicialmente interessar o professor primário, e isso, no Distrito Federal, é objetivo já atingido graças á boa vontade do Prefeito Antonio Prado Junior e do Diretor da Instrução Publica, professor Fernando de Azevedo, empenhados nesse "desideratum", com ardor de quem compreende a sua importância para o futuro da nacionalidade. (CORREIO OFFICIAL, 31/05/1930, p.13)

Nota-se, no excerto, um interesse implícito de sensibilizar os participantes para as ações do governo em prol da educação e, particularmente, a intenção de atribuir aos professores a responsabilidade pelo sucesso da introdução de uma cultura física em terras brasileiras. Ademais, a menção ao compromisso de Fernando de Azevedo com a educação física evidencia a interlocução mais ampla entre o movimento escola nova, baseado na crítica ao imobilismo oriundo da escola tradicional, e o reposicionamento dos saberes escolares que consagrava à educação física um lugar privilegiado.

Nesse sentido, a educação física teria, nos jogos infantis, exercícios ginásticos e esportes, a tessitura necessária para, de acordo com as condições físicas e psíquicas do educando, aprimorarem sua saúde e o seu caráter. Substituir a concepção mecanicista de homem-máquina pelo homem-organismo compreenderia substituir uma visão estática das coisas por uma visão dinâmica, um manequim artificial por um organismo vivo, a ideia de máquina pela vida e, por fim, o velho método de aprender de cor pelo de aprender fazendo (AZEVEDO, 1960).

Como desdobramento da Missão Paulista, para introduzir o método ginástico sueco em escolas goianas, foi realizado um curso especializado de ginástica destinado às alunas da Escola Normal e facultativo às professoras dos grupos escolares do interior. Então, iniciado em março de 1930, o curso visou à “mais breve” organização da escola de ginástica pedagógica e contou com aulas às terças, quintas e sábados, a partir das 14 horas (CORREIO OFFICIAL, 1930).

A ginástica pedagógica é parte constituinte do sistema ginástico sueco fundado por H. Ling. Sua implantação em escolas brasileiras originou-se do debate em prol da modernização da educação durante os anos 1920 e seus valores foram amplamente defendidos e reconhecidos por educadores e médicos. A ginástica sueca foi considerada a mais adequada do ponto de vista pedagógico, por reunir um conjunto de atributos capazes

de intervir no desenvolvimento integral e harmonioso do corpo a partir de fundamentos fisiológicos (AZEVEDO, 1960).

Para sua aceitação pelas elites intelectuais, concorreram, particularmente, os princípios racionais ligados à robustez e à regeneração racial, mas, também, a dispensabilidade do uso de aparelhos, a sua função respiratória, a capacidade corretiva de atitudes e posturas viciosas, assim como a possibilidade de adaptabilidade conforme a idade, sexo, condições naturais e sociais variadas (AZEVEDO, 1960).

A partir de 1930 a ginástica passou a vigorar na Escola Normal Oficial, sob os cuidados de Aracy dos Passos. As aulas no primeiro, segundo e terceiro anos ocorreriam às terças, quintas e sábados, das 7 às 8 horas, sendo que as demais matérias iniciavam-se a partir das 11h10, conforme se vê no quadro de horários da instituição:

Figura 4 – Quadro de Horário da Escola Normal

		MATERIAS						PROFESSORES	
PERÍODO	HORAS	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
Primeiro	11.10-12.00	Gramática	Gramática	Gramática	Gramática	Gramática	Gramática	Aracy dos Passos	Aracy dos Passos
	12.00-13.00	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Cláudio Guedes e Maria João	Cláudio Guedes e Maria João
	13.00-14.00	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia	Dr. Alfredo de Castro e Dr. Raulino Alencar	Dr. Alfredo de Castro e Dr. Raulino Alencar
	14.00-15.00	História	História	História	História	História	História	Cláudio Guedes e Dr. Raulino Alencar	Cláudio Guedes e Dr. Raulino Alencar
Segundo	11.10-12.00	Gramática	Gramática	Gramática	Gramática	Gramática	Gramática	Aracy dos Passos	Aracy dos Passos
	12.00-13.00	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Maria João e Cláudio Guedes	Maria João e Cláudio Guedes
	13.00-14.00	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia	Dr. Alfredo de Castro e Dr. Raulino Alencar	Dr. Alfredo de Castro e Dr. Raulino Alencar
	14.00-15.00	História	História	História	História	História	História	Cláudio Guedes e Dr. Raulino Alencar	Cláudio Guedes e Dr. Raulino Alencar
Terceiro	11.10-12.00	Gramática	Gramática	Gramática	Gramática	Gramática	Gramática	Aracy dos Passos	Aracy dos Passos
	12.00-13.00	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Dr. Alfredo de Castro e José Cândido	Dr. Alfredo de Castro e José Cândido
	13.00-14.00	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia	Dr. Alfredo de Castro e Dr. Raulino Alencar	Dr. Alfredo de Castro e Dr. Raulino Alencar
	14.00-15.00	História	História	História	História	História	História	Cláudio Guedes e Dr. Raulino Alencar	Cláudio Guedes e Dr. Raulino Alencar

Director da Escola Normal Oficial do Estado de Goiaz, 6 de Setembro de 1930.

ALUIZIO CELSO RAMOS JUDE, Director

Fonte: Correio Oficial, 1930.

O tempo pedagógico destinado à ginástica era equiparado às disciplinas de Aritmética, Desenho, M. e Cívica, Geografia, História Natural, e superior à História do Brasil. Essa equivalência coloca-se associada aos projetos políticos de modernização e desenvolvimento sociocultural de muitos países e em concordância com as novas exigências postas pelo desenvolvimento econômico e social, que estabeleceram novas

atribuições para a escola primária, entre elas a formação do cidadão moderno em condições de contribuir para a construção da nação e de integrar a nova ordem social (SOUZA, 2013).

No Regulamento da Escola Normal, a ginástica apresenta-se de forma diferenciada das demais disciplinas elencadas para cada ano, de modo que, inicialmente, aparece separada das demais. Ao final das matérias elencadas para o 4º e último ano do curso Normal, a ginástica é mencionada do seguinte modo: “Haverá aula de gymnastica para o primeiro, segundo e terceiro anos”. Entretanto, o artigo subsequente afirma que “as disciplinas acima são obrigatórias, observando-se estritamente no seu desenvolvimento os programas organizados pela congregação e as regras estabelecidas pelo diretor para a sua perfeita execução” (CORREIO OFFICIAL, n. 1.599, 1929).

Essa diferenciação, que também pode ser percebida no quadro de horários supracitado, exprime uma concepção segregativa da educação física no currículo escolar. Mesmo denominada disciplina, a educação física foi concebida como uma atividade/prática educativa, aparecendo sempre nos textos legais ao lado de educação musical ou canto orfeônico e abaixo dos demais saberes. Esse estatuto de inferioridade perdurou durante a década de 1930 e somente a Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1942, permitiu à educação física tratamento de disciplina (BETTI, 1991).

De acordo com o Regulamento da Escola Normal e Complementar, aprovado pelo Decreto n. 28, de janeiro de 1931, as aulas de ginástica passariam a vigorar no primeiro e segundo anos, com duas e três aulas semanais, respectivamente, e não mais constando no terceiro ano como no regulamento anterior. Na Escola Complementar, ao contrário da Escola Normal, as aulas de ginástica ocorreriam três vezes por semana no primeiro ano e duas vezes no segundo. O cargo de professor/a de ginástica seria exercido pelo mesmo professor/a responsável por essa disciplina na Escola Normal, sem direito a gratificação alguma (CORREIO OFFICIAL, 1931).

De acordo com Marinho (2005), a orientação para a educação física no ensino normal deveria ser estética e utilitária para as alunas e utilitária para os alunos. Em primeiro lugar, figuraria o que diz respeito à figura dos alunos, seu desenvolvimento físico, a sua saúde, a sua harmonia de formas, cuidados esses que deveriam predominar no primeiro ciclo do ensino normal; a seguir, viriam as noções imprescindíveis ao professor, que o

habilitariam a cumprir as suas funções, isto é, atender à constituição física, formação moral e desenvolvimento intelectual da criança.

Em 1934, no termo da visita realizada ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, da cidade de Bonfim (atual Silvânia), pelo inspetor Eleafar Abud, verificou-se que havia “esforços para o bem do Brasil de amanhã”. E um dos aspectos evidenciados pelo inspetor reside no “tempo de folga” das alunas. Vejamos:

No pátio, surpreendidas em algazarra alegre, brincando sob a orientação da revda. Irmãs [...] Esses recreios são alegres e ginásticos [...] Numa aula de ginástica na mais perfeita disciplina com que executam as orientações conduzidas pela revda. Irmã instrutora. (CORREIO OFFICIAL, 06/05/1934, p. 3)

Observa-se o apreço do inspetor tanto pela disciplina em vigor, durante a aula de ginástica, quanto pelo recreio que se fazia alegre, brincante e festivo. No entanto, ambos eram devidamente supervisionados por uma reverenda Irmã e em harmonia com uma educação do corpo forjada para o que seria uma boa atitude normal, sem excessos.

Há uma valorização da racionalização do tempo e do espaço educativo. Ainda que o recreio pudesse, inicialmente, configurar-se em tempo livre e que os exercícios ginásticos pudessem, nessa ocasião, manifestar-se diferentemente do tempo de aula/instrução, encontram-se presentes a intencionalidade de educação e o controle do corpo com vistas à institucionalização das práticas e dos gestos em “harmonia com os ditames modernos” (CORREIO OFFICIAL, 06/05/1934, p. 3).

A educação física na Escola Normal parece constituir-se como espelho capaz de projetar, através do corpo do professor/a, a educação física da criança sintonizada com as competências (harmonização físico e mental, civilidade, disposição e higiene) necessárias para o futuro de Goiás e da nação.

Nesse sentido, sugere-se que outros estudos sejam produzidos com o intuito de dar luz aos saberes produzidos pela cultura escolar do ensino normal de Goiás, como a educação física vigorou e quais similitudes e rupturas existentes entre a educação física desenvolvida nas escolas normais confessionais e a Escola Normal do Estado.

3.4. EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO PRIMÁRIO

O Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás, expresso pelo Decreto n. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930, evidencia aspectos significativos do que se desejou como educação do corpo em terras goianas. A começar pelo ensino em geral que

[...] Tem por fim não somente a instrução, mas antes e, sobretudo, a educação, compreendendo como tal toda obra destinada a auxiliar o desenvolvimento physico, mental e moral das crianças, para o que deverá ser considerada a infância não do ponto de vista do adulto, mas do ponto de vista dos motivos e interesses próprios dela. (GOIÁS, 1930, p.16)

A dimensão formativa ampla impressa para o ensino primário consubstanciou a compreensão de indivíduo complexo, multifacetado e implicou, ao mesmo tempo, na naturalização do processo de desenvolvimento e na reconsideração e condução da dimensão física para o centro do interesse educativo.

A inclusão de matérias como ginásticas/exercícios físicos, cantos e trabalhos manuais em escolas isoladas e grupos escolares, assim como a adesão ao método de ensino Decroly, além dos ensinamentos de Froebel e Montessori no Jardim de Infância, e a proibição de castigos físicos somavam-se às exigências por uma escola mais ativa, afeita ao movimento e à relação com aplicabilidade, ou seja, a funcionalidade dos preceitos e dos conhecimentos escolares e a sua transposição ao cotidiano dos partícipes.

Os professores e demais funcionários da educação deveriam portar-se como exemplos de higiene, saúde, caráter e disposição. “Ao lecionar de pé, em movimento pela sala, despertando a atenção dos alunos”, a dinamicidade e a vivacidade do professor alcançariam as experiências do educando. Extrapolando a rotina dos funcionários, o ir e vir dos alunos era, ao mesmo tempo, regulado pela vida escolar (GOIÁS, 1930, p. 31).

Ao passo em que as matrículas ocorriam no ensino primário, “as regras da higiene individual e os preceitos da boa conduta, de urbanidade e de polidez” eram rigorosamente observados dentro e fora da escola. Os professores, médicos escolares e demais funcionários da educação, pais ou responsáveis, tal qual a polícia local e as autoridades

prepostas à proteção dos menores, deveriam zelar pelas crianças e, principalmente, com o tipo de homens e mulheres almejados pela escola (GOIÁS, 1930, p. 31).

O combate à monotonia e a atividade racional orientariam a vida e os trabalhos escolares, que, para “os alunos do primeiro ano nunca devem exceder de 3 horas, empregando o resto do tempo em jogos e exercícios educativos e recreio”. Os exercícios físicos nesse ano deveriam permear a rotina da escola e, para além do tempo destinado à aula de educação física, sempre que necessário fosse o movimento, tanto para despertar a atenção quanto para reaver a calma, empregar-se-iam exercícios de marcha e ginástica (GOIÁS, 1930, p. 35).

O programa de ensino primário nas escolas isoladas compreendera, entre os seus conteúdos, o ensino de “gymnasticas”. Para os grupos escolares, ao invés de ginásticas, eram indicados “canto e exercícios físicos” com a previsão de um professor de educação física, sempre que possível, para conduzir o proposto. Essa diferenciação terminológica (ginástica *versus* exercícios físicos), para o que seria o mesmo conteúdo aplicado a instituições distintas, parece indicar que, aos grupos escolares, caberia uma forma ampliada e mais desenvolvida da educação física prescrita às escolas isoladas. A saber, com os grupos escolares pretendia-se uma formação ancorada nos pressupostos de educação moderna, cujos conteúdos estivessem articulados a produção de competências ligadas à urbanização e industrialização (SOUZA, 2013).

Nessa direção, Silva (1975) destaca que, com a criação dos grupos escolares, teve início uma remodelação mais ampla na instrução, seja no setor administrativo, seja no didático. Assim sendo, a implantação da educação física, conforme os programas de ensino baseados no sistema sueco, abrangeria, tanto quanto possível, toda a instrução primária.

A educação física, bem como a música, passou por modificações no programa elaborado pela Missão Pedagógica Paulista, no capítulo IV do Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás, visto que o canto e os exercícios físicos entremeariam os rudimentos de higiene, ciências naturais e trabalhos manuais.

Subsequentemente, no capítulo V, o Decreto designa que houvesse, em cada grupo escolar, um professor de educação física, com habilitação especial comprovada. Na falta deste, seria designado um professor do grupo para organizar programas e horários de exercícios, jogos, ginásticas e excursões escolares, dirigindo-os consoante as estações e

circunstâncias locais, idade e desenvolvimento físico das crianças. Mediante proposta do professor de educação física, seriam, então, adquiridos os aparelhos e materiais apropriados às diversas classes (CORREIO OFFICIAL, 1930).

As aulas de educação física, com características modernas, estariam entregues, na medida do possível, a pessoas qualificadas e que pudessem dar continuidade ao trabalho iniciado pela Missão Pedagógica Paulista, através de exercícios ministrados por Cícero Bueno Brandão, com o intuito de introdução da ginástica sueca nas escolas de Goiás, nos mesmos moldes que Fritjof Dethow implantara em São Paulo. Este último, sueco, foi professor de ginástica da Escola Normal da Praça em São Paulo e, na condição de representante da Força Pública de São Paulo, Cícero Bueno Brandão frequentou, em 1928, o curso ministrado por ele (SILVA, 1975).

Além dos conteúdos sinalizados no capítulo da educação física e nos programas de ensino, o escoteirismo seria instituído entre os alunos das escolas primárias, com caráter facultativo e como instrumento da educação física, moral e cívica. O “pequeno escoteirismo” teria supervisão de instrutores escoteiros, fora do horário de funcionamento da escola. O diretor do estabelecimento, assim como o médico escolar, deveria ser consultado sobre o horário, a duração e a natureza dos exercícios e certificados dos alunos participantes (GOIÁS, 1930).

O quadro abaixo apresenta, integralmente, as orientações e os programas de ensino (1º, 2º e 3º ano) de ginástica para as escolas primárias de Goiás (1930).

Quadro 1 - Orientações de Ginástica para o Ensino Primário (Texto original)

ORIENTAÇÕES – GYMNASTICA
1º ANO
<p>A gymnastica faz parte integrante do ensino. Não há educação completa, quando não se cuida essencialmente do desenvolvimento physico. Si os cuidados hygienicos preservam o corpo da invasão das molestias, a gymnastica, aumentando-lhe o vigor, também favorece a conservação da saúde. Além de tonificar os orgams, a gymnastica torna o corpo agil e flexível, e os movimentos graciosos. Mas, para que preencham o fim a que se destinam, os exercícios physicos deverão ser dados diariamente, durante cinco ou dez minutos, de <i>preferencia pela manhã, ou quando o professor verificar a necessidade de movimento</i> por parte dos alumnos, isto é, quando se mostrarem desatentos ou irriquietos. Nessas ocasiões, convem empregar exercícios de marcha e gymnastica, <i>mesmo fóra das que se acham consignadas no horario</i>. Entre os exercicios physicos mais favoraveis ao desenvolvimento normal das crianças, salientam-se os brinquedos ou jogos gymnasticos, a que se entregam com extraordinario prazer. Basta estudarmos um pouco a natureza da criança, para nos convenceremos de que <i>o brinquedo lhe é tão necessário como a respiração</i>. A natureza não a dotou sem razão dessa irresistível necessidade de movimento: <i>um instincto indispensavel á saúde, á força e á formação</i></p>

<i>completa de seu ser. Além disso, o jogo ou brinquedo é para a criança, a primeira escola da vida social; é nesses momentos de liberdade que ella aprende a viver com seus semelhantes, que se forma o seu character e adquire as qualidades necessarias ao convívio social.</i>		
2º ANO		
Entre os diferentes systemas de educação physica, releva-se, como mais apropriado ás nossas escolas, a gymnastica sueca, <i>que póde ser executada sem aparelhos e visa o desenvolvimento harmonico e regular de todos os organs.</i> Consta essencialmente de vinte e cinco exercicios de flexão, extensão e rotação da cabeça, do tronco e dos membros, que o professor precisa conhecer, para ensina-los de um modo racional e methodico. Em vista da exiguidade das salas escolares e das difficuldades criadas pelo mobiliario, ha toda conveniencia em praticar esses <i>exercicios ao ar livre, no pateo do recreio.</i> Importa que haja vivacidade nos exercicios, que devem ser energicos, porém não fatigantes, e durar, no máximo 10 minutos diariamente.		
3º ANO		
São excluidos do programa os exercicios feitos em gymnassios, porque a gymnastica tal como deve e pode ser praticada pelas crianças de nossas escolas não exige aparelhos. Nessa idade os aparelhos são mais nocivos do que uteis; os ossos e musculos ainda não têm bastante resistencia para supportar os esforços violentos empregados nos exercicios em aparelhos. Para dar agilidade e desembaraço ao corpo e um desenvolvimento satisfactorio ás forças musculares, <i>são sufficiente os jogos livres, as marchas, os saltos, as corridas e os movimentos cadenciados de cabeça, tronco e membros, aconselhados pelo methodo sueco.</i>		
PROGRAMA – GYMNASICA		
1º Ano	2º Ano	3º Ano
Exercicios de respiração. 2) Formação de fileiras. Posições. 3) Marcha acompanhada de canto, por entre as carteiras da classe. 4) Exercicios ao ar livre: marchas cadenciadas, Corridas que não excedam a distancia de quarenta metros. 5) Jogos escolares: bola, corda, arco e brinquedos musicais, acompanhados de canto.	1) Exercicios de respiração. 2) Gymnastica sueca. 3) Formaturas e marchas diversas ao ar livre. Tomar distancias. 4) Corridas de velocidade, que não excedam a distancia de sessenta metros, Saltos para a frente. Saltos com os pés juntos, queimado e outros em que possam tomar parte todos alumnos.	1) Evoluções gymnasticas em passo ordinario e acelerado. Marchas combinadas com movimentos das extremidades superiores. Exercicios pulados. 2) Gymnastica sueca. 3) Corridas velozes. Corridas com pequenos obstaculos. 4) Pulos de pé firme e pulos correndo, em altura e em distancia, com e sem trampolim. 5) Jogos escolares: barra manteiga, quadrado, petéca sela, bola e calleiro, bota, etc.

Fonte: Programa de Ensino de Ginástica para as Escolas Primárias de Goiás – 1930.

Quanto às orientações para o trato com ginástica no ensino primário em Goiás, tem-se uma concepção de totalidade do educando e de que a ginástica seria parte integrante do currículo, por ser indispensável ao desenvolvimento integral, isto é, físico, intelectual e moral. Com vistas à socialização e ao despertar do interesse do aluno, a educação física, através da ginástica, buscava uma organização sistêmica de educação do corpo, ministrada cotidianamente, vislumbrava a formação dos hábitos e do caráter, além das capacidades físicas, força, agilidade, flexibilidade e graça.

Os exercícios respiratórios, os jogos e os brinquedos, as marchas e as cadências, os saltos e as corridas traduziram o meio mais seguro e eficiente para o desenvolvimento orgânico harmonioso e, conseqüentemente, para a formação de um tipo físico sintonizado com as demandas econômicas e culturais da sociedade que se pretendia erigir.

Para isso, eram necessários o aumento do vigor, o fortalecimento e a conservação da saúde do povo goiano. Dos exercícios simples para os mais complexos, a educação dos sentidos, dos gestos, e a disciplinarização do corpo, desde o primeiro ano, entrelaçam os jogos e as brincadeiras, numa perspectiva de que sua prática extrapolasse o tempo da aula e compusesse de maneira mais orgânica a rotina escolar. Destaca-se a importância do movimento e dos benefícios orgânicos (saúde, força), em doses moderadas e ao mesmo tempo intensas, para a promoção da vivacidade e do prazer necessários para o bom desenvolvimento e equilíbrio do ser completo.

Os aspectos desenvolvidos pela ginástica, a partir das orientações curriculares, compreendem uma educação do corpo que privilegia a socialização de uma cultura física atrelada à formação dos alunos para o convívio em sociedade. As exigências sociais e culturais emprestaram à ginástica a tarefa de controlar os excessos e formar o caráter de acordo com o nascente regime racional e metódico preconizado pela sociabilidade e modernização das cidades.

Se na primeira série tem-se uma orientação mais genérica sobre a educação do corpo, a fim de potencializar o desenvolvimento integral permeado pelo movimento e pelos interesses da criança, na segunda série tem-se a indicação do método ginástico sueco, perspectiva científica supostamente mais indicada ao desenvolvimento harmônico e regular do organismo.

O sistema sueco compreende o conjunto de exercícios considerado mais apropriado às escolas goianas (essencialmente vinte e cinco exercícios de flexão, extensão e rotação da cabeça, do tronco e dos membros), visto que a execução sem aparelho é um dos atributos que garante o desenvolvimento harmônico e regular de todos os órgãos. Os aparelhos, indicados em outras fases da vida, são aqui contraindicados e podem, inclusive, tornarem-se nocivos aos ossos e músculos. Com efeito, evidencia-se a necessidade de que o professor conheça para ensiná-los com base nos fundamentos anatômicos e fisiológicos (CORREIO OFFICIAL, 1930).

Destarte, as reformas educacionais empreendidas em Goiás, durante as primeiras décadas do século XX, culminaram na implantação da educação física no ensino primário de Goiás. A reforma educacional de 1929, além de incluir a educação física como disciplina obrigatória no currículo da Escola Normal, promoveu um curso de formação para a abordagem imediata do conteúdo e, por meio do curso e de ações itinerantes, implantou o método de ginástica sueco em Goiás.

Além disso, a reforma colaborou para a difusão e fomento de preceitos de educação integral, escola ativa, de combate à monotonia e estímulo ao movimento e ao interesse da criança. Portanto, embora não seja possível precisar como esses acontecimentos impactaram mais diretamente na realidade das escolas de todo o estado, considera-se que o próprio regulamento da instrução primária, como um dos produtos da reforma, seja uma tentativa de intervir e modificar as práticas cotidianas com o intuito de ajustá-las às exigências daquele tempo. E, por fim, a relevância atribuída à escola primária, como lócus de realização de uma reforma social mais ampla em Goiás, elencou, entre outros conteúdos, um conjunto bastante significativo de práticas corporais que deveria orientar o cotidiano da escola com vistas à educação do corpo rumo à produção de uma cultura física em Goiás.

3.5. AS REPRESENTAÇÕES DE UM NOVO CORPO NA MODERNIZAÇÃO DE GOIÁS

A intensificação progressiva das festas cívicas, ao longo dos anos 1930, trouxe consigo a apresentação de um corpo cívico em movimento, dissonante de tudo que pudesse contrariar a mobilidade, a disposição e o comprometimento com o novo tempo que se pretendia construir. Ademais, através da festa cívica, da festa escolar e da partida de futebol, a maioria da população da cidade, *a priori* alheia aos melhoramentos modernizantes, poderia apreender simbolicamente as práticas corporais, assim como os signos e valores ligados a elas. Como exemplo, muitas pessoas, entre elas autoridades, reuniam-se em conagração no dia 15 de novembro de 1929, no edifício do grupo escolar da Cidade de Goiás, onde ocorreu a festa comemorativa à Proclamação da República. A programação dividiu-se em duas partes, manhã e tarde, estando entre os participantes: a associação dos escoteiros do estado, os tiros de guerra 7S e 300, diversas

corporações de ensino, a saber: todas as escolas secundárias da cidade, a escola de Farmácia e Odontologia, a academia de Direito e autoridades políticas e jurídicas (CORREIO OFFICIAL, 1929).

Na programação da parte da manhã, contou-se com hasteamento solene da Bandeira Nacional, hino da Proclamação da Independência ao som da banda de música e uma grandiosa passeata cívica de escolares e da banda da polícia. Na parte da tarde, o Hino Nacional foi cantado por todos os escolares, além das canções dos alunos do grupo escolar. Ademais, um minucioso programa de jogos, atividades gímnicas e a instrução física tiveram presença marcante, com 12 atividades⁵, organizadas a partir de suas respectivas instituições e dedicadas às autoridades da cidade e do estado (CORREIO OFFICIAL, 1929).

A Independência do Brasil, celebrada em feriado nacional no dia 7 de setembro em Ipameri, buscou simbolizar a união dos rincões do Brasil à nação, visto que, em regozijo, mais de 3.000 pessoas desfilaram no ano de 1939, entre elas: 800 escolares, 400 operários e uma massa de populares. Formados em frente ao "Altar da Pátria", inaugurado na ocasião, no Quartel do 6º Batalhão de Caçadores, prova viva do grão de amor à pátria, conduziu-se a festa, na parte esportiva, realizando a grande pugna entre o Ipameri Basquete Club e o Acadêmico B. Club, de Goiânia (IPAMERI, 1939).

Outro exemplo foram as manifestações cívicas em comemoração aos 7 de setembro, levadas a efeito na antiga capital durante o ano de 1934, que contavam com a organização de jogos e brincadeiras pelo Bloco Atlético Goiano. Nessas ocasiões, aconteciam, portanto, corrida de estafetas, canguru, salto em altura, prova de carrinho de mão, prova semifinal e final do basquete (CORREIO OFFICIAL, 1934).

Com efeito, a exibição de práticas corporais em festividades cívicas em Goiás acompanhou o movimento internacional e nacional de educação cívica com vistas à

⁵ Constaram no cronograma as seguintes atividades e autoridades homenageadas: lanceiros, dança por alunos do grupo; lições de instrução física pelas alunas do grupo escolar, oferecida ao presidente do Estado; corrida de estafetas, por alunos do grupo escolar municipal e estadual e do grupo Dr. Agnelo de Castro, oferecida ao secretário de Instrução; corrida de ovos, pelo grupo municipal e estadual; ginástica, pelas alunas da Escola Normal, oferecida ao secretário de Obras; corrida de agulhas, oferecida ao diretor do Liceu; quebra de potes, pelos alunos do Tiro, oferecido ao secretário de Finanças; cabo de guerra pelos alunos do Tiro, oferecido à polícia; corrida de estafetas com braçal, oferecida à 3ª Companhia do 6º Batalhão; salto em altura e salto em largura pelos alunos do Tiro, oferecido ao comandante da polícia e ao Dr. Bernardo, respectivamente. E, por fim, o arriamento da bandeira pelo pavilhão nacional (CORREIO OFFICIAL, 1929).

formação da identidade nacional. Nota-se que as festividades colaboravam para dar visibilidade às produções culturais das cidades sintonizadas com a modernização, ao mesmo tempo em que ajustavam o compromisso dos participantes com uma perspectiva de constituição de um corpo cívico, saudável e civilizado.

Os acontecimentos oriundos da Primeira Guerra e a ampliação da participação do Brasil nas reuniões e conferências do acordo Pan-Americano⁶, e consequente estreitamento das relações em prol do comércio e do progresso das nações americanas, também confluíram para que as atividades corporais, mais uma vez, tomassem parte das festividades. O chefe do governo provisório brasileiro, através do Decreto n. 19.931, de 10 de fevereiro de 1931, designou feriado em celebração ao dia 14 de abril, representado pela União Pan-Americana como efeméride comemoração da comunidade dos povos do continente, ficando assim consagrado como símbolo das nações do continente e união voluntária de todas elas em uma comunidade continental (CORREIO OFFICIAL, 1931).

Com o decreto, o secretário do Interior recomendou, imediatamente, às escolas primárias de todo o estado de Goiás que se reunissem em seus municípios em celebração ao dia Pan-Americano. No Palácio da Instrução, na primeira festa escolar do dia do Pan, deu-se para ver os conhecimentos esportivos das alunas da Escola Normal e do Curso Complementar. Entre cantoria e recital, as competições esportivas conduzidas pelo recém-chegado professor de ginástica da Escola Normal e Complementar, tenente Walfredo Maia, causaram excelente impressão em função dos conhecimentos esportivos das alunas. Embora com poucos dias de aula, as alunas mostraram aproveitamento equivalente às demais disciplinas do programa. As competições que se seguiram foram: corrida de 100 metros, bola ao cesto e corrida de estafetas (CORREIO OFFICIAL, 1931). Apesar da denominação disciplina ginástica, conforme se observa pela programação da competição, o programa de ensino do professor Walfredo Maia contemplava também o esporte.

Logo que chegou a Goiás, Walfredo Campos Maia, em atendimento à falta de cultura física⁷ e, ainda mais, “ao completo desconhecimento sobre os seus benefícios”,

⁶As iniciativas do acordo de paz, progressos e defesa mútua possuíam como mote o fortalecimento dos países da América em detrimento da hegemonia política e econômica europeia. A partir de 1931, portanto, o dia do Pan-Americano começou a compor espaço privilegiado na agenda festiva das cidades goianas (CORREIO OFFICIAL, n. 1.885, 15/04/1931, p.1).

⁷ Cultura física é utilizada para designar toda a parcela da cultura universal que envolve o exercício físico, como a educação física, a ginástica, o treinamento desportivo, a recreação físico-ativa, a dança, entre outras.

convidou todos os rapazes da Cidade de Goiás com 16 anos ou mais para a fundação de um centro para a prática de exercícios ginásticos e atléticos (CORREIO OFFICIAL, 1931).

Notadamente, o convite enfatizou não só o desejo, mas o engajamento de Walfredo para a modificação da realidade cultural local, por meio do estabelecimento de uma cultura física. A reunião voluntária de pessoas sob o mesmo interesse de produzir uma nova sociabilidade que pudesse extrapolar as relações já conhecidas sinalizava para mais uma inovação potencializadora de novas práticas culturais.

O chamado público demonstra outros dois aspectos que merecem destaque: o primeiro relacionado ao vicejo de iniciativas que se sucediam em favor da construção de uma cultura física em terras goianas; e o segundo, a asserção da ausência que teve espaço relevante, possivelmente desejoso pela cultura física ou, ainda, em menosprezo às acanhadas iniciativas existentes até então.

A fundação da Agea (Associação Athletica União Goyana), em 1930, foi uma das primeiras tentativas mais significativas de institucionalização do esporte em solo goiano, com a finalidade de organizar e colaborar para o desenvolvimento do esporte no estado, bem como para reunir quadros que fossem capazes de representar Goiás no campeonato brasileiro de futebol. No ano de sua fundação, alguns clubes já se faziam sentir por todo o estado, sendo comuns, desde meados de 1910, os jogos de futebol; e, a partir de 1920, os primeiros clubes foram surgindo de norte a sul. Em suma, na medida em que o dinamismo econômico e o crescimento demográfico tornavam-se mais significativos, multiplicavam-se também os times e os jogos de futebol em Goiás (DIAS, 2013).

Para impulsionar o esporte, Walfredo Maia criou o Bloco Atlético Goiano e, junto à Agea (Associação Athletica União Goyana), lançou a ideia de se oferecer um prêmio ao melhor time de Basquetebol, num encontro entre a Escola Normal, Complementar e Grupo Escolar. Além disso, ao dirigir o bloco, também conhecido como “*Escola de Sportismo*”, Walfredo Maia promoveu jogos, festivais, foi juiz de futebol respeitado pela atuação imparcial e pelo seu refinamento e, ao lado disso, criou e dirigiu o bloco denominado 9

A cultura física é, fundamentalmente, uma prática sociobiológica. É uma prática social porque envolve o ser humano em relação aos demais; é biológica pela saliência do envolvimento da individualidade corporal, ações predominantemente físicas. A atual cultura física é decorrente da educação social e se embasa no movimento; ocorre no lazer, como nos eventos culturais desportivo-recreativos; nas atividades profissionais, como no caso da ação docente de professores de dança ou instrutores militares, ou como atividade atlética, no caso de jogadores de futebol; e ainda serve como elemento educativo, quando se operacionaliza pedagogicamente a atividade física em meios de educação social, na educação física escolarizada (PEREIRA, 1988, p. 20-21).

Batutas, com fins de homenagear o governo provisório do estado e angariar fundos que seriam revertidos ao União e ao Bloco Atlético (CORREIO OFFICIAL, 1931).

Indubitavelmente, Walfredo Maia influenciou a produção de um circuito esportivo e cultural em Goiás, visto que as suas habilidades físicas e esportivas somadas ao conjunto de atributos considerado de elevada cultura, ou seja, justeza, imparcialidade, disciplina e elegância, eram constantemente mencionadas e admiradas pela imprensa e demais entusiastas do esporte regional. Ele representava, portanto, o exemplo de bom uso do corpo pretendido pela racionalidade moderna, desenvolvimento harmonioso da inteligência, da moral e do físico (CORREIO OFFICIAL, 1931).

Walfredo Maia, tenente do Exército ocupou o cargo de professor de ginástica na Escola Normal e Complementar, estando, além disso, ligado à fundação de associações esportivas e representando o esporte regional em disputas ocorridas em períodos posteriores ao da nossa investigação. Ademais, a sua atuação permite situá-lo como *sportman*, que carregou em si o exemplo de bom uso do corpo, sendo admirado pelo seu equilíbrio, refinamento e saúde, que traduziram, ao mesmo tempo, o desafio e a superação para o desenvolvimento do esporte na região.

Numa face mais contemplativa e cultural, as festas esportivas escolares eram noticiadas como parte do propósito de animar o *sport* na capital, como exemplo, os alunos do Liceu disputavam o campeonato de futebol entre as turmas do terceiro e do quarto ano e um time formado por *chanffeurs* da cidade. Por vezes, dedicavam a vitória ora para as alunas da Escola Normal, ora para as autoridades políticas e educacionais. Do mesmo modo, as alunas do Curso Complementar e da Escola Normal encontravam-se em festivais gímnico e esportivo, muitas vezes organizados pelo Bloco Atlético em parceria com a Azea (Associação Athletica União Goyana). Não menos competitivos, os festivais esportivos eram ovacionados pela imprensa, fosse pela disciplina reinante do conjunto vitorioso, fosse pelas vantagens dos exercícios físicos (CORREIO OFFICIAL, 1931).

As fases mais marcantes das partidas eram minuciosamente transcritas pelos editoriais, em notas específicas, a atuação do diretor ou juiz do jogo, o comportamento da torcida, entusiasmo, educação, volume de pessoas presentes. O Correio Oficial, particularmente, veiculava os acontecimentos que envolviam times da capital e de cidades circunvizinhas, evidenciando a atuação das agremiações, os elementos técnicos e táticos,

tanto para reafirmar a vitória quanto para justificar a derrota. Em particular, o comportamento das torcidas servia de termômetro para a imprensa quanto à incorporação pela massa popular dos códigos de civilidade do esporte.

As tardes esportivas disputadas no seio da classe estudantina e pelas agremiações de todo o estado abrilhantavam as cidades e, certamente, colaboravam para a difusão do gosto por esse hábito tipicamente moderno, além do que o esporte integrava as possibilidades junto à agenda cultural das cidades, que, de acordo com as fontes, não eram tão expressivas, citam-se: o teatro, com atores e peças itinerantes, o cinema, o circo, as festas escolares e as partidas futebolísticas. Assim, os jogos estudantis e as partidas entre os clubes de futebol se apresentavam tanto como prática de divertimento da elite quanto propulsores de uma nova sensibilidade estética na cidade, isto é, a manifestação de um novo tipo físico, de nova mentalidade e de novos atributos: a cortesia, o cavalheirismo, a solidariedade e demais valores necessários para um jogo equilibrado e empolgante.

Nos anos 1930, mais de uma dúzia de times de futebol já se encontravam com relativa frequência para disputarem os intermunicipais, pois, inicialmente, as partidas ocorriam entre as cidades circunvizinhas. Mas, na medida em que as condições de acessibilidade se modernizavam, “o sensacional *meeting* futebolístico” entre América e Anápolis tornava-se realidade, tal qual o primeiro intermunicipal em Bela Vista e a realização, em 1934, do primeiro campeonato de bilhar entre Pires do Rio e a Capital (CORREIO OFFICIAL, 1934).

Como parte do processo relacionado à organização do esporte no *interland* do Brasil, cogitou-se, em 1931, a criação de um “jornalzinho” esportivo para a difusão dos jogos atléticos em geral, porém, não é sabido se a aspiração tornou-se realidade em Goiás nesse mesmo momento. A nota de divulgação, sem identificação do autor, ressalta a relevância da iniciativa para a “marcha do esporte na escala evolutiva do progresso” (CORREIO OFFICIAL, 1931).

Nessa direção, Venerando de Freitas, que se destacava no meio político para ocupar o cargo de primeiro prefeito da nova capital do estado, Goiânia, informou sobre a PY-8-QB-Goiáz, rádio esportiva de Pires do Rio, que, a despeito de sua “inexpressividade, a rádio é uma das mais eficientes e modernas propagandas do nosso Estado”, montada e mantida por João Prefeito em Pires do Rio, “tem representado a manifestação de progresso

em nossa terra, tem contribuído bastante para tornar Goiás conhecido, derramando notícias telegráficas para além das nossas divisas” (CORREIO OFFICIAL, 1935).

Sobre a finalidade e alcance da rádio:

O esporte da rádio emissão é agradável, empolga, é útil, porque é instrutivo, é nobre, porque desenvolve o espírito de fraternidade entre elementos de raças as mais diversas e é patriótico porque, além de levar o nome do nosso país aos recantos mais ignorados do mundo, em uma propaganda contínua do que é nosso, prepara também uma plêiade de homens que em caso de necessidade poderão prestar serviços preciosos á pátria, no Exército, na Marinha e na Aviação (sic). Eis, em síntese, o que é a PY-8-QB-Goiáz. (CORREIO OFFICIAL, 06/1935)

Em contraste com essa ideia de progresso e civilidade, o circo e a ginástica circense foram considerados por Dr. Juliano, autor da nota⁸, a própria personificação do atraso que insistia em pairar por Goiás. Diz ele:

[...] Goyaz hospeda agora um "circo", um circo de aldêia, muito incompatível já com a civilização da nossa capital. As suas "atrações têm o dom de não attrahir nada e as agralhadas que lá se ouvem da assistencia são arrancadas á custa de palhaçadas quasi idiotas e d'pilbérias em linguagem clã e propria dos "mafuás" de suburbio, Gymnastica e acrobacia de meninos de collegio, saltos de quasi meio metro de altura e, para rotular de ouro os programmas, um leão, um pobre leão decrépto [...] E Goyaz, ávida de divertimento corre ao barracão do Rio Vermelho, alimentando a curiosidade muito natural do espirito humano. A decepção não é das menores, mas por lá se fica, já que cousa melhor por aqui não há [...] Desse preconceito summario parte, talvez, o desespreso que nos voto tudo o que é de grande e de bello que diverte as cidades de luz. (CORREIO OFFICIAL, 06/06/1931)

Os excessos relacionados aos usos do corpo durante as apresentações de ginástica, assim como as manifestações da plateia, pareciam exasperar o autor da nota que julgava incompatível tal divertimento com a Cidade de Goiás, a seu ver, já civilizada. No entanto, movidos pela curiosidade e pela ausência de alternativas mais civilizadas de divertimento, a vulgaridade das atrações acabavam servindo de consolo a população da Cidade de Goiás.

⁸ Particularmente, nesta citação, manteve-se a grafia original por considerá-la parte essencial da tônica pretendida pelo autor.

Há, na publicação, pelos menos dois aspectos que interessam à educação física, sendo eles: a dimensão do divertimento reclamada pelo autor e a educação do corpo através de uma perspectiva de ginástica, que, nesse contexto, ligava-se à produção de códigos, valores e um tipo físico mais afeito às noções de higiene e civilidade em curso nas cidades modernizadas. A menção ao subúrbio, a linguagem clã e o próprio leão decrépito evidenciam o contraste do circo e de suas práticas com os pressupostos de higiene desejados para a época.

Na contramão dos festejos populares, cuja arte cômica da Idade Média tonificou o divertimento e o compromisso com o tempo livre através das apresentações dos funâmbulos, acrobatas, palhaços e artistas populares em geral, na ginástica racional/científica, ao invés de liberar o corpo, dever-se-ia combater os seus excessos, limpando-o de qualquer movimento inútil e que pudesse colocá-lo em risco. Assim, no espetáculo moderno do corpo, almejava-se a demonstração controlada de força física e destrezas (SOARES, 1998).

A partir de 1935, os embates sobre a mudança da capital do estado para Goiânia ocuparam maior espaço nos periódicos. E, como uma das estratégias discursivas em defesa da mudança, esteve fortemente presente a narrativa da higienização e as avaliações de que na já antiga capital haviam fracassado as tentativas de implementar uma vida pautada nas mais recentes normas de higiene, digna de uma verdadeira capital (CORREIO OFFICIAL, 1935).

Não por acaso, a prática de exercícios físicos e o esporte também compuseram o projeto da nova capital, conduzido por Jeronymo Coimbra Bueno, engenheiro superintendente da obra. A princípio, uma área de sítios, “em breve tempo, será o mais lindo passeio da cidade com uma represa que será o centro ideal de sports da cidade, onde poderão ser disputadas regatas, provas de natação [...]. Nessa represa nascerá e desenvolverá o depósito sportivo da necessidade de Goyaz” (CORREIO OFFICIAL, n. 2.947, 12/02/1935). De fato, o projeto estrutural vigorou em Goiânia, no parque Lago das Rosas. Ao longo dos anos que se seguiram, o espaço contou com diversas modificações, especialmente a proibição dos esportes aquáticos, mas manteve-se até o presente momento o espaço público de lazer, passeio e exercitação física.

Em 1937, passados três meses da transferência da capital do estado para Goiânia, registravam-se o apreço e o estímulo pelos esportes, sobretudo por duas modalidades: ciclismo e motociclismo, até então inexistentes na antiga capital. Na ocasião, ocorreu uma “animadíssima festa esportiva”, que teve como principal atração o campeonato estadual de ciclismo. Além dos entusiastas do esporte, do povo em geral e das autoridades do estado e do município, curiosamente, o campeonato contou com *sportman* de Araguari (MG), numa delegação de 5 pessoas, sendo que 3 competiram (CORREIO OFFICIAL, 1937). Os investimentos para as inscrições custavam 5\$000 para o Campeonato de Ciclismo e 2\$000 para as demais categorias. O evento foi organizado pelo departamento de propaganda do estado e pela prefeitura de Goiânia e teve o apoio do comércio local para a aquisição e distribuição dos prêmios. A programação⁹ contou com categorias variadas, estando, entre os competidores amadores, meninos e meninas, senhoritas, senhoras e homens.

É possível observar, através desse evento, que se começava a processar em Goiás a interlocução entre o potencial do esporte, isto é, seus valores e produtos, com os interesses de sociabilidade da cidade. Ocorre a divulgação de um novo tipo físico alinhado aos pressupostos de saúde, bem como se toma o espaço público para a convivência da coletividade e para o divertimento.

Nesse contexto, a reforma do Ministério de Educação e Saúde de 1937 fez surgir a Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento Nacional de Educação, que passaria a ser o principal órgão federal a produzir diretrizes políticas para o campo. Com a Constituição de 1937, a educação física, incluindo a formação desportiva, tornou-se obrigatória em todas as escolas primárias, normais e secundárias. E, para a materialização da Constituição, nesse aspecto foram realizadas intervenções que transformaram a prática desportiva no país, além do que investimentos específicos se davam no âmbito do esporte profissional (PARADA, 2006).

⁹ A programação foi composta por: 1ª prova de 4.100 metros em bicicletas de passeio, para meninos de até 14 anos, circuito composto de 2 voltas; 2ª prova de 2.050 metros em bicicletas de passeio para meninas, até 12 anos, circuito de 1 volta; 3ª prova de 30 quilômetros, motocicletas leves (até 70 quilos) para homens, circuito composto 14 voltas; 4ª prova de 2.000 metros - corrida a pé, para homens, circuito de volta; 5ª prova de 11 quilômetros, bicicletas de passeio para homens, circuito composto de 5 voltas; 6ª prova - 4.100 metros em bicicletas de passeio para senhoras e senhoritas, circuito composto de duas voltas; 7ª prova - Campeonato Estadual de Ciclismo, 30 quilômetros, para homens em bicicletas de corrida, circuito composto de 14 voltas (CORREIO OFFICIAL, n. 3.443, 17/06/1937).

Seguem algumas imagens que parecem corresponder à festa esportiva de 1937:

Figura 5 - Chegada da competidora Odiles de Lima, década de 1930 (Autor desconhecido)



Fonte: Goiânia – Goiás. Acervo MIS - GO.

Figura 6 - Chegada do corredor Laurindo dos Santos, década de 1930 (Autor desconhecido)



Fonte: Goiânia – Goiás. Acervo MIS - GO.

Figura 7 - “Escola Técnica de Goiânia”, década de 1930 (Autor desconhecido)



Fonte: Goiânia – Goiás. Acervo MIS - GO.

Assim, as práticas corporais inscritas nas festividades em Goiás, durante o final dos anos 1920 e ao longo de 1930, permitiram uma relação política e cívica entre educação física e esporte, através da produção de códigos de civilidade, saúde e desenvolvimento cultural, tal como pela veiculação de um corpo cívico comprometido com o futuro da

nação. Progressivamente, as práticas corporais ligadas à escola e à instituição militar foram significadas na cidade e se desdobraram em novas práticas culturais traduzidas pelo associativismo e por uma emergente relação entre comércio e esporte, ao passo que uma organização administrativa da educação física ocorria por força da lei e incluía a forma desportiva na educação escolarizada.

De modo geral, a presença dos jogos, brincadeiras, atividades gímnicas e esportivas, nas festas em Goiás, denota uma significação altamente educativa daquilo que se desejava fomentar como práticas e preceitos, em suas várias manifestações. A programação gímnic e esportiva parece significar a pujança, a organização e o alinhamento do estado de Goiás aos pressupostos de progresso e civilidade em curso no país. Em outras palavras, a atenção para o corpo e as práticas cuja finalidade estivesse em sintonia com o melhoramento das condições de vida, de saúde e de civilidade integravam o rol das preocupações do período.

Vale destacar, no entanto, que as manifestações corporais sinalizadas como parte da inter-relação entre escola, instituição militar e cidade, que colaboraram para a difusão e produção de uma dada modernização no *interland* do Brasil, estiveram diretamente associadas a um movimento mais amplo de elaboração e disputa por projetos de modernidade e de um tipo de brasileiro capaz de portá-lo. Nesse sentido, acredita-se que, a despeito das interpretações hierarquizadas sobre o atraso de Goiás em relação às experiências de progresso vividas em outras partes do Brasil, durante as primeiras décadas do século XX, o processo de modernização goiano engendrou práticas multifacetadas e costurou uma experiência modernizadora.

Buscou-se, pois, neste capítulo, abordar as manifestações da educação física em Goiás. Assim, observou-se que sua organização e sua prática ocorreram conforme as demandas e condições regionais que pudessem, ponderadamente, consubstanciar o presente e o porvir de uma sociedade desejosa por usos do corpo mais sintonizados com os parâmetros modernos. Através de argumentos que previam a saúde e o refinamento do lazer como mote para o desenvolvimento individual e coletivo, o corpo goiano, como lugar de inscrição de sua cultura, contou com intervenções privilegiadas de educação da gestualidade, dos costumes e de normas que se somaram para uma ambientação que, mesmo majoritariamente rural, se afeiçoava aos códigos mais citadinos. Especialmente sob força da lei, buscou-se o desenvolvimento de uma educação física moderna, articulada com

as normas de higiene e aos interesses de produzir um novo corpo, diferente das representações de adoecimento e indolência.

Para isso, os militares, o saber médico e os pedagogos se mobilizaram para produzirem, através da educação física, dos jogos populares, da instrução física e dos jogos esportivos, um ambiente mais propício para a constituição de uma cultura física. Entre as práticas na cidade, foi identificado, no conjunto das festas e no esporte regional, um ambiente mais cidadão onde foi processada, *pari passu*, a gestação de medidas mais intervencionistas na esfera federal. Já o esporte foi potencializado pela figura do *sportman* Walfredo Maia, especialmente na Cidade de Goiás e Goiânia em que movimentou a cena e veiculou signos de urbanidade.

Assim, apesar das representações de atraso amalgamadas ao processo de modernização do estado de Goiás, nas primeiras décadas do século XX, os exercícios físicos começaram a compor algumas cidades goianas. Particularmente, no final dos anos 1920, mediante festejos cívicos, jogos estudantis, o surgimento de clubes de futebol e associações esportivas, a educação física, os jogos desportivos, as brincadeiras e o esporte se entrelaçaram e pouco a pouco, acompanhada a institucionalização da educação física no Brasil, o esporte parece tomar maior visibilidade nas escolas e nas cidades da região.

Contudo, não se tratou de uma experiência que tenha atingido todas as cidades ao mesmo tempo e sob a mesma forma. Pois, sob temporalidades distintas, acredita-se que a educação física impressa nas primeiras décadas do século XX evidenciou sentidos não só de quem a executou, mas também de quem a observava e de quem sequer a conheceu diretamente. Nesse ínterim, novos comportamentos, gostos e práticas culturais começaram a contrastar com a vida bucólica da Cidade de Goiás e de outras cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modificações da Primeira República em Goiás resultaram de transformações mais amplas que envolveram a incorporação de países em desenvolvimento ao projeto de expansão capitalista, mas também resultaram das condições reservadas aos estados equidistantes do litoral sudeste no processo de modernização do país. Entre as descontinuidades da comunicação de Goiás com os estados mais desenvolvidos, parte da elite regional também se empenhou para fazer chegar os trilhos de ferro.

A implementação de pouco mais de 200 km de trilhos, durante a primeira década do século XX, possibilitou a dinamização da economia do estado, particularmente das cidades situadas às suas margens. As relações de produção, importação e exportação, a circulação de pessoas, informações, mercadorias e práticas culturais foram, num ritmo relativamente rápido, matizando a vida e os modos de ser goiano. Houve, portanto, o incremento das relações comerciais, novas ideias tiveram maior repercussão, o aumento da imigração espontânea e incentivada pelo governo, em síntese, expressaram uma tendência de modernização.

Com o incentivo da formação de núcleos coloniais de imigrantes europeus, o governo do estado apostou nos primeiros anos da República, no cultivo produtivo das terras, no fomento de novas técnicas agrícolas, bem como no exemplo do que seria a disposição do europeu para o trabalho, além dos aspectos ligados à intencionalidade de eugenia social. Contudo, muitos núcleos não prosperaram e as políticas de incentivo migratório foram, no decorrer dos anos 1930, assumindo uma característica mais nacionalista.

Concomitantemente, o movimento escola nova, ao questionar os problemas sociais do país, trazia a lume uma forte crítica à escola tradicional e elitista e apresentava o caminho para uma nova escola como meio para efetivar a reforma social brasileira. Através das reformas educacionais, os estados da federação empenharam-se para mudar, simultaneamente, a fisionomia cultural das regiões e da nação.

Em Goiás, especialmente se tratando da reforma ocorrida em 1929 e de seus desdobramentos práticos e prescritivos, o corpo, através das práticas corporais, tal qual demais intervenções ensejadas por meio dele, foi colocado em evidência. Um conjunto de

orientações e um curso de formação para o trato pedagógico com a educação física foram produzidos a fim de subsidiar uma nova perspectiva educacional, integral, que fosse capaz de desenvolver harmoniosamente as dimensões: física, intelectual e moral.

No corpo do/a professor/a do ensino primário, inscreveram-se os códigos de responsabilização pelo que deveria vigorar do ponto de vista renovador. Como um espelho para o seu alunado, o/a professor/a deveria refletir a disposição, a força de vontade, o interesse pela cultura, a higiene e a ordem, necessários para o engendramento de uma nova face cultural.

Nesse contexto, a educação física adquiriu estatuto de saber especializado na escola primária, normal e complementar de Goiás e o método ginástico sueco foi defendido como mais adequado para o fortalecimento dos corpos ainda inaptos para as exigências modernas. Assim, ocorreu o primeiro curso de formação em ginástica para as alunas da Escola Normal e para os professores do Grupo Escolar da capital que desejassem fazê-lo.

Não só a educação física, mas as brincadeiras, os jogos, o brinquedo, a marcha e a ginástica respiratória foram reafirmados pelo regulamento do ensino primário de Goiás nos anos 1930. Assim, a educação física foi se tornando conteúdo indispensável para a consolidação da perspectiva de formação integral que estava no horizonte das reformas da educação em todo o Brasil e que se ligava aos ideias de urbanização e de modernização. Também, através de interlocutores ligados à educação, à Força Policial e Militar, aos médicos, a imprensa goiana produziu e veiculou orientações para subsidiar o trato com a educação física na região, cujos conhecimentos evidenciados como basilares foram: a biologia, a fisiologia, a psicologia e a pedagogia, e os argumentos que concorreram para sua implantação foram tangenciados pela saúde, educação, nacionalismo/eugenismo.

As prescrições levaram em conta os benefícios da ginástica na produção de hábitos e costumes higiênicos. Tanto para a educação física militar quanto para a cívico-pedagógica, o esporte foi considerado conteúdo complementar e não central para as demandas de formação física da época. Entre pedagogos e militares, foram indicados, respectivamente, o método ginástico sueco e o método ginástico francês. Isso indica que, para as escolas primárias, possivelmente tenha vigorado o método sueco e que, no Liceu, através da instrução militar, vigorou o método francês.

Contudo, não é possível afirmar a originalidade das manifestações ocorridas nesse contexto, haja vista que policiais, militares e pedagogos concorreram para a implantação da educação física em Goiás e que, entre o currículo prescrito e o real, há sempre margem para práticas culturais dissonantes e/ou ressignificadas. No entanto, foi possível identificar, por exemplo, que, entre 1930 e 1931, dois professores passaram pela escola Normal e Complementar. Em 1930, Aracy dos Passos e, em 1931, Walfredo Maia.

No Liceu, através da instrução militar, além da função higiênica e econômica, a educação física também possibilitou interlocuções mais amplas, como a produção de novas práticas culturais na cidade, aliás, a fundação de uma associação pelos estudantes do Liceu e a tomada do espaço público, do pátio da Instrução Pública, que como espaço de exercitação física, colocou os liceanos, por vezes, à disposição de si mesmos e propiciou a organização e a veiculação de interesses e práticas mais cidadinas.

A instrução física, em 1934, ocorreu diariamente para os alunos e pelo menos três vezes por semana para as alunas do Liceu, demarcando o acirramento das intervenções sobre o corpo como estratégia de difusão e produção de uma nova perspectiva de ser e viver a cidade. Além do mais, isso evidencia a coprodução da educação física por pedagogos, policiais e militares em Goiás.

Quanto às preocupações dirigidas ao esporte, especialmente pelo médico Leite de Castro, por meio dos artigos transcritos do Rio de Janeiro e de São Paulo, os critérios de cientificização do treinamento corporal e a racionalização eram reclamados como condição para o aproveitamento orgânico e a duração de cada exercício seria o aspecto orientador da prática. Com isso, evidencia-se uma forte defesa ao exame médico como forma de conhecer a capacidade física do jogador, tal qual para projetar melhores condições para o bom e equilibrado aproveitamento orgânico.

Sob a égide de uma nova formação humana sintonizada com a construção de novos preceitos, valores e comportamentos balizados pela higiene, os vestígios históricos evidenciaram a inserção da educação física no marco regulatório da saúde de Goiás, vinculada à intencionalidade reguladora da vida. Mais uma vez, a obrigatoriedade da ginástica na escola foi reiterada e os exercícios físicos foram considerados uma condição para a vida saudável. Portanto, ao lado do trabalho e do sono, conjugar-se-ia a fórmula médica para a vida útil.

Na cidade, a educação física e o esporte foram, ao mesmo tempo, produto e produtores de novos signos e práticas culturais. Por intermédios dos festejos cívicos, houve a confraternização do sentimento cívico e a vulgarização de um tipo físico dinâmico, saudável e comprometido com as determinações de um novo tempo, assim como se possibilitou que as escolas e demais instituições da cidade divulgassem a sua organização e eficácia modernizante através das práticas corporais. Com efeito, a exibição de práticas corporais em festividades cívicas em Goiás acompanhou o movimento internacional e nacional de educação cívica com vistas à formação de identidade nacional, mas também representou, no início dos anos 1930, um espaço aberto para as manifestações culturais da cidade.

Como parte da agenda cultural, os jogos estudantis animaram a cena regional. O que envolve este intuito é, em si, a produção da cidade. O agito das cidades, o encontro, o festejo carregavam em seu bojo a modernização, avessa à vida pacata do meio rural. Da cidade se desejava o movimento e com ele novos usos do corpo eram praticados em contraposição ao imobilismo e às distâncias dos centros de cultura do país. Estava em curso, pois, a produção de uma educação estética comprometida com a elevação dos costumes e refinamento do lazer como mote para o desenvolvimento individual e coletivo.

Assim, passo a passo, novas organizações sociais foram impulsionadas e, através da figura do *sportman* Walfredo Maia, buscou-se a produção de uma cultura física na região. O futebol funcionou como um termômetro para inferir a incorporação pelo povo dos valores do esporte. Entre a *performance* de juízes e jogadores, o comportamento da torcida era motivo de elogios e críticas pela imprensa. As expectativas proferidas eram de cortesia, animação, justiça, colaboração, como deve ser um espetáculo controlado.

E, por fim, vale reiterar que a experiência de modernização em Goiás comportou suas particularidades e uma relativa demora, se comparada aos estados mais desenvolvidos do país. Contudo, pelo menos no que se refere à educação física, é possível identificá-la, sob conteúdos distintos, ou seja, ginásticas, jogos populares, jogos desportivos e esporte, participando da modernização da educação e da cidade através de uma educação do corpo que, contraditoriamente, buscou o controle e a liberdade. Nessa direção, também se pode considerar que a história da educação física e do esporte em Goiás ainda é um campo em aberto, que precisa ser o mais urgentemente investigado. É preciso, pois, dar a ver as

manifestações corporais que se processaram em Goiás, quem foram os seus interlocutores, seus interesses e como o esporte foi se configurando nas várias cidades do estado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábila. **Políticas e escolarização em Goiás: Morrinhos na Primeira República**. 2007. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ANDRADE, Euclides. 237 f. Monografia. **A Força Pública de São Paulo**. Esboço Histórico. 1831-1931. São Paulo: Polícia Militar de São Paulo. Disponível em: <<http://www3.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/caj/wp-content/uploads/2016/04/Revista30.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

AZEVEDO, Fernando de. **Da Educação Física**. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

BETTI, Mauro. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Editora Movimento, 1991.

BORGES, Barsanufio Gomide. **O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922**. Goiânia: Cegraf, 1990. (Coleção Documentos Goianos) 130 p.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedex**, ano XIX, n. 48, agosto/99. p. 69-88.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: Cegraf, 1991. (Coleção Documentos Goianos 21) 649 p.

BRZEZINSKI, Iria. Escola Normal de Goiás: nascimento, apogeu, ocaso, (re)nascimento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju-SE. **Anais...** São Cristóvão-SE: UFS, 2008. p. 1-29

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Festa do Santo de Preto**. Goiânia: UFG, 1985.

CARVALHO, Vinicius Corrêa. **Moderno, modernidade, modernização: polissemias e pregnâncias**. In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. Cap. 1.

CHAUL, Nars Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 3.ed. Goiânia: Editora UFG, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

DIAS, Cleber. Momentos iniciais da educação física em Goiás (1917-1929). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, 2014. Disponível em: <

<https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/viewFile/80772/84424>>. Acesso em: 31 jan. 2018 p. 95-111.

DIAS, Cleber. Primórdios do futebol em Goiás, 1907-1936. **Revista de História Regional** v. 18, n. 1 (2013). Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4000/3510>>. Acesso em: 31 jan. 2018 p. 31-61.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira; v 3).

GÓIS JR. Edivaldo. Georges Demeny e Fernando de Azevedo: uma ginástica científica e sem excessos (Brasil, França, 1900-1930). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v. 37. n. 2. Porto Alegre. abr./jun. 2015.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; LOVISOLO, Hugo R. Descontinuidades e continuidades do Movimento Higienista no Brasil do Século XX. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 41-54, set. 2003.

GOMES, Ana Carolina Vimieiro; SILVA, André Luiz dos Santos; VAZ, Alexandre Fernandez. O Gabinete Biométrico da Escola de Educação Física do Exército: medir e classificar para produzir corpos ideais, 1930-1940. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1551-1569.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira).

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 158 p.

LINHALES, Meily Asbú. A produção de uma forma escolar para o esporte: os projetos culturais da Associação Brasileira de Educação (1926-1935) com indícios para a historiografia da Educação Física. In: OLIVEIRA, Marcus Taborda de. (Org.). **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 93-110. (Coletânea Educação Física e Esportes)

LUNCKES, Mariseti Cristina Soares. Ser policial militar no norte de Goiás: história e práticas cotidianas (1934-1964). **Saeculum**, João Pessoa, jul./dez. 2012.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.455 p.

MARINHO, Inezil Penna. **Inezil Penna Marinho: Coletânea de Textos**. Organizado por Silvana Vilodre Goellner. Porto Alegre: UFRS, Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2005. 116 p.

MORENO, Andréa; SEGANTINI, Verona Campos. Educação do corpo na e pela linguagem da lei: potencialidades da legislação como fonte. **Pensar a Prática**. 11/1: 71-80, jan./jul. 2008.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEPOMUCENO. Maria de Araújo. **A ilusão pedagógica 1930-1945**: estado, sociedade e educação em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 1994. 187 p.

NEPOMUCENO. Maria de Araújo. A Informação Goyana: seus intelectuais, a história e a política em Goiás (1917-1935). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2002. p. 1-9

ORTIZ, Renato. Walter Benjamin em Paris: individualidade e trabalho intelectual. *Tempo Social*; **Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 12 (1): 11-28, maio de 2000.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes. Contribuições da Hygiene à Escolarização da Educação Física. **Revista Movimento**. Porto Alegre. v. 10, n. 3, p. 53-75, set./dez.2004.

PALACÍN, Luis. **História de Goiás**. 6 ed. Goiânia: Editora UCG, 1994.

PASSOS, Lindolpho Emiliano dos. **Goiás de ontem**: memórias militares e políticas. Goiânia: Norton de Camargo Passos Editor, 1987. 269 p.

PARADA, Maurício. Corpo e Poder: a criação do Departamento de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde (1937/1945). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. p. 1-8.

PARADA, Maurício. Corpos Físicos como Corpos Cívicos: práticas desportivas e educação física no Brasil sob o Estado Novo. In: SILVA, Carlos Teixeira; SANTOS, Ricardo Pinto dos. **Memória social dos esportes**: Futebol e Política: a construção de uma identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006. p. 155-183.

PEREIRA. Flávio M. **Dialética da cultura física**: introdução à crítica da Educação Física do Esporte e da Recreação. São Paulo: Ícone Editora, 1988.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. Escola Primária em Goiás (1930-1960): entre cidades e fazendas, a escolarização como dispositivo de integração nacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: UFMT, 2013. p. 1-10. Circuito e Fronteiras da História da Educação no Brasil.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. Escola Primária em Goiás na Primeira República: tensões e distensões de um “jogo de empurra”. In: ARAÚJO, José Carlos Souza et al. (Org.). **Escola Primária na Primeira República (1889-1930)**: subsídios para uma história comparada. Goiás 1918. Araraquara, SP: Junqueira & Marin Editores, 2012. p. 300-327.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. **Goiânia, no coração do Brasil: a cidade e a escola reinventando a Nação.** 2009. 364 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCHNEIDER, Omar; FERREIRA NETO, Amarílio. Americanismo e a Fabricação do “Homem Novo”: circulação e apropriação de modelos culturais na Revista Educação Physica (1932-1945). **Revista Movimento.** Porto Alegre. v. 14, n. 1, p. 135-159, jan./abr. 2008.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo. Tradição e renovação educacional em Goiás. Goiânia: Oriente, 1975. 345 p.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física: raízes europeias e Brasil.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. 143 p.

SOARES, Carmem Lúcia. **Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX.** Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Educação Contemporânea). 145 p.

SOUZA, Rosa Fátima de. A formação do cidadão moderno: a seleção cultural para a escola primária nos manuais de Pedagogia (Brasil e Portugal, 1870-1920). **Revista Brasileira de História da Educação,** Campinas, v. 13, n. 3 (33), set./dez. 2013, p. 257-283.

VALDEZ, Diane; BARRA, Valdeniza Maria Lopes. História da Educação em Goiás: Estado da Arte. **R. Educ. Pública Cuiabá,** v. 21, n 45, jan./abr de 2012, p. 105-125.

FONTES

Jornal Correio Oficial do Estado de Goiás. Preservado no Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

Jornal Ipameri. Algumas edições preservadas no Arquivo Frei Simão Dorvi na Cidade de Goiás.

Com destaque para:

A autoridade do professor. Suplemento do Correio Oficial, 21/06/1930.

A psychologia na escola normal. Suplemento do Correio Oficial, 05/05/1930.

Cidade de Ipameri. Ipameri, n. 19, 10/09/1939.

Educação Física Elementar. Correio Oficial, 08/02/1934, p. 3.

Educação Física Elementos Fisiológicos. Correio Oficial, 11/02/1934, p.13.

Educação Física Secundária. Correio Oficial, 11/03/1934, p. 2.

Educação Física Superior. Correio Oficial, 01/04/1934, p. 2-3.

Educação Physica. Suplemento do Correio Oficial, 06/03/1930, p. 6.

Educação Física. Correio Oficial, 30/09/1931.

Escola Activa. Correio Oficial, 05/01/1931.

Força Publica do Estado. Correio Oficial, 29/04/1932, p.1-3.

Higiene escolar. Correio Oficial, 22/04/1932.

Inspeção de ensino. Correio Oficial, 06/05/1934, p. 3.

Instrução Ensino Primario e normal. Correio Oficial, 31/05/1930, p.13.

Mens sana in corpore sano. Suplemento do Correio Oficial, 10/06/1930.

Notas esportivas. Correio Oficial, 29/09/1934, p.7.

Nova Capital. Correio Oficial, n. 2.943, de 13/02/1935.

Nova Capital. Correio Oficial, n. 2.945, de 13/02/1935.

Nova Capital. Correio Oficial, 2.947, 17/02/1935.

O circo. Correio Oficial, 06/06/1931.

O dia do Pan-Americano. Correio Oficial, n. 1.885, 15/04/1931, p.1.

O estudo atraente. Correio Oficial, n.3.322, 12/11/1936.

O exame médico no esporte. Correio Oficial, 19/01/1934, p. 8.

Pela disciplina. Correio Oficial, n.2.977, 29/03/1935.

Pela saude publica. Correio Oficial, 12/12/1931.

Villa Bôa de Goyaz e a nova capital. Correio Oficial, n.2.970, de 21/03/1935.

Uma animadíssima festa esportiva. Correio Oficial, n.3.457, de 19/06/1937.

Uma animadíssima festa esportiva em Goiânia. Correio Oficial, n. 3.443, 17/06/1937.

Uma aula bem dada. Suplemento do Correio Oficial, 06/1930.

As instruções do *Lyceu de Goyaz*. Fundo Liceu de Goiás. Preservado no Museu das Bandeiras na Cidade de Goiás.

Revista A Informação Goyana. Fac-símile. Governo do estado de Goiás, Goiânia: Cerne, 1979. Preservada no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Relatório do Interventor Pedro Ludovico Teixeira ao Presidente Getúlio Vargas (1933).

Relatório da Força Policial ao Governador Pedro Ludovico Teixeira (1940).

Regulamentos, Leis e Decretos:

Goiás, Regulamento da Saude Publica. 1932. Preservado no Arquivo Frei Simão Dorvi.

Decreto n. 9. 951 A, de 17 de setembro de 1928. Regulamento e Programma do Jardim da Infancia, 1928.

Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás expresso pelo Decreto n. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930.

Regulamento da Escola Normal. Correio Official, nº 1.599, 1929.

Decreto n. 10.640, de 13 de fevereiro de 1930. Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goyaz.